



Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA / DIRECCIÓN POSTAL / MAILING ADDRESS

Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim
Gavagai – Revista Interdisciplinar de Humanidades
ERS 135 - Km 72, 200, Caixa Postal 764,
Erechim – RS
CEP 99700-970

E-mail: gavagai@gavagai.com.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Gavagai: Revista Interdisciplinar de Humanidades/Universidade Federal da Fronteira Sul
- Campus Erechim. - vol. 5, n. 2 (jul./ dez. 2018). - Erechim: [s.n.], 2018.

Semestral

1. Periódico. 2. Interdisciplinar. 3. Ciências Humanas. 4. Humanidades.

I. Universidade Federal da Fronteira Sul.

II. Título.

CDD: 300

Bibliotecária responsável: Tania Rokohl – CRB10/2171

GAVAGAI - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE HUMANIDADES

Erechim, v. 5, n. 2, jul./dez. 2018

ISSN: 2358-0666

GAVAGAI

ERECHIM

v.5, n.2, jul./dez. 2018

ISSN: 2358-0666

EDITOR-CHEFE / *EDITOR JEFE* / EDITOR-IN-CHIEF

Cassio Brancaleone

Universidade Federal da Fronteira Sul,
campus Erechim (UFFS)

EDITORES EXECUTIVOS / *EDITORES EJECUTIVOS* /
EXECUTIVE EDITORS

Thiago Ingrassia

Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim (UFFS)

Fábio Francisco Feltrin de Souza

Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim (UFFS)

Jerzy Brzozowski

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

CONSELHO EDITORIAL / *CONSEJO EDITORIAL* / EDITORIAL BOARD

- Armando Chaguaceda – Universidad Veracruzana (México).
Atilio Butturi Jr. – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Bianca Salazar Guizzo – Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).
Carla Soares – Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ).
Daniela Marzola Fialho – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Décio Rigatti – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/ UNIRIT-
TER.
Durval Muniz Albuquerque Junior – Universidade Federal do Rio Grande do
Norte (UFRN).
Eliana de Barros Monteiro – Universidade Federal do Vale do São Francisco
(UNIVASF).
Elio Trusian – Università Degli Studi Di Roma La Sapienza (Itália).
Fábio Luis Lopes da Silva – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Felipe S. Karasek – Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC).
Gizele Zanotto – Universidade de Passo Fundo (UPF).
José Alves de Freitas Neto – Universidade de Campinas (UNICAMP).
Kanavillil Rajagopalan – Universidade de Campinas (UNICAMP).
Margareth Rago – Universidade de Campinas (UNICAMP).
Maria Antonia de Souza – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)/ Uni-
versidade Tuiuti do Paraná (UTP).
Maria Bernadete Ramos Flores – Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC).
Natália Pietra Méndez – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Nelson G. Gomes – Universidade de Brasília (UnB). Patrícia Graciela da Rocha
– Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).
Patricia Moura Pinho – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).
Paula Corrêa Henning – Universidade Federal do Rio Grande (FURG).
Pedro de Souza – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Rafael José dos Santos – Universidade de Caxias do Sul (UCS).
Rafael Werner Lopes – Instituto de Desenvolvimento Cultural (IDC).
Raul Antelo – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Ricardo André Ferreira Martins – Universidade Estadual do Centro-Oeste
(UNICENTRO).
Roberto Machado – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Rodrigo Santos de Oliveira – Universidade Federal do Rio Grande (FURG).
Rosângela Pedralli – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Suzana G. Albornoz – Universidade Federal do Rio Grande (FURG).
Viviane Castro Camozzato – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UER-
GS).

DIAGRAMAÇÃO E CAPA / DIAGRAMACIÓN Y TAPA / LAYOUT AND COVER

Alexandre Luis Fassina

Capa: John Coplans, Back with Arms Above, 1984, 1213 x 935 mm,
fotografia, Tate Gallery

REVISÃO / REVISIÓN / REVISION

Fábio Feltrin de Souza

SUMÁRIO / ÍNDICE / CONTENTS

| | |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO | 8 |
| A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR EM HOSPITAIS PÚBLICOS | 11 |
| Rodrigo Faria Pereira e Luciana Patricia Zucco | |
| O PASSADO DE “MARCADOS”: TRAUMA E ETNOCÍDIO YANOMAMI | 29 |
| Fábio Feltrin de Souza e João Pedro Garcez | |
| CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DA(O) ANTROPÓLOGA(O) COMO PERITA(O) JUDICIAL EM PROCESSOS DE RECONHECIMENTO OFICIAL DE TERRAS INDÍGENAS A PARTIR DE UM CASO GUARANI ÑANDÉVA | 49 |
| Valéria E. N. Barros | |
| JOHN COPLANS: O CORPO ESCULTÓRICO | 74 |
| Magda Rebello e Graça Magalhães | |
| REFLEXÕES SOBRE DESIGN E ESTIGMA NO ENVELHECIMENTO | 86 |
| Yago Weschenfelder Rodrigues; Luís Nuno Coelho Dias e Ana Isabel Barreto Furtado Franco de Albuquerque Veloso | |
| ENTRE CANHÕES E TEMPESTADES: METÁFORAS NA LINGUAGEM POLÍTICA DA IMPRENSA DO SÉCULO XIX | 110 |
| Álvaro Antonio Klafke e Murillo Dias Winter | |

APRESENTAÇÃO

SUJEITO, LINGUAGEM E CULTURA: ENTRELAÇAMENTOS INTERDISCIPLINARES

As linguagens atestam uma intensão de comunicar e por isso são dotadas de sentidos e produzidas a partir de uma ação humana intencional. Dessa forma elas possuem a condição de serem simbólicas, ou seja, são portadoras de significados para além daquilo que é mostrado (PESAVENTO, 2008, p. 99). Por isso, suas condições materiais de aparição devem também estar presentes nas preocupações dos historiadores, já que o suporte de uma determinada linguagem, suas condições técnicas, orçamento, distribuição, grupo social dos envolvidos, relações de poder envolvidas na construção do artefato podem revelar muito ao historiador. Um determinado artefato ou um conceito é uma construção, uma interpretação, uma recriação do real, ao passo que ele pode ganhar contornos de um “efeito de real”, de uma “verdade”. Ele pode traduzir uma experiência do vivido ou uma sensibilidade vivenciada pelos sujeitos que a compuseram, ao passo que o artefato, por ser linguagem, inscreve marcas de verdade nos corpos produzindo, assim, subjetivações. Há aí um radical senso de historicidade, inclusive dos próprios sujeitos deslocados doravante das categorias metafísicas, universais e atemporais, na medida em que cada sociedade, num espaço temporal demarcado, produz sua própria economia da verdade (FOUCAULT, 1989, p. 12). Essa economia está inscrita numa poderosa ordem discursiva a reger o que deve ser dito, bem como os silenciamentos produzindo, assim, efeitos substantivos sobre sujeitos. As várias linguagens, também imbricadas nas malhas do poder e organizadas nessa ordem discursiva, instauram identidades e produzem as conexões entre as coisas e o mundo, forjando o próprio mundo (COSTA, 2000, p. 3). Seguindo esse raciocínio, a realidade seria uma operação histórica mediada pela linguagem, já que

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade;

o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1989, p. 12).

É preciso, pois, avaliar os modos como esses artefatos operam na produção dos corpos, das verdades, dos desejos, dos gêneros, das crenças. São importantes instâncias produtoras de subjetividades e identidades de toda ordem. Dessa forma, pode-se supor que na modernidade, através do grande volume de informações que dissemina por meio de seus artefatos culturais, tem se produzido efeitos na modelação dos indivíduos. Os jogos de poder na qual a emergência das variadas linguagens estão inscritos indica que há um amplo e produtivo campo de discussões a ser privilegiado pelo historiador, educador e cientista social, uma vez que esses jogos são pautados pela imposição de significados a respeito dos modos de viver, sentir e pensar num determinado tempo. As linguagens, compreendidas como elementos culturais, oferecem narrativas que capturam e reproduzem sentidos circulantes na cultura. Elas podem funcionar como dispositivos produtivos, pelo fato de produzirem e disseminarem saberes que incidem nos modos de ser e estar dos sujeitos. Pode-se dizer que os sistemas de representação produzidos são veiculados por meio das linguagens, classificando e posicionando os sujeitos, governando seus corpos e lhes oferecendo narrativas ou, ainda oferecendo possibilidades de escapar da captura dos dispositivos de controle abrindo territórios para invenção de outros modos de ser e estar, como bem apontou Michel Foucault ao tratar das heterotopias. Por isso, analisar o conjunto da produção cultural de uma sociedade, através de suas diferentes linguagens, possibilita a compreensão de padrão de comportamento e a constelações de ideias, sentimentos e valores compartilhados (COSTA, 2000).

As culturas não são exatamente manifestações orgânicas de uma determinada sociedade ou grupo social e nem uma esfera autônoma de padrões estéticos, mas estão em permanente conflito com as representações ligadas aos processos de composição e recomposição dos artefatos e suas significações (COSTA, 2000). Stuart Hall já afirmou que é na esfera cultural que as lutas por significações acontecem. Nela, grupos subordinados procuram fazer frente às imposições de significações que sustentam os interesses dos grupos melhor colocados na estrutura social (HALL, 2000). De alguma forma, tais ponderações sustentam o argumento de Roger Chartier de que a percepção social não está na esfera da neutralidade. É resultado de estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade às custas dos outros, pois habita o campo das concorrências e competições, cujos desafios

se mostram em termos de poder e dominação (CHARTIER, 2002). Isso porque a luta pelas representações são tão válidas quanto às lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe ou tenta impor sua concepção de mundo e seus valores e linguagens como a do cinema, da televisão e das canções, por exemplo, são topos privilegiados para problematizar essas lutas. Essas linguagens não são, portanto, apenas manifestações culturais, são práticas de representações, pois inventam sentidos que circulam e operam na arena cultural onde os significados não criados, recriados e negociados. As culturas operam a partir de suas linguagens.

Os artigos reunidos neste dossiê percorrem uma ampla gama de problematizações e objetos oriundos de terrenos disciplinares diversos mas que, antes, necessitaram mobilizar debates para além de suas fronteiras. Vale destacar que o fio condutor reside na articulação entre as categorias sujeito, linguagem e cultura engendrando uma densa reflexão sobre os saberes e as identidades nisso que convençamos chamar de presente.

O Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e a Gavagai – Revista Interdisciplinar de Humanidades oferecem ao leitor e à leitura este novo número como forma de contribuir para divulgação do conhecimento e para o debate mais amplo sobre as formas de vida, sobre a produção de saberes, a produção de verdades e sua disseminação, sobre as artes e outros temas caros às Ciências Humanas.

Fábio Feltrin de Souza¹

Organizador do Dossiê

¹ Professor do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) – campus Erechim da UFFS. Contato: fabio.feltrin81@gmail.com

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR EM HOSPITAIS PÚBLICOS

Rodrigo Faria Pereira¹ Luciana Patricia Zucco²

Resumo: Examina-se a produção de conhecimento sobre o processo transexualizador em hospitais públicos a partir da estruturação dos serviços por eles ofertados. Foram analisados os aspectos legais, suas normativas e portarias que regulam os critérios para o credenciamento institucional no Ministério da Saúde, bem como o processo de estruturação dos serviços públicos necessários para a atenção a saúde da população trans, destacamos ainda a organização e a mobilização dos agentes institucionais que vão materializar a oferta desses serviços. A pesquisa que embasa este artigo é de abordagem qualitativa e de tipo exploratório-descritivo cuja coleta de dados ocorreu fundamentalmente em fontes bibliográfico-documental. A sistematização dos dados ocorreu através da análise de conteúdo das fontes coletadas que foi adensada também pela experiência profissional no estágio de vivência no período de formação na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde. Intenciona-se dar visibilidade aos determinantes envolvidos que facilitam ou dificultam a ampliação e a efetivação da política de atenção à saúde da população trans, especialmente em serviços de saúde que disponibilizem os procedimentos para a realização do processo transexualizador em hospitais públicos.

Palavras-chave: Processo Transexualizador. Processo Transexualizador no SUS. Transgenitalização.

1. INTRODUÇÃO

Na experiência profissional nos serviços de saúde, deparei-me com demandas da população trans que solicitavam orientação e encaminhamentos para

1 Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Programa Pós-Graduação em Serviço Social/ PPGSS e Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Saúde, Sexualidades e Relações de Gênero – NUSSERGE. Florianópolis/SC/Brasil – rodrigofariapereira@gmail.com.

2 Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Saúde, Sexualidades e Relações de Gênero – NUSSERGE. Florianópolis/SC/Brasil - lpzucco@uol.com.br.

acessar o processo transexualizador³ em hospitais públicos. No estado de Santa Catarina, tanto na modalidade ambulatorial e ambulatorial hospitalar não há instituição de saúde habilitada e serviços estruturados para atender as demandas e necessidades específicas da população trans⁴. Persistem inúmeras dificuldades ante os encaminhamentos direcionados para os centros de referências hospitalares em outros estados, principalmente pela inexistência de protocolos e fluxos envolvendo referência e contrarreferência.

Tal experiência profissional levou-me a aprofundar os estudos e a prática sobre o processo transexualizador durante a especialização em Residência Integrada Multiprofissional em Saúde no Hospital Universitário Polydoro Hernani de São Tiago da Universidade Federal de Santa Catarina (RIMS/HU/UFSC). Uma vez inserido na Residência, busquei pelas possibilidades existentes nos serviços de saúde que poderiam ser direcionadas para viabilizar o processo transexualizador em hospitais públicos. Na intenção de problematizar as dificuldades encontradas no meu percurso profissional, menciono em particular os caminhos desconhecidos no momento de referenciar e contrarreferenciar as demandas e, também, a fragmentação ou inexistência de registros que documentem as experiências existentes, examinei a produção de conhecimento sobre o processo transexualizador em hospitais públicos, a partir da estruturação dos serviços por eles ofertados para a atenção à saúde da população trans.

Com isso, dou visibilidade e pontuo a importância, principalmente, da produção de conhecimento sobre as experiências construídas, dos caminhos percorridos, dos atores envolvidos, dos procedimentos e protocolos adotados, bem como os demais encaminhamentos necessários para a estruturação dos serviços voltados ao processo transexualizador. Identifico e analiso, através dos dados levantados, os desafios existentes para viabilizar o processo transexualizador em hospitais públicos, especialmente em hospitais-escola, porque estes são *locus* para a experimentação de novos modelos assistenciais em saúde, ao promoverem novas práticas e saberes na construção do SUS.

3 Trato aqui como processo transexualizador todos os procedimentos biopsicossociais envolvidos na atenção integral à saúde da população trans.

4 Importante relatar que em Florianópolis/SC, foi organizado por iniciativa dos médicos que atuam na Estratégia de Saúde da Família – ESF, vinculados à Prefeitura Municipal de Florianópolis, o ambulatório primeiramente no Centro de Saúde localizada na Lagoa da Conceição, onde era prestados serviços de atenção à saúde da população trans. Atualmente o serviço acontece no Centro de Saúde no bairro Saco Grande, pois o profissional responsável pela organização do serviço foi transferido de unidade.

2. O PERCURSO METODOLÓGICO

Foi utilizada abordagem qualitativa (MINAYO, 1992), cuja coleta de dados ocorreu através de pesquisa bibliográfico-documental de tipo exploratório-descritiva. O tipo de pesquisa é exploratório-descritivo, porque se dedica a debater preocupações advindas da intervenção profissional, envolvendo temas ainda pouco explorados na literatura e que, por isso, necessitam de uma maior descrição das características e variáveis que envolvem o fenômeno que se deseja apreender da realidade (GIL, 1994). Para a análise dos dados, utilizei a técnica de análise de conteúdo na modalidade temática. O processo de tratamento dos dados ocorreu por meio das três etapas que constitui a análise de conteúdo, a saber: exploração do material, pré-análise, e tratamento dos resultados e interpretação (BARDIN, 1977).

A *exploração do material* que compôs o *corpus* ocorreu a partir da busca *on-line* nas bases de dados acadêmico-científicas. A coleta das fontes bibliográficas pesquisadas ocorreu na base de dados LILACS “BDENF, “INDEXPSI”, “CVSP-Brasil”, cujo acesso se deu pelo site BIREME (<http://bvsalud.org/>). SCIELO; OASISBrasil e PubMed/Medline.

A seleção das fontes bibliográficas ocorreu, pelo uso das palavras-chave: processo transexualizador e processo transexualizador no SUS. Os descritores: atenção primária em saúde; atenção básica; atenção primária; atendimento básico; atendimento primário; cuidados de saúde primários. Na base de dados “LILACS” OR “BDENF” OR “INDEXPSI” OR “CVSP – Brasil”, no campo de busca, utilizei: *tw:(("processo transexualizador" OR "Sex Reassignment Process" OR "proceso de reasignación de sexo") OR ((transxua* OR transxua* OR transgenero*) AND (dificuldade* OR obstacul*) AND ("Atenção Primária à Saúde" OR "Atenção Básica" OR "Atenção Primária" OR "Atendimento Básico" OR "Atendimento Primário" OR "Cuidados de Saúde Primários" OR "Cuidados Primários" OR "cuidado primario" OR "primary care" OR "Atención Primaria de Salud" OR "Atención Primaria" OR sus OR "Sistema Unico de Saude")))) AND (instance:"regional") AND (db:(“LILACS” OR “BDENF” OR “INDEXPSI” OR “campusvirtualsp_brasil”).* O resultado da busca apresentou um total de 16 trabalhos, sendo: nove (09) artigos em português; um (01) em inglês; um (01) em espanhol; três (03) teses de doutorado em português; uma (01) produção audiovisual com duração de três minutos; um (01) artigo repetido nesta mesma plataforma de base de dados (LILACS).

Na base de dados SCIELO, no campo de busca, recorri às seguintes palavras-

-chave: (“*processo transexualizador*” OR “*Sex Reassignment Process*” OR “*proceso de reasignación de sexo*”) OR ((*Transexua** OR *transsexua** OR *transgenero**) AND (*dificuldade** OR *obstacul**) AND (“*Atenção Primária à Saúde*” OR “*Atenção Básica*” OR “*Atenção Primária*” OR “*Atendimento Básico*” OR “*Atendimento Primário*” OR “*Cuidados de Saúde Primários*” OR “*Cuidados Primários*” OR “*cuidado primario*” OR “*primary care*” OR “*Atención Primaria de Salud*” OR “*Atención Primaria*” OR SUS OR “*Sistema Unico de Saude*”). O resultado da busca apresentou um total de 20 trabalhos, sendo: seis (06) artigos em português; um (01) em espanhol; seis (06) que se repetem na LILACS; sete (07) que se repetem nesta mesma base de dados (SCIELO)

Na base de dados OASISBrasil, no campo de busca avançada, no primeiro campo, utilizei a palavra-chave *processo transexualizador* e, no segundo campo, os descritores: (*Transexua** OR *transsexua** OR *transgenero**) AND (“*Atenção Primária à Saúde*” OR “*Atenção Básica*” OR “*Atenção Primária*” OR “*Atendimento Básico*” OR “*Atendimento Primário*” OR “*Cuidados de Saúde Primários*” OR “*Cuidados Primários*” OR “*cuidado primario*” OR “*primary care*” OR “*Atención Primaria de Salud*” OR “*Atención Primaria*” OR SUS OR “*Sistema Unico de Saude*”). O resultado da busca apresentou um total de 26 trabalhos, sendo: um (01) artigo em português; quatro (04) trabalhos de graduação em português; oito (08) dissertações de mestrado em português; uma (01) tese de doutorado em português; dois (02) trabalhos se repetem nas duas bases de dados acima; três (03) foram identificados na SCIELO; cinco (05), igualmente, figuraram na LILACS; 02 se repetem nesta mesma base de dados (OASISBrasil).

Na base de dados PubMed/Medline, no campo de busca, usei os descritores: (“*Sex Reassignment Process*”) OR ((*transsexua** OR *Transgender**) AND (“*primary care*”) AND (*brazil[Title/Abstract]* OR *brazilian**)). O resultado apresentado foi três (03) trabalhos, sendo: um (01) artigo em inglês; um (01) artigo em espanhol; um (01) artigo se repete na base de dados LILACS.

Na fase metodológica referente à *pré-análise* das fontes bibliográficas selecionadas para pesquisa, foram necessárias duas etapas de classificação do conteúdo levantado. A primeira etapa envolveu um total de 65 fontes mapeadas, destas 27 foram excluídas por repetição. A segunda etapa de classificação por conteúdo abarcou 38 fontes, divididos em 22 artigos, que foram submetidos à leitura completa e apenas um (01) texto aproximou-se do objeto de pesquisa, sendo incorporado ao *corpus* de análise. Das oito (08) dissertações de mestrado, quatro (04) teses de doutorado e quatro (04) trabalhos de conclusão de curso foram lidos apenas os resumos para identificar se seus objetivos respondiam ao

parâmetro temático relacionado ao objeto de estudo. Dessas 16 fontes, naquelas que houve dúvidas quanto a sua pertinência, foi aplicado à técnica de leitura fluente e nenhum texto foi incluído ao *corpus* de análise.

Na seleção das fontes documentais, selecionei as legislações, normativas e portarias que versam sobre diretrizes do SUS que abordam a atenção à saúde da população trans, voltada ao processo transexualizador. Analisei, ainda, protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e linhas de cuidado orientadas pelo Ministério da Saúde (MS) brasileiro e por Organismos Internacionais. Neste conjunto de documentos, destaco a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), instituída na Portaria n. 2.836/2011, através Resolução n. 02/2011/CIT. Esta tem por objetivo apresentar estratégias para gestão federal, estadual e municipal, no processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde da população LGBT, através do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2012-2015).

3. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR EM HOSPITAIS PÚBLICOS

O artigo que compôs o corpus de análise (POPADIUK et al. 2016) menciona que mesmo diante da classificação patologizante, observar-se que as políticas de saúde voltadas à população trans são resultados da luta e tensionamento por parte de setores progressistas do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais⁵ e Queer⁶ (LGBTIQ) exigindo atenção para as suas neces-

5 É uma pessoa que nasce com os dois sexos ou com uma genitália “indefinida”. Na medicina, fica caracterizado um quadro de hermafroditismo, uma condição causada, na maioria das vezes, por uma mutação genética. O mais habitual é que a pessoa tenha ambos os órgãos sexuais, porém, apenas um deles é funcional. Segundo a leitura biomédica, um intersexual precisa ser acompanhado por uma equipe multidisciplinar, para que o quadro seja avaliado e feitas as correções funcionais necessárias para garantir o “correto” desenvolvimento da criança. Até alguns anos atrás, o costume era o de realizar uma cirurgia para preservar o sexo dominante, completando o tratamento com hormônios, por imposição social do modelo heterocisnormativo. Hoje, a abordagem é mais cuidadosa, sendo recomendado, inclusive, esperar para que o próprio intersexual possa opinar e decidir se quer se submeter a qualquer intervenção e tratamento.

6 Desde o início do século 20, queer teve o significado de “gays ou lésbicas”, e durante a maior parte do tempo tem sido usado com intenções depreciativas e percebido como insultante. A partir da década de 1980, o termo queer foi cada vez mais adotado, especialmente, entre os membros mais jovens da comunidade gay e lésbica como um termo positivo de autorreferência. No entanto, o termo não é universalmente aceito na comunidade LGBT, e ainda pode ser visto por alguns como degradante. O termo mais recentemente veio a incluir qualquer pessoa cuja sexualidade ou identidade de gênero não se enquadra no modelo heterocisnormativo ou no binarismo de gênero (homem/mulher). Uma pessoa que se identifica como queer pode ser gay, lésbica, bissexual, transgênero, gênero fluido, entre outros, mas o uso do termo queer busca evitar qualquer engessamento dentro de rótulos específicos (<https://culturavisualqueer.wordpress.com/2010/08/19/1645/>).

sidades específicas. Até 1997, eram proibidas no Brasil as cirurgias de ‘mudança de sexo’ (termo empregado nesse contexto histórico). Em 1975 foi realizado pelo cirurgião Roberto Farina as primeiras cirurgias voltadas para “diagnósticos” de “parafilia”⁷ e intersexualidade. (FRANCO et al. 2010). As pessoas trans que dejessem passar por procedimentos cirúrgicos recorriam a clínicas clandestinas ou a médicos no exterior, o que traz para o campo de análise outros marcadores como classe/raça/gênero, restringindo qualquer acesso a procedimentos para a população trans mais vulnerabilizadas, salvo somente na existência de má formação genital ou em casos lesão (LIONÇO, 2009).

As *fontes documentais* analisadas nos remetem ao percurso social e histórico do reconhecimento do direito à saúde da população trans nos serviços públicos no Brasil. Para a análise desses dados o trabalho de POPADIUK et al., (2016), retrata situações-chaves que contribuíram para a construção da PNSILGBT. Em 1988 com a Constituição Federal: Saúde é direito de todos e dever do Estado; 1990 criada a primeira associação de travestis (RJ); 2004 é criado o CTSLGBT⁸, o Programa Brasil Sem Homofobia e o Dia da Visibilidade Trans; 2006 conquista de representação no CNS⁹ expressa na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, portaria nº 675/GM/2006, evocando o respeito pela diversidade de orientação sexual e identidade de gênero; 2007 13ª CNS¹⁰ garante o acesso da população LGBT nas três esferas de governo, através da implementação da Política Nacional de Saúde; 2008 é instituído o Programa Mais Saúde, o Processo Transexualizador é implantado no SUS e aconteceu a 1ª CNPPDHLGBT¹⁰; 2009 é aprovada a PNSILGBT no CNS; 2011 a 14ª CNS pactua a implementação da PNSILGBT nas três esferas de governo, acontece a 2ª CNPPDHLGBT, redefinição do CTSLGBT, é publicada a PNSILGBT sendo o marco no reconhecimento de que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero são determinações de saúde; 2013 ocorre à ampliação do processo transexualizador no SUS, a inclusão do Nome Social no Cartão do SUS; 2014 é organizado o Seminário sobre Travestilidades e Transexualidades no SUS, exigindo maior cobertura no processo

7 De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora, uma parafilia é um desvio sexual. Trata-se de um comportamento onde a fonte do prazer não se encontra na copulação em si, mas em situações mais bizarras e fora do comum. As parafilias são consideradas inócuas e inofensivas, exceto se for dirigida a um objeto potencialmente perigoso ou prejudicial a alguma das pessoas que façam parte do ato sexual (como no caso da pedofilia). Convém salientar que os parâmetros para considerar se uma conduta sexual é ou não parafilica foram evoluindo ao longo da história e consoante a área geográfica. Posto isto, certas práticas como a masturbação e o sexo oral eram consideradas parafilicas até meados do século XX, embora, hoje em dia, já não sejam tidas em conta como desviantes nem anormais (exceto se a atividade sexual do sujeito se limitar a estas). 8 Comitê Técnico de Saúde LGBT

8 Conselho Nacional de Saúde.

9 Conferência Nacional de Saúde.

10 Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT.

transexualizador para todos os segmentos; 2015 1ª oferta de curso de capacitação online para trabalhadores UNA-SUS/UERJ, Política Nacional LGBT, inclusão dos campos: identidade de gênero e orientação sexual na Ficha de Notificação de Violência, 15ª CNS, o MS lança o livro *Transexualidade e Travestilidade na Saúde*; 2016 acontece a 3ª CNPPDHLGBT que discute a necessidade de criminalizar à violência LGBT e a 2ª oferta do curso UNA-SUS/UERJ Política Nacional LGBT.

O processo transexualizador realizado pelos hospitais públicos através do SUS foi instituído pela Portaria nº. 457/2008 do MS, redefinido e ampliado pela Portaria nº. 2.803/2013, tendo como referenciais a resolução nº. 1.482/97 do Conselho Federal de Medicina/CFM, alterada pela Resolução nº. 1.652/2002 e modificada pela Resolução nº. 1955/2010, que estabelece os critérios éticos e disciplinadores para a conduta médica, dispondo regras para o acesso à cirurgia de transgenitalização¹¹, antes restritas apenas aos hospitais universitários ou hospitais públicos dedicados a pesquisas na área.

As orientações para realizar o processo transexualizador no SUS determinam acompanhamento por dois anos, em unidades credenciadas, conforme estabelece a Portaria 457/2008. Mesmo após a revisão na última Portaria nº 2.803/2013, exige-se estruturação de equipe multidisciplinar composta por: cirurgião reconstrutor genital (urologista e/ou ginecologista), psiquiatra, psicólogo, endocrinologista, cirurgião plástico, assistente social, enfermeiro, geneticista, cirurgião geral, anestesista, mastologista, otorrinolaringologista e fonoaudiólogo.

Outra exigência consiste em possuir diagnóstico de disforia de gênero conforme classificado no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM 5, 2014). Segue-se classificando de maneira patológica as transexualidades, definidas como um transtorno do desenvolvimento sexual e indica “desvios” somáticos inatos do trato reprodutivo em relação à norma. A conceituação traduz-se em indicadores biológicos de masculino e feminino, focando a disforia como um problema clínico ao mencionar o descontentamento afetivo/cognitivo expresso pela pessoa trans com o gênero que lhe foi designado. A conduta profissional requerida por essa conceituação reafirma como imprescindível e necessário o acompanhamento terapêutico como condição para a realização do procedimento cirúrgico e, posterior, assessoria jurídica para mudança no nome civil.

POPADIUK et al. (2017), ao retratar a realidade que se apresenta nacionalmente em relação ao credenciamento de hospitais universitários e estabelecimentos públicos mostra a fragilidade na estruturação da rede de atenção à saúde

¹¹ O termo original que consta no texto elaborado pelo CFM traz a terminologia “Transexualismo”, porém, por decisão política, utilizarei transgenitalização.

da população trans. Dos 320 procedimentos hospitalares vinculados ao processo transexualizador no SUS de 2008 a 2016, 121 foram registrados como residentes no Sudeste; 115 na região Sul; 60 no Centro-Oeste; 17 no Norte; 04 no Nordeste e 03 no Distrito Federal. Importante ressaltar que não há instituição credenciada e serviços ofertados na região Norte. No estudo apresentado, das cirurgias realizadas neste mesmo período: 125 foram no Sudeste (HC/SP e HUPE/RJ); 110 no Sul (HC/RS); 70 no Centro-Oeste (HC/GO) e 15 no Nordeste (HC/PE).

Outro tema analisado no trabalho desenvolvido pela UNA-SUS/UERJ; através da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde do Brasil – SGEP, discorre sobre os problemas na organização dos serviços a partir da estruturação das linhas de cuidados na atenção para a realização das ações do processo transexualizador a partir da atenção básica. Situação que mostra muitas dificuldades no entendimento pelas equipes, quanto pelos gestores municipais, materializados nas falas das pessoas trans ao buscar os serviços de saúde. (ROCON et al. 2017). Este trabalho apresenta os resultados através de pesquisa com pessoas trans, verbalizando que para além da oferta de cirurgias e hormônios, reivindicam serviços capazes de oferecer uma atenção integral em saúde, pautada na autonomia e no respeito ao processo de transição no gênero através do princípio da equidade.

No SUS, cinco hospitais públicos estão habilitados pelo MS para realização do processo transexualizador, na realização dos atendimentos ambulatoriais e hospitalares, são eles: Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás, Goiânia (GO); Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (RJ); Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS); Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina FMUSP/Fundação Faculdade de Medicina MECMPAS, São Paulo (SP); Hospital das Clínicas/Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE).

Há também quatro serviços habilitados pelo MS no processo transexualizador que realizam somente atendimento ambulatorial, localizados no Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE) no Rio de Janeiro/RJ; Ambulatório do Hospital das Clínicas de Uberlândia/MG; Centro de Referência e Treinamento (CRT) DST/AIDS em São Paulo/SP; Centro de Pesquisa e Atendimento para Travestis e Transexuais (CPATT) do Centro Regional de Especialidades (CRE) Metropolitano em Curitiba/PR.

Por iniciativa estadual, na rede de saúde pública também foram criados serviços ambulatoriais destinados ao atendimento de travestis e transexuais que

queiram iniciar seu processo transexualizador, a saber: Ambulatório AMTI-GOS do Hospital das Clínicas de São Paulo/SP; Ambulatório para travestis e transexuais do Hospital Clementino Fraga, em João Pessoa (PB); Ambulatório Transexualizador da Unidade de Referência Especializada em Doenças Infecto - Parasitárias e Especiais (UREDPIPE), em Belém /PA; Ambulatório de Saúde Integral Trans do Hospital Universitário da Federal de Sergipe Campus Lagarto, em Lagarto (SE) e o Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes da UFES/HUCAM, que realizada as cirurgias através da pactuação com o Estado/ES.

Conforme dados disponibilizado pelo Hospital de Clínicas do RS, até 2014, foram realizados mais de 6 mil procedimentos ambulatoriais e 240 procedimentos cirúrgicos nos serviços habilitados. No Hospital Clínicas de Porto Alegre/RS foram feitos em torno de 220 cirurgias em 18 anos do Programa. A média atual é de duas cirurgias por mês: uma voltada a mulheres trans e uma para homens trans, e ocorrem por ordem de ingresso no programa, surgindo todos os meses oito novas consultas.

Nas *fontes bibliográficas* analisadas, os temas centrais versam sobre a implementação do processo transexualizador e seu histórico de construção e embates no MS, evidenciando: o total de procedimentos realizados; as desigualdades regionais de acesso; o acompanhamento das ações de implementação conforme PNSILGBT; os desafios frente aos setores conservadores presentes no poder legislativo e executivo, ressaltando as ações conquistadas para a manutenção e potencialização do processo transexualizador no SUS.

Os 04 textos que versaram a partir do processo de judicialização para o acesso aos serviços de saúde (SILVA, 2016), questionam a judicialização como instrumento de negação da autonomia das pessoas trans e sua ambivalência, instigando à reflexão sobre as dificuldades encontradas no pós cirúrgicos para a não automática troca de nome e de sexo em seus documentos civis (SHERMAM et al., 2011). Questiona-se a exigência jurídica do diagnóstico patologizante, mostrando que as orientações internacionais e seus códigos de classificações são cambiáveis, fato que mostra a possibilidade de modificação das condições impostas, abrindo horizontes de concretizar o processo transexualizador de forma não patologizante. Outro dado em questão é o atrelamento da decisão judicial condicionada à realização da cirurgia de redesignação, dificultando a inclusão das travestis e mostrando que em diversos processos, o laudo dos psicólogos não influem nas decisões dos magistrados (CORDEIRO, 2012). Contraditoriamente também será através de recursos jurídicos que o processo transexualizador vai se materializar, pela articulação e tensionamento de segmentos progressistas da

comunidade LGBTIQ com diversos aparatos legais, como foi relatado na estruturação do serviço no HC/UFPE. (SCHUMANN, 2016; TENÓRIO; VIEIRA; LIVADIAS, 2017).

Dentre as negligências presentes nas demandas específicas dos homens trans inseridos no processo transexualizador, destaco: a oferta e dispensação de hormônios; os exames laboratoriais específicos; a ausência de iniciativas e tecnologias no processo transexualizador para os homens trans (TENÓRIO; VIEIRA; LIVADIAS, 2017). Isso retrata a assimetria de gênero no acesso ao processo de reconstrução de seus corpos e a reivindicação por atendimento multiprofissional nos serviços de saúde (ROCON et al, 2017).

A despatologização é tema discutido extensivamente em todas as fontes selecionadas e analisadas, contestando o entendimento de saúde como condição de ausência de doença, a exigência de laudos que apresentem um diagnóstico para entrada ou não nos serviços, a limitação no acesso, através de critérios de seletividade, e a restrição do acesso a muitas pessoas trans. Sinalizam como desafio central aos profissionais a necessidade de sair da lógica e a regulação patologizante que categorizam o campo biomédico. Interroga-se sobre a capacidade de gerenciar as condições para o exercício da autonomia das pessoas trans e seus trânsitos pelos dispositivos clínicos de reafirmação de gênero, pois é central na construção de relações intersubjetivas entre equipe médica e usuárias/os a confiança mútua, humanizando o cuidado em saúde e apresentando novas performances identitárias para e com as equipes multiprofissionais dos serviços de transgenitalização (BORBA, 2016). As instituições e seus agentes precisam promover e respeitar a autonomia de decisão das pessoas sem deixar de exercer as tarefas requeridas de cuidados multiprofissionais (NEER, 2016; ROCON et al, 2017).

O aspecto que permeia todas as fontes pesquisadas é o apontamento da necessidade de ações de educação permanente para os trabalhadores de saúde, desde que essa formação amplie o entendimento acerca do processo transexualizador e envolva todas as categorias profissionais presentes nos serviços, de recepcionistas, seguranças, técnicos de enfermagem até profissionais diretamente envolvidos com os procedimentos específicos. Envolver no acolhimento todos os trabalhadores direta ou indiretamente no processo transexualizador tende a diminuir substancialmente os entraves e as discriminações sofridas pelas pessoas trans que buscam os serviços de saúde. (NEER, 2016).

A gestão coletiva dos processos de trabalho é caracterizada como um grande desafio frente à conjuntura atual dos serviços marcados por fragmentações,

terceirizações, pela lógica privada nos modelos de gestão dos hospitais públicos, pela divisão de responsabilidades que relega a capacitação/formação dos trabalhadores às empresas prestadoras de serviços, sem mencionar as atuais condições de trabalho: precarizado, baixos salários e escolarização. (ANGONESE; LAGO, 2017).

Outro desafio apontado refere-se à reformulação dos currículos profissionais, especialmente na área médica marcada pela inexistência de disciplinas sobre gênero e diversidade sexual e treinamento formativo no tratamento das identidades de gênero, deixando a critério individual a busca pelo conhecimento. Com isso, é frequente os problemas nas trocas de turnos, a diferenciação no tratamento e na autoidentificação, e o desrespeito quanto ao uso do nome social. Essas observações são transversais ao *corpus*, acrescida da violação da autonomia das pessoas trans no processo transexualizador, devido a não garantia automática da troca do nome e do sexo no registro civil. (NEER, 2016; ANGONESE; LAGO, 2017).

Esses obstáculos compõem as inúmeras variáveis que levam à população trans a resistir ao tratamento de saúde em serviços públicos credenciados, resultante dos trabalhos com entrevistas à população usuária. (ROCON et al, 2017; POPADIUK et al. 2016; TENÓRIO et al. 2017). É grande a discriminação, contribuindo com quadros de sofrimento psíquico, adoecimento físico e abandono de tratamentos. Esses determinantes colocam a necessidade de adequação dos sistemas de saúde à regulação vigente sobre gênero e diversidade sexual, mas, principalmente, na superação de práticas morais, religiosas e heterocisnormativas.

Nas fontes bibliográficas acessadas nos bancos de compõe essa pesquisa, figura a ausência de informações que tratassem diretamente da estruturação dos serviços habilitados no SUS, ainda que se considerem as fontes encontradas como partes indispensáveis da análise dedicada a propor reflexão sobre a (re)organização e a (re)estruturação dos serviços existentes, e contribuir para a expansão dos serviços e equipes requeridos ao processo transexualizador em outros hospitais públicos.

O principal ponto comum encontrado a partir das experiências retratadas pelas fontes até aqui descritas consiste no fato do processo transexualizador resultar de um longo percurso de articulação política na sociedade civil. Congrega ampla mobilização de diferentes movimentos sociais organizados em torno da pauta trans e dedicados a exigir o reconhecimento de suas agendas, e consequentemente, a estruturação de serviços específicos para sua atenção. Significa que,

anteriormente às Portarias Ministeriais, era experimental o serviço de cirurgias de transgenitalização em mulheres trans que corresponde aproximadamente de 1997 a 2008, quando ocorreu a regulamentação e a recomendação aos serviços para que os procedimentos passassem a ser ofertados (TENÓRIO; VIEIRA; LIVADIAS, 2017).

A **habilitação** de Unidades de Atenção Especializada no Processo Transexualizador ocorre através do Gestor Federal em ratificar o credenciamento realizado pelo Gestor Estadual ou Pleno Municipal em conformidade com o estabelecido no Pacto pela Saúde, em seu componente Pacto de Gestão (Portaria nº 598/2006). A Habilitação é exigível para as Unidades de Atenção Especializada que estejam aptas e venham a realizar procedimentos que compõem o Processo Transexualizador. Para a definição das Unidades de Serviço Especializado, os gestores deverão observar os seguintes parâmetros: **a) ter base territorial de atuação definida por Macrorregião; b) necessidade de cobertura assistencial; c) mecanismos de acesso com os fluxos de referência e contrarreferência; d) capacidade técnica e operacional dos serviços; e) equipe de profissionais de saúde; f) integração com a rede de referência hospitalar em atendimento as urgências/emergências**, com os serviços de atendimento pré-hospitalar, com os demais serviços assistenciais (ambulatórios e hospitalares) e com a Central de Regulação disponível no estado.

Emitido o parecer a respeito do credenciamento/habilitação pela Gestão do SUS, o processo ficará disponível ao Ministério da Saúde para fins de supervisão e auditoria. Quando for exigível a habilitação, deverá ser enviada a seguinte documentação: Processo de Habilitação do estabelecimento em Atenção Especializada no Processo Transexualizador – modalidade ambulatorial. Entende-se pelo ato do Gestor Federal de ratificar o credenciamento realizado pelos Gestores Estaduais e Municipais, em conformidade com o Decreto nº 7.508/ 2011 e o processo de habilitação, ao ser formalizado, deverá ser instruído com: 1) Documento que comprove aprovação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB); 2) Formulário de vistoria, devidamente assinado pelo gestor, para habilitação do estabelecimento de saúde, sendo que a mesma deverá ser realizada “in loco” pelo gestor responsável pela formalização do processo de credenciamento/habilitação e que avaliará as condições de funcionamento da Unidade: área física, recursos humanos, responsabilidade técnica e demais exigências estabelecidas pela portaria; 3) O relatório de vistoria e o parecer conclusivo do Gestor deverão conter a manifestação expressa, firmada pelo Secretário de Saúde, em relação ao credenciamento/habilitação. No caso do processo formalizado por Secretaria

Municipal de Saúde com competência de gestão para tal, deverá constar além do parecer do gestor municipal, o parecer do Gestor Estadual, que será responsável pela integração da unidade à rede estadual e a definição dos fluxos de referência e contrarreferência das/os usuárias/os; 4) Documento com o cálculo de impacto financeiro; 5) Documentos comprobatórios da titulação acadêmica dos profissionais da equipe assistencial e do responsável técnico. Estes profissionais deverão estar cadastrados no SCNES¹², com suas respectivas titulações. (Portaria GM/MS 457).

A equidade como fundamento ético para as políticas do SUS decorreu das iniciativas advindas dos Comitês Técnicos de Promoção da Equidade/MS/2003 voltadas para ampliação da atenção e cuidados em saúde. Sua materialidade é fortalecida pelas instâncias de controle social na gestão das políticas de saúde após a criação da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa dedicada a avançar na universalização do Direito à Saúde através da equidade no acesso aos serviços públicos (COSTA; LIONÇO, 2006).

A estruturação dos serviços de saúde, quaisquer que sejam, deve se submeter à análise da Comissão Intergestora Bipartite (CIB). A pactuação ocorre baseada na Portaria n. 545/93/MS que regulamenta os trâmites de aprovação para o credenciamento das unidades hospitalares/atenção especializada do processo transexualizador (BRASIL, 1993). Após autorização, acontecem os procedimentos de articulação para a composição das equipes dentro do organograma administrativo do hospital, atribuindo os respectivos profissionais responsáveis em ambas as modalidades (ambulatorial e hospitalar). Por sua vez, o planejamento dos processos internos ocorre de modo a estabelecer: a construção de fluxos; a regulação e adaptação dos sistemas (uso do nome social e formas de faturamento dos serviços etc.); a capacitação/sensibilização dos trabalhadores para o uso do nome social e para o atendimento humanizado; a estruturação dos ambulatórios, das instalações da internação para os procedimentos necessários (ex: leitos para cirurgias e bloco cirúrgico); a projeção dos materiais e dos insumos necessários aos tratamentos (ex: compra e dispensação dos hormônios, exames laboratoriais e de imagem etc.) (TENÓRIO; VIEIRA; LIVADIAS, 2017). A sistematização dos dados expõe que ainda está a cargo das gestões locais a responsabilidade de estruturar e executar, ou não, o processo transexualizador na rede pública de serviços de saúde. No âmbito das experiências concretas existentes nos hospitais e ambulatórios públicos, a atenção e o cuidado a saúde das pessoas trans ainda ocorre como iniciativas parcialmente isoladas e coordena-

12 Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

nadas de profissionais que se interessam individualmente (carreira, militância, pesquisa) pela questão. A realidade segue desafiando o instituído e este artigo tentou dar visibilidade a alguns dos determinantes que facilitam ou dificultam a ampliação e a efetivação da política de atenção à saúde da população trans, especialmente em serviços de saúde que disponibilizem os procedimentos para a realização do processo transexualizador em hospitais públicos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das fontes que compuseram o banco de dados da pesquisa, observei ser insuficiente a preocupação das equipes com o registro da história dos serviços e dos fluxos necessários para estruturar o processo transexualizador, bem com a elaboração de materiais didáticos informativos que possam disseminar a construção em hospitais públicos, dirimindo preconceitos e orientando a demanda reprimida quanto aos caminhos a percorrer, nos casos de interesse em iniciar o processo transexualizador.

Diversos desafios são apontados para a estruturação dos serviços voltados para o processo transexualizador, dentre eles se apresentam: a) portarias referentes ao credenciamento não apresentarem mecanismos que possam garantir sua execução e estruturação, deixando a critério de cada gestor sua vinculação; b) ausência de definição sobre o financiamento dos insumos necessários nos procedimentos cirúrgicos, fato vivenciado *in loco*, como os moldes (próteses penianas) utilizados para evitar estenoses das neovaginas de mulheres trans, coletes compressores do tórax no pós-operatório nas mastectomias de homens trans; c) viabilização da dispensação de hormônios nas políticas farmacêuticas do SUS, com a inclusão na Relação Nacional de Medicamentos (RENAME), facilitando a assistência à terapia hormonal na atenção básica; d) lista de exames laboratoriais mínimos disponibilizados; e) garantia de infraestrutura mínima para o funcionamento do serviço; f) qualificação dos/as profissionais contratados/as, para atenuar dificuldades com práticas e perspectivas transfóbicas e estigmatizante, conforme aponta as fontes analisadas.

REFERÊNCIAS

ANGONESE, M; LAGO, M. C. S. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. SCIELO Saúde e Sociedade, Vol. 26, Nº1 Páginas 256 – 270, Mar, 2017.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 1977.

BORBA, R. Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais. *Sex. Salud Soc. (Rio J.)*; (17): 66-97, Tab /Artigo em Português| LILACS | ID: lil-722335, May-Aug, 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. 4º ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. Presidência da República. Lei nº 9. 090, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. Presidência da República. Lei nº 8. 142, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 545, de 20 de Maio de 1993. Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde, através da Norma Operacional Básica – SUS 01/1993.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 1.707/GM, de 18 de Agosto de 2008. Institui, no âmbito do SUS, o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de agosto de 2008(a)*.

CORDEIRO, D.M. *Transtorno de identidade sexual em adultos e justiça: laudo psicológico para mudança de prenome*. Oásisbrasil – Dissertação de Mestrado Universidade de São Paulo/Faculdade de Medicina e Psiquiatria São Paulo, 2012.

COSTA, A.N; LIONÇO, T. “Democracia e Gestão Participativa: uma estratégia para a equidade em saúde?” *Rev. Saúde e Sociedade v.15, n.2, p.47-55, maio-ago 2006*.

FRANCO T, Miranda LC, Franco D, Zaidhaft S, Aran M. “Transgenitalização masculino / feminino: experiência do hospital universitário da UFRJ”. *Rev. Col. Bras. Cir. [periódico na Internet] 2010; 37(6)*. Disponível em URL: <http://www.scielo.br/rcbc>.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIONÇO, T. “Atenção Integral a Saúde e diversidade sexual no processo transexualizador no SUS: avanços, impasses, desafios”. *Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19 [1]: 43-63, 2009*.

MINAYO, M.C.D.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo - Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

NEER, A.F. “Obstáculos y facilitadores para garantizar el derecho a la salud integral trans en el Gran Buenos Aires y La Plata”. Rev. Argent Salud Pública, 2016; 7(29): 26-30, 2017.

POPADUYIK, G. S; OLIVEIRA, D. C; SIGNORELLI, M. C. “A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios”. Ciênc. Saúde Colet; 22(5): 1509-1520, tab, graf Artigo em Português|LILACS-Express| ID: biblio-839967. Maio 2017.

ROCON, P.C; SIDRÉ, F; ZAMBONI, J; RODRIGUES, A; ROSEIRO, M.C.F.B. “O que esperam pessoas trans do sistema único de saúde?” Rev. Interfaces, comunicação, saúde, educação. São Paulo; VUNESP, 2017.

SCHUMANN, B. O direito à saúde na sociedade complexa: o direito ao processo transexualizador e as implicações sociojurídicas. Oásisbrasil - Dissertação Mesurado em Direito URI/UNISINOS; Porto Alegre/RS, 2016.

SILVA, J.V.V. O direito à saúde e os transexuais: possibilidades de intervenção do judiciário no processo transexualizador do SUS. Oásisbrasil - Artigo elaborado como conclusão parcial do título de direito - TCC Graduação; Juiz de Fora/MG, 2016.

TENÓRIO, L.F. P; VIEIRA, L. L. F; LIVADIAS, S. K. “Da Luta à execução do processo transexualizador: experiências do Hospital das clínicas da UFPE”. Transpóliticas Públicas. Org: OLIVEIRA, A.D; PINTO, C.R.B. Campinas: Papel Social, 2017.

Sítios consultados

BOLETIM ELETRÔNICO DO SINDICATO DOS MÉDICOS DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.simers.org.br/2016/07/pioneiro-hospital-de-porto-alegre-acolhe-transgeneros-de-todo-o-brasil/>. Acesso em 17 Dez. 2017.

PORTAL SAÚDE DO MISTÉRIO DA SAÚDE. Disponível em:

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1174-sgep-aiz/lgbt/21885-processo-transexualizador>. Acesso em 17 Dez. 2017.

A produção de conhecimento na estruturação do processo transexualizador em hospitais públicos

PORTAL FIOCRUZ. Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br/equidade>. Acesso em 11 Jan. 2018.

DICIONÁRIO DE PALAVRAS. Disponível em: <http://www.dictionary.com/browse/queer>. Acesso 11 Jan. 2018.

DICIONÁRIO DE PALAVRAS. Disponível em: <https://conceito.de/conceito-de-parafilia>. Acesso em 17 Jan. 2018.

PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTOS PARA ESTRUCTURAR EL PROCESO DE TRANSEXUALIZACIÓN EN HOSPITALES PÚBLICOS

Resumen: La producción de conocimiento sobre el proceso de transexualización en hospitales públicos se examina estructurando los servicios que ofrecen. Analizamos los aspectos legales, sus normas y ordenanzas que regulan los criterios de acreditación institucional en el Ministerio de Salud, así como el proceso de estructuración de los servicios públicos necesarios para el cuidado de la salud de la población trans, también destacamos la organización y movilización de agentes institucionales que materializarán la oferta de estos servicios. La investigación que subyace en este artículo es de un enfoque cualitativo y exploratorio-descriptivo, cuya recopilación de datos se produjo principalmente de fuentes bibliográficas y documentales. La sistematización de los datos se produjo a través del análisis de contenido de las fuentes recopiladas, que también fue espesada por la experiencia profesional en la pasantía durante el período de formación en la Residencia Integrada de Salud Multiprofesional, con el objetivo de dar visibilidad a los determinantes involucrados que facilitan o dificultan la expansión La implementación de la política de atención de salud para la población trans, especialmente en los servicios de salud que proporcionan procedimientos para el proceso de transexualización en los hospitales públicos.

Palabras clave: Proceso de transexualización. Proceso de transexualización en el SUS. Transgenitalización

KNOWLEDGE PRODUCTION IN STRUCTURING THE TRANSEXUALIZING PROCESS IN PUBLIC HOSPITALS

Abstract: This paper examines the production of knowledge about transexualizing process in public hospitals from service offer. We analysed legal aspects, regulations and ordinances which regulate criterias for institutional accreditation of Ministry of Health, as well as the process of structuring required public services for trans population. We also highlight organization and mobilization of institutional agents which will materialize the offer of such services. The research in which this paper is based is a qualitative and exploratory-descriptive one. Our data collect mainly occurred in bibliographical-documental sources. Data systematization was done through content analysis of collected sources which were also complemented by professional experience in internship of Multi-professional Integrated Residency in Health. We intend to give visibility to involving determinants which make it easier or more difficult the expansion and effectivation of policies in trans population health care, especially in health services which provide procedures for transexualizing process in public hospitals.

Keywords: Transexualizing Process; Transexualizing Process in SUS; Transgenitalization.

O PASSADO DE “MARCADOS”: TRAUMA E ETNOCÍDIO YANOMAMI¹

Fábio Feltrin de Souza²

João Pedro Garcez³

Resumo: O objetivo deste ensaio é examinar a constelação que emerge do passado que as fotografias de Cláudia Andujar carregam. Para isso, uma primeira escala acontece justamente no contexto das epidemias que os Yanomami encararam entre as décadas de 1970 e 1980, como testemunhado por Davi Kopenawa. Tentaremos observar, nos escritos de Kopenawa, qual é sua narração e perspectiva do contexto que Andujar presenciou, atuou e fotografou. A segunda escala é a de um distanciamento maior, e junto com Eduardo Viveiros de Castro e Pierre Clastres gostaríamos de pensar, através da ideia de etnocídio, como as epidemias fazem parte e repetem uma experiência maior e mais antiga da relação entre Estado (brasileiro) e populações indígenas, marcada. O terceiro e último ponto analisará justamente essa ideia de um passado em continuum, de uma repetição constante da colonização, através de sua própria temporalidade, como colocado tanto por Kopenawa como por outro líder indígena, Ailton Krenak. Daí, tentaremos criar o nexo entre a ideia de trauma, as fotografias de Andujar e a experiência de colonização que é, nessa concepção, uma experiência de etnocídio.

Palavras-chave: Claudia Andujar. Yanomami. Trauma. Etnocídio.

1 Esta pesquisa contou com financiamento do CNPQ e da FAPERGS.

2 Doutor em História Cultural e professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: fabio.souza@uffs.edu.br

3 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: garcez.joaop@gmail.com

1. INTRODUÇÃO – AS IMAGENS DE CLAUDIA ANDUJAR



Figura 1. Marcados, Yanomami e o Arcadil.

Observemos a imagem. Para além do caráter repetitivo das fotografias da série, há sempre uma singularidade a cintilar em cada uma delas. Nessa fotografia, assistimos uma criança chorar enquanto duas mãos lhe acolhem. Temos por hábito entender o choro de uma criança como uma reclamação, como se fosse uma maneira da criança expressar o sofrimento causado por uma situação ou pela falta de algo. A *reclamação* da criança é uma súplica, insistente e humilde, e por isso é acolhida – em um abraço, na foto. Mas sua *reclamação* não é somente súplica, é também uma oposição e uma reivindicação, insurgente e revoltosa. Do que ela reclama? Sobre o que é sua súplica e o que ela reivindica?

A imagem em questão faz parte da série *Marcados* de Claudia Andujar, composta por um conjunto de fotografias que estão desde o *clique* em constante transformação, sempre em devir, sendo ressignificadas de acordo com o contexto e as estratégias políticas adotadas pela fotógrafa em sua frutífera e duradoura aliança com os Yanomami da Amazônia. As fotografias nasceram em uma “urgência com a saúde” Yanomami, realizando um papel de identificar sujeitos em fichas de saúde que existiram para registrar e acompanhar a vacinação dos indígenas. No início da década de 1980, elas são fotografias de registro para Andujar e a equipe do CCPY (Comissão para Criação do Parque Yanomami), com funções bem determinadas: auxiliar no combate a epidemia de sarampo, que afligia diversos grupos Yanomami, e também colaborar no projeto da futura demarcação de seu território.

Nos anos 2000, superadas suas funções iniciais, as fotografias sofrem uma metamorfose: são transformadas em exposições, fotofilme e fotolivro, na busca

de Andujar por novos sentidos e novos agenciamentos das imagens, que possam lhes oferecer funções políticas renovadas através de sua montagem e remontagem ao longo do tempo. A trajetória das fotos, além de mostrar que esse deslocamento simbólico das imagens foi capaz de funcionar como uma estratégia política da autora, também conta partes da história da própria Claudia Andujar com os Yanomami, iniciada em 1971 e movida por uma “inspiração” e “determinação” em “conhecer o povo brasileiro e, em especial, os Yanomami”⁴.

A fotografia do “Yanomami 21” tem uma particularidade: a presença de duas caixas na mão da criança. Uma pequena menção a sociedade industrial? Com ajuda do zoom podemos ler *Ascaridil*, e com uma rápida pesquisa na web descobrimos que “Ascaridil é indicado para o tratamento da verminose provocada por *Ascaris lumbricoides* (ascaridíase)”⁵. O que isso nos diz do passado das fotos e da reclamação de seu protagonista? Lembramos que o trabalho do grupo de saúde, que gerou as fotografias, foi realizado tendo em vista justamente uma situação de crise epidemiológica nos grupos Yanomami. As caixas de Ascaridil são sinais desse trabalho, e sinais também das epidemias.

O objetivo deste ensaio é, a partir do detalhe do Ascaridil, examinar a constelação que emerge do passado que as fotografias de Andujar carregam. Para isso, uma primeira escala acontece justamente no contexto das epidemias que os Yanomami encararam entre as décadas de 1970 e 1980, como testemunhado por Davi Kopenawa. Tentaremos observar, nos escritos de Kopenawa, qual é sua narração e perspectiva do contexto que Andujar presenciou, atuou e fotografou. A segunda escala é a de um distanciamento maior, e junto com Eduardo Viveiros de Castro e Pierre Clastes gostaríamos de pensar, através da ideia de etnocídio, como as epidemias fazem parte e repetem uma experiência maior e mais antiga da relação entre Estado (brasileiro) e populações indígenas, marcada por um processo de tentativa de eliminação das condições da diversidade poder existir. O terceiro e último ponto analisará justamente essa ideia de um passado em *continuum*, de uma repetição constante da colonização, através de sua própria temporalidade, como colocado tanto por Kopenawa como por outro líder indígena, Ailton Krenak. Daí, tentaremos criar o nexos entre a ideia de trauma, as fotografias de Andujar e a experiência de colonização que é, nessa concepção, uma experiência de etnocídio.

4 Claudia Andujar em entrevista a Paulo César Boni. Cf. BONI (2010: p. 259).

5 Definição do site *Consulta Remédios*, encontrada em <https://consultaremedios.com.br/ascaridil/bula>. Acesso em 05/11/2018.

2. DAVI KOPENAWA E A QUEDA DO CÉU YANOMAMI

Davi Kopenawa é um xamã e líder político yanomami nascido em 1956 na casa comunal *Marakana*, localizada no Alto Rio Tootobi, no estado brasileiro do Amazonas. É reconhecido internacionalmente, por conta de sua luta pela demarcação do território yanomami e pela consolidação dos direitos indígenas, como uma das grandes lideranças políticas da questão indígena e ambiental. Em 2010, em parceria com o antropólogo e amigo de longa data Bruce Albert, publicou em francês *A Queda do Céu*, obra que pode ser lida como uma (auto)biografia desse líder indígena, como um tratado de cosmologia Yanomami, como um manifesto ecológico, como uma contra-antropologia do “povo da mercadoria” ou como um relato testemunhal da experiência de etnocídio, e de sua sobrevivência, intrínseca a vida de Kopenawa. Como se lê ao longo do livro, traduzido em 2015 para o português, é efetivamente ao testemunhar a sucessão de catástrofes e barbáries enfrentadas por seu povo e familiares que Kopenawa transforma sua raiva em duplo engajamento: xamânico e diplomático, de defesa do povo Yanomami contra os “brancos”. Os rumos na própria vida do xamã, como coloca em sua narrativa, são definidos pelas experiências de violência vivenciadas e por como pôde sobreviver e elaborá-las.

Há aí um possível paralelo com a obra de Andujar que, como dissemos, também é fruto de uma elaboração subjetiva por parte da autora. Porém, haverá que se admitir que a experiência de Kopenawa com a violência, com o perdão da gradação, é mais íntima e dolorosa que a de Andujar pois, como diz, é uma coisa que se repete desde sua infância e que ameaça constantemente seus pares. O relato de Kopenawa e Albert – que atua como um tradutor e interlocutor do xamã -, para além dessa similaridade com Andujar, nos interessa nessa pesquisa pois trata, de forma muito abrangente e complexa – o livro, em suas diversas camadas, tem mais de 700 páginas – do encontro entre os Yanomami e os Brancos, desde a perspectiva mitológica, como também desde a perspectiva experiencial de Kopenawa, da infância e as primeiras lembranças do contato até o presente de diplomacia internacional, passando pelo contexto das fotografias, de criação da estrada Perimetral Norte e posterior invasão garimpeira na Amazônia. Andujar, Kopenawa e Albert, importante ressaltar, foram companheiros de luta ao longo dessas décadas, principalmente através da CCPY.

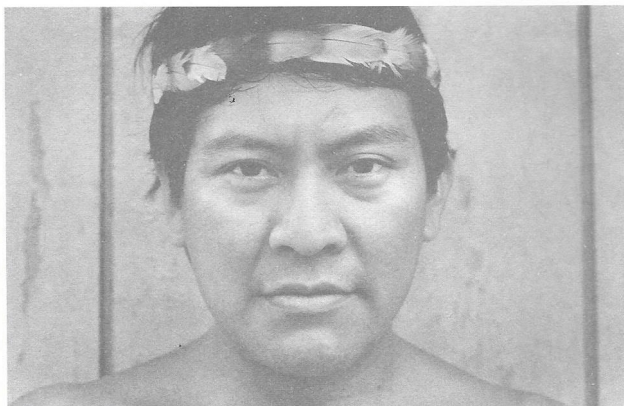


Figura 2. Davi Kopenawa fotografado por Claudia Andujar.



Figura 3. *Desabamento do céu yanomami*, por Andujar.

A segunda parte do livro, composta por sete capítulos e intitulada, de maneira precisa, de “A fumaça do metal”, é onde os autores tratam do contato de Kopenawa e seu grupo, posteriormente de todo seu povo, com os brancos. Começa pelas narrativas mitológicas dos Yanomami a respeito dos brancos e atravessa

os primeiros contatos, os grupos missionários que tentaram converter religiosamente os Yanomami, a abertura da Perimetral Norte e a “irrupção mortífera dos garimpeiros” (KOPENAWA; ALBERT, 2015. p. 52). Mais do que resumir a narrativa, que seria um exercício redutor de sua potência, interessa aqui incorporar a perspectiva dos autores, retomando alguns elementos do livro, de forma a complexificar o(s) ponto(s) de vista sobre o passado presente nas fotografias de *Marcados*. No capítulo “Primeiros contatos”, Kopenawa oferece um resumo de sua percepção da colonização, articulando a narrativa mítica yanomami, os relatos transmitidos por seus ancestrais, e sua própria vivência. Assim nos diz o xamã:

Contudo, as verdadeiras palavras de Omama [criador da terra] já não existiam neles [os brancos] faz tempo. Foi o seu irmão mau, Yoasi, criador da morte, que os conduziu até nós, como um pai guia os seus filhos. Os ancestrais que os brancos chamam de portugueses eram mesmo filhos de Yoasi. Mal haviam chegado, já começaram a mentir aos habitantes da floresta: ‘Somos generosos, e somos seus amigos! Vamos lhe dar mercadorias e compartilhar nossa comida! Vivemos com vocês e ocuparemos esta terra juntos!’. Depois, conversaram entre eles e começaram a vir, cada vez mais numerosos, para a terra do Brasil. No começo, seduzidos pela beleza da floresta, mostraram-se amigos de seus habitantes. Em seguida, começaram a construir casas. Foram abrindo roças cada vez maiores, para cultivar seu alimento, e plantaram capi por

toda parte, para o seu gado. Suas palavras começaram a mudar. Puseram-se a amarrar e açoitar as gentes da floresta que não seguiam suas palavras. Fizeram-nas morrer de fome e cansaço, forçando-as a trabalhar para eles. Expulsaram-nas de suas casas para se apoderar de suas

terras. Envenenaram sua comida, *contaminaram-nas com suas epidemias*. Mataram-nas com suas espingardas e esfolaram seus cadáveres com facões, como caça, para levar as peles para seus grandes homens (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 252-253).

Nesse relato de Kopenawa, bastante abrangente e sem marcos temporais muito bem definidos, notamos como a mentira é instrumental nesse contato do branco com os indígenas. Há uma promessa de aliança, enquanto que a realidade é de dominação e dizimação; de trabalho forçado e morte. Entre assassinatos, mortes por fome e cansaço, envenenamento, Davi Kopenawa ainda chama atenção para o papel da contaminação por *epidemias* no empreendimento dos colonizadores.

Nesse mesmo capítulo, acerca dos primeiros contatos, o xamã já ressaltava que a epidemia acompanhava a chegada dos brancos: “Depois, logo atrás deles, chegam os seres de epidemia *xawarari* e então começamos a morrer um atrás

do outro!” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 245). E que a partir de então ela só se faz repetir: “A epidemia *xawara* nunca foi embora de nossa terra e, desde então, os nossos continuam morrendo do mesmo modo” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 246).

O início do projeto de construção da rodovia Perimetral Norte, na década de 1970, é mencionado em *Marcados* como causador de uma nova crise epidemiológica nos grupos Yanomami da Amazônia. A rodovia BR-210, a Perimetral Norte, foi projetada e teve sua construção iniciada durante o governo militar no Brasil. A construção dela almejava estabelecer sistemas de comunicação e transporte à novas porções territoriais, bem como constituir um sistema viário integrado que articulasse as fronteiras e as diversas partes do território brasileiro (OLIVEIRA NETO, 2015). Esse discurso oficial, de desenvolvimento nacional e com objetivos bem definidos, silencia e esquece os meios violentos que são mobilizados com esses fins. Nesse sentido, *Marcados* recoloca esse outro lado do projeto de desenvolvimento que sustentava a rodovia, destacando os efeitos perversos do empreendimento. Kopenawa reitera a perspectiva de Andujar, e mostra como essa preocupação já existia entre os envolvidos mesmo antes da construção da estrada começar: “Agora, eles tinham resolvido abrir uma de suas estradas até o meio de nossa floresta, e suas doenças iriam com certeza devorar os que tinham sobrevivido. [...] Eu já sabia que essa estrada só iria nos trazer coisas ruins” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 305).

“O tempo da estrada”, que nomeia um capítulo de *A queda do céu*, parece ter sido um momento de virada na vida do jovem Davi Kopenawa. Os efeitos da estrada embalam sua vida nesses anos, e demonstram um gradual engajamento de Kopenawa nas lutas pela sobrevivência indígena, através das quais pôde o yanomami, posteriormente, assumir a defesa da floresta e transformar-se em xamã. O jovem Davi trabalhou com a FUNAI duas vezes ao longo da década de 1970 e em projetos relativos a abertura da rodovia: primeiramente fez algumas “viagens de pacificação” até grupos yanomami isolados no “alto rio Catrimani, numa floresta distante e sem caminhos” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 292) e iniciou estudos para ser agente de saúde da FUNAI; posteriormente, trabalha com o serviço de combate à malária para defender os Yanomami da estrada. Esses trabalhos com a FUNAI são assinalados pela troca de funcionários na Fundação, e na instabilidade que isso gerava para o próprio yanomami, que foi demitido mais que uma vez, muito possivelmente por suas posições discordantes a respeito da estrada: “As palavras a respeito da estrada que eu conseguia compreender naquele tempo me assustavam também por outra razão além das doenças. Eu

tinha ouvido gente da Funai contar que, para abrir o trecho que liga Manaus a Boa Vista, os soldados tinham atirado nos Waimiri-Atroari e jogado bombas em sua floresta” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 306).

Entre 1976 e 1977 a situação se altera com o abandono da construção da rodovia pelo governo federal. “Então, a época das chuvas chegou e as obras da estrada pararam de repente. Todos os brancos e seus tratores e caminhões foram embora.” Porém seus efeitos continuaram a assombrar os Yanomami. “A floresta tinha voltado a ficar silenciosa. Mas foi então que a epidemia *xawara* retornou, de repente”, e, “desde então, os brancos abandonaram seu caminho de cascalho ao silêncio. Está quase todo coberto de mato denso. Mas a floresta já foi suja por doenças que não vão mais sair dela.” Essa epidemia, em pouco tempo, relata dolorosamente Kopenawa, “esvaziou” as aldeias do rio Lobo d’Almada – Bruce Albert informa que mais da metade da população dessas casas morreram com a epidemia, além de outros grupos de yanomamis que sofreram com mortes em grande quantidade (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 309).

O termo *xawara*, pelo qual Kopenawa caracteriza diferentes tipos biológicos de epidemias - “o que chamamos de *xawara* são o sarampo, a gripe, a malária, a tuberculose e todas as doenças de brancos que nos matam para devorar nossa carne” KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 366 -, advém da mitologia yanomami e articula na narrativa tanto a ideia de repetição do acontecimento como a de uma temporalidade do contínuo. *Xawara* é definido por Kopenawa de dois modos: o que os brancos chamam de “minérios”, ou seja, “as lascas do céu, da lua, do sol e das estrelas que caíram no primeiro tempo” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 366) e que Omama escondeu abaixo da terra “para que não nos deixassem doentes” e “para nos proteger”, pois são coisas malélicas e perigosas; e *xawara* é também a fumaça “densa e amarelada”, uma “fumaça de epidemia”, que sai do ouro e do metal quando queimados, e “que se lança como uma arma para matar os que dela se aproximam e a respiram”. Essa fumaça é muito perigosa segundo Kopenawa, pois já “está muito alta no céu, alastrou-se muito longe. Não são só os Yanomami que morrem. Todos vamos morrer juntos. Quando a fumaça encher o peito do céu, ele vai ficar também morrendo, como um Yanomami” (KOPENAWA, 2018).

Nós, os pajés, também trabalhamos para vocês, os brancos. Por isso, quando os pajés todos estiverem mortos, vocês não conseguirão livrar-se dos perigos que eles sabem repelir... Vocês ficarão sozinhos na terra e acabarão morrendo também. Quando o céu ficar realmente muito doente, não se terá mais pajés para segurá-lo com os seus hekurabë. Os

brancos não sabem segurar o céu no seu lugar. Eles só ouvem a voz dos pajés, mas pensam, sem saber das coisas: “eles estão falando à toa, é só mentira!”. Quando os pajés ainda estão vivos, o céu pode estar muito doente, mas eles vão conseguir impedir que ele caia. Sim, ainda que ele queira cair, que ele comece a querer desabar em direção à terra, os pajés seguram ele no lugar. Isso porque nós, os Yanomami, nós ainda estamos existindo. Quando não houver mais Yanomami, aí o céu vai cair de vez (KOPENAWA, 2018, p. 3).

Daí a *cosmopolítica* de Davi Kopenawa: a epidemia de sarampo apresentada em *Marcados* não é somente uma epidemia, mas é *xawara*. E essa fumaça tóxica, que não deveria ser liberada, vai acabar matando todos, e provocando a “queda do céu”. *Xawara*, dessa forma, deveria ser um alerta e uma preocupação também aos brancos, aos garimpeiros e aos governantes, pois indica um mundo em devastação, e que não poupará nenhum de seus habitantes. É de uma sensibilidade política muito aguçada essa construção cosmopolítica da noção de *xawara* por Kopenawa, pois não opera através de uma culpabilização do passado, mas em uma consciência dele para uma possível aliança no futuro, na luta contra uma ameaça comum, a do catastrofismo climático.

3. “DO ETNOCÍDIO” E “SOBRE O ETNOCÍDIO”, PIERRE CLASTRES E VIVEIROS DE CASTRO

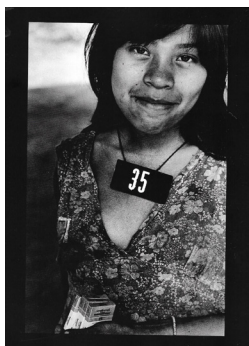


Figura 4. A fotografia e o Ascaridil se repetem.

A perspectiva ambiental-humanista de Kopenawa fala da epidemia de sarampo que marcava os corpos dos yanomami fotografados por Claudia Andujar

como parte de algo maior, parte dessa epidemia que tem a potência de acabar primeiramente com a diversidade – ambiental e cultural – e posteriormente com o próprio mundo (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 100-106). E essa epidemia não é uma novidade para Kopenawa, pois desde que ela chegou pela primeira vez com os brancos a floresta se encontra “doente”. “A epidemia *xawara* nunca foi embora de nossa terra”, nas palavras de Davi. Dada essa continuidade que Kopenawa traça do contexto das fotografias com o evento maior da colonização, o conceito de etnocídio como estrutura da relação entre Estado e populações indígenas nas Américas - tal como pensado por Pierre Clastres e Eduardo Viveiros de Castro -, pode servir como uma espécie de tradução dessa experiência, ou, como diz Clastres, como uma “palavra nova” que se refere a algo antigo mas ainda não pensado (CLASTRES, 2004, p. 55). É justamente por tratar da colonização nessa perspectiva de continuidade, que vai de um passado de séculos até o presente de cada um dos autores, que o conceito de etnocídio será mobilizado. Ele pode dar um nome e ajudar a elaborar o passado das fotografias de *Marcados*, bem como o mal-estar e desconforto que provocam.

A formulação de Pierre Clastres, antropólogo e etnógrafo francês, para o conceito de etnocídio aparece no texto “Do Etnocídio”, presente em *Arqueologia da Violência*, sua obra de 1980. Esse texto fora escrito primeiramente como um verbete para a *Encyclopaedia Universalis*, em 1974. Um texto, portanto, um tanto quanto contemporâneo as experiências de Kopenawa e Andujar. Clastres abre o texto destacando a novidade da palavra “etnocídio”, que “há alguns anos” não existia, e que em sua invenção poderíamos buscar o significado da emergência de “algo novo a pensar”, “ou então algo de antigo mas ainda não pensado” (CLASTRES, 2004, p. 55). A palavra “etnocídio” teria começado a ser usada para marcar determinados tipos de experiência para as quais o conceito anterior de “genocídio” mostrava-se inadequado. “Genocídio”, como escreve o francês, foi criado enquanto conceito jurídico em 1946 no tribunal de Nuremberg, julgando o extermínio sistemático de judeus pelos nazistas alemães. Ele quis marcar um novo tipo de criminalidade que tinha em sua raiz o racismo. Clastres pondera que as guerras perpetradas no Terceiro Mundo pelas potências coloniais, no jogo das relações internacionais e a partir da indiferença da opinião pública, mesmo também operando através do racismo, nunca tiveram consenso jurídico similar ao conquistado no julgamento dos crimes nazistas. É justamente nas experiências de expansão colonial e de constituição dos impérios coloniais, e na invisibilização da violência sistêmica promovida ao longo delas contra as populações autóctones, denunciadas até o presente do autor, que Clastres quer refletir sobre

as aproximações e distinções dos dois conceitos.

Foi principalmente a partir da experiência americana que etnólogos, em particular o francês Robert Jaulin – autor de *La paix blanche: introduction à l'ethnocide* (1970) – cunharam o conceito de etnocídio. “É primeiramente à realidade indígena da América do Sul que se refere essa ideia” (CLASTRES, 2004, p. 56), afirma Clastres, para complementar que é justamente nesse terreno que é possível pesquisar a diferença entre genocídio e etnocídio, pois as populações indígenas americanas ainda seriam vítimas dos dois tipos de criminalidade. Ambos conceitos e seus respectivos casos tratam sempre da morte, mas de mortes diferentes: enquanto genocídio se refere ao extermínio e destruição física de uma minoria racial, etnocídio é a “opressão cultural com efeitos longamente adiados” que quer a destruição da cultura de uma minoria racial. “Em suma”, nos diz Clastres, “o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito” (CLASTRES, 2004, p. 56).

O espírito e a prática etnocidas, para Clastres, são determinados por dois axiomas: um que afirma a hierarquia das culturas e outro que sustenta a superioridade absoluta da cultura ocidental. Essa perspectiva é compartilhada pelo espírito genocida, se assim podemos dizer. Ambos veem o Outro como diferença, mas, sobretudo, como uma má diferença. O espírito genocida, de um lado, quer negar essa diferença, e se esforça por eliminá-la pura e simplesmente. O espírito etnocida, por outro lado, opera através do que Clastres chama de um “otimismo perverso”: “os outros são maus, mas pode-se melhorá-los obrigando-os a se transformar até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhes é proposto, que lhes é imposto” (CLASTRES, 2004, p. 56). Enquanto que a dinâmica cultural do genocida é a de eliminar o Outro, a do etnocida é de transformar o Outro em Mesmo. Daí a presença dos axiomas: se há algumas culturas superiores e outras inferiores, e a cultura ocidental ocupa o posto mais alto e evoluído das culturas, ela sempre vê o Outro como um problema, como uma má diferença, e a partir daí atua, seja através da eliminação total da diferença (o “pessimismo perverso” do genocídio) ou a eliminação progressiva da diferença (o “otimismo perverso” do etnocídio). Assim sendo,

é aceito que o etnocídio é a supressão das diferenças culturais julgadas inferiores e más; é a aplicação de um princípio de identificação, de um projeto de redução do outro ao mesmo (o índio amazônico suprimido como outro e reduzido ao mesmo como cidadão brasileiro). Em outras palavras, o etnocídio resulta na dissolução do múltiplo no Um (CLASTRES, 2004, p. 59).

O primeiro dos axiomas que determina o etnocídio, aquele que afirma a hierarquia entre culturas, é, segundo Clastres, da própria essência das culturas. Poder-se-ia chamá-lo de *etnocentrismo*, essa “vocação de avaliar as diferenças pelo padrão da própria cultura” (CLASTRES, 2004, p. 58). O etnocentrismo, que dá nome ao axioma, é o tipo de operação pelo qual toda cultura atua: o de uma divisão entre a cultura própria, a “representação por excelência do humano”, e os outros, “que participam da humanidade apenas em grau menor” (CLASTRES, 2004, p. 58). É, portanto, no segundo dos axiomas que precisamos investigar o espírito etnocida. Pois, se toda cultura é etnocêntrica, por que somente a ocidental é etnocida? É nessa questão, para Clastres, que trata-se de “encarar a história”, para entender a construção cultural (que é histórica) que fez da sociedade ocidental uma cultura etnocida.

Clastres responde com dois elementos estruturais que fariam da sociedade ocidental uma cultura etnocida: o fato de serem sociedades com Estado e de funcionarem com um regime de produção econômica de modo capitalista. Tratemos, primeiramente, do capitalismo e seu papel na dinâmica do etnocídio. Conforme Clastres, o capitalismo é um sistema de produção “para o qual nada é impossível” e que opera através de sua constante expansão. Por isso, a sociedade industrial, “a mais formidável máquina de produzir”, é também “a mais terrível máquina de destruir”. Assim, “raças, sociedades, indivíduos; espaço, natureza, mares, florestas, subsolo: tudo é útil, tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo; de uma produtividade levada a seu regime máximo de intensidade” (CLASTRES, 2004, p. 62). Numa fórmula bastante precisa do autor: “Produzir ou morrer, é a divisa do Ocidente”. É assim que ele lê o contexto do qual falam as fotografias de *Marcados* e a narrativa de Kopenawa:

Atualmente, em toda a América do Sul, os últimos índios livres sucumbem sob a pressão enorme do crescimento econômico, brasileiro em particular. As estradas trans-continentais, cuja construção se acelera, constituem eixos de colonização dos territórios atravessados: azar dos índios com quem a estrada se depara (CLASTRES, 2004, p. 63)!

Agora, qual é a relação entre etnocídio e Estado? Para Clastres, a resposta está na própria definição de Estado: “o emprego de uma força centrípeta que tende [...] a esmagar as forças centrífugas inversas” (CLASTRES, 2004, p. 59). Essa definição trata a respeito da pretensão do Estado em ser o centro absoluto de toda a sociedade, ou melhor, o regente do “todo do corpo social”, o que mostraria em seu núcleo o que Clastres chama de “a força atuante do Um”, isto é, “a vocação de recusa do múltiplo, o temor e o horror da diferença”. É por isso que a existên-

cia do Estado, aliada ao regime produtivo do capitalismo, corrobora a prática do etnocídio como um *meio* para chegar a seus fins, ou como uma “mesma maneira” de produzir “os mesmos efeitos”: “constata-se que a prática etnocida e a máquina estatal funcionam da mesma maneira e produzem os mesmos efeitos [...] revelam sempre a vontade de redução da diferença e da alteridade, o sentido e o gosto do idêntico e do Um” (CLASTRES, 2004, p. 60). Afinal, não é dessa experiência que tratam as fotografias, a partir da criação da Perimetral Norte por parte do Estado brasileiro e o “azar dos índios com quem a estrada se depara”?

Com essa questão, um tanto retórica, podemos passar para uma releitura de Clastres, agora dedicada especificamente ao caso brasileiro. *Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro*, é um parecer que o antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro fez em torno de 2014, no intuito de construir uma argumentação jurídica para a situação dos povos indígenas no Brasil de então. Dizemos releitura de Clastres, pois o texto de Viveiros de Castro se apoia em argumentos bem semelhantes ao do francês, mesmo sem citá-lo em momento algum. A conceituação de Viveiros de Castro para *etnocídio* também parte dos estudos de Robert Jaulin, destacando sua percepção de que ele se caracterizaria pelos fins, pois visa um processo de “destruição sistemática do modo específico de vida⁶” de “povos diferentes [...] do povo, agência ou Estado que leva a cabo a empresa de destruição”. Porém, para pensar o caso brasileiro, Viveiros de Castro não recorre a fórmula clastreana de redução do Múltiplo ao Uno, das forças centrífugas às centrípetas, mas as categorias – um tanto vizinhas daquelas - de Minoria e Maioria, tal qual colocadas por Gilles Deleuze e Felix Guattari em *Mil Platôs* (1980).

Viveiros de Castro afirma que a situação dos povos indígenas no Brasil é claramente caracterizada pela condição *minoritária*: “os índios no Brasil são uma minoria étnica, social, cultural e política” (VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 5). Essa condição não é marcada por uma questão quantitativa ou estatística, como a expressão pode sugerir, mas, seguindo as conceituações dos filósofos mencionados, Viveiros de Castro entende as ideias de “maioria” e “minoria” em relação com a oposição entre uma “constante” e uma “variação”, aplicando-as ao contexto do Brasil:

Maioria implica uma constante, algo como um metro-padrão que lhe serve de instrumento avaliador. “Suponhamos” (dizem D & G; mas a suposição é uma constatação) que a constante ou padrão original seja algo como “Homem, branco, macho, adulto, urbanita, heterossexual,

6 Entendidos como “técnicas de subsistência, relações de produção, sistema de parentesco, organização comunitária, língua, costumes e tradições”, etc. Cf. VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 2.

falante de uma língua europeia ‘de cultura’ — podemos acrescentar, no caso brasileiro: católico nominal, de classe média ou alta, morador do Sul ou do Sudeste, de formação superior, com uma determinada pauta de consumo, e outras determinações facilmente enumeráveis. Como observam ironicamente Deleuze & Guattari, este “Homem, branco etc.” é efetivamente a Maioria, mas ele é menos numeroso que os mosquitos, as mulheres, os negros, os camponeses, os homossexuais e assim por diante. Ele aparece ao mesmo tempo como constante e como uma variável de onde se extrai a constante. A maioria supõe um estado de poder e de dominação, e não o inverso; ela supõe o metro-padrão e não o inverso. Mas por outro lado, a maioria, na medida em que é analiticamente compreendida pelo metro-padrão, nunca é alguém, ela é sempre Ninguém, “ao passo que a minoria é o devir [a variação, diferente de uma variável] de todo mundo”, sua trajetória potencial, na medida em que todo mundo desvia de um modo ou outro do modelo-padrão. Por isso os autores distinguem entre o majoritário como sistema homogêneo e constante, as minorias como sub-sistemas variáveis (incluídas e dominadas pelo sistema majoritário), e o minoritário como devir ou trajetória potencial, como variação contínua, figura universal da consciência minoritária. “É a variação contínua que constitui o devir minoritário de todo mundo, por oposição ao Fato majoritário de Ninguém”. E como sabemos, nós brasileiros, somos governados por Ninguém — mesmo os governantes são governados pelo metro-padrão da Maioria.

Neste sentido que Viveiros de Castro define o etnocídio como “mais que um ato, ou série encadeada de atos específicos, limitados no tempo e no espaço, contra as minorias étnicas indígenas — [o etnocídio] é a essência mesma da relação, de 1500 até os dias de hoje, entre a forma-Estado (o Estado colonial, imperial e republicano) e a forma-ethnos (os povos indígenas) no Brasil” (VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 8). No caso brasileiro, portanto, a Maioria é, ao fim e ao cabo, Ninguém, e é esse padrão ocidental que é mobilizado para o Estado efetivar seu poder e dominação sobre suas variações. E esse etnocídio é a “essência mesma da relação” entre Estado e povos indígenas no Brasil: “A história do Brasil [...] é a história de uma sucessão de genocídios [...] Mas essa história é também, e talvez sobretudo, a história de um programa metódico de *etnocídio*” (VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 8). A história do Brasil é justamente a história desse “otimismo perverso” do qual nos falou Clastres, e do qual Viveiros de Castro atesta:

O objetivo da política indigenista de Estado era gerenciar (e, como vimos, acelerar) um movimento visto como inexorável (e desejável): o célebre “processo histórico”, artigo de fé comum aos mais variados credos modernizadores, do positivismo ao marxismo. Tudo o que se “podia fazer” era garantir — isso para os mais bem-intencionados — que o “processo” não fosse demasiado brutal. Mas, de uma forma ou de outra, entendia-se que a almejada omelete nacional só poderia ser feita,

bem, sabe-se como: quebrando as entidades indígenas, dissolvendo as diferenças étnico-culturais, subjugando politicamente os povos indígenas que ainda mantinham sua autonomia. Etnocídio, um crime piedoso (VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 13).

A conceituação do “crime piedoso” do etnocídio, como a faz Viveiros de Castro, indica que o *etnocídio é um paradigma para a história do Brasil*. No presente do texto de Viveiros de Castro, isto é, o ano de 2014, esse paradigma se manifesta e se reatualiza na fórmula “transformar o índio em pobre”, uma maneira de definir o índio como uma sub-categoria da Maioria, que é necessariamente inferior a ela e que precisa ser assistida pelo Estado – de formação progressista-populista, naquele momento -, para se tornar, afinal, “igual a nós”, se tornar um “cidadão”. Eliminar a diferença, como dizia Clastres.

De 1500 ao presente – e nosso presente de ascensão da extrema-direita é muito mais perigoso às populações indígenas que o progressismo populista que víamos em 2014⁷ - o etnocídio, nas formulações complementares de Clastres e Viveiros de Castro, se apresenta como uma “essência” da relação entre Estado e outras culturas, ou entre Estado brasileiro e populações indígenas. É chamado, justamente, de essência não por uma transcendência metafísica, mas por representar, efetivamente, toda a história dessa relação. O etnocídio construiu-se como uma continuidade no Brasil, e não cessa de se repetir – como estamos conseguindo observar.

4. TEMPORALIDADE DO ENCONTRO: “ETERNO RETORNO” E TRAUMA

Há outra narrativa que trata do encontro entre as culturas ocidental e ameríndia através da lógica da repetição. Nos é conhecida pelas palavras de Ailton Krenak, um dos Krenak da região do Vale do Rio Doce em Minas Gerais, e conhecida liderança ambiental e indígena no Brasil⁸. Se chama “O eterno retorno do encontro”, e foi publicada em 1999 no livro *A outra margem do Ocidente*, organizado por Adauto Novaes. Krenak sugere nela um encontro que se dá ou que se repete “todo dia”. E ele quer e faz questão de “compartilhar” essa outra

⁷ Como sugere o ensaio de Eliane Brum a respeito de Jair Bolsonaro, presidente eleito do Brasil. Cf. BRUM, Eliane. Bolsonaro é uma ameaça ao planeta. El País, out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/17/opinion/1539799897_917536.html. Acesso 05/11/2018.

⁸ Ficou conhecido por protagonizar, após anos dedicados à articulação do movimento indígena, um gesto emblemático enquanto discursava no Congresso Nacional no contexto das discussões da Assembleia Constituinte, em 1987: ao longo de sua fala, pintou o rosto de preto com pasta de jenipapo em sinal de luto pelo retrocesso na tramitação dos direitos indígenas. A cena é encontrada aqui: https://www.youtube.com/watch?v=kWMHwdbM_Q. Acesso 05/11/2018.

perspectiva conosco. Parece tentar nos oferecer a possibilidade de, finalmente, usar o encontro entre culturas para reconhecer a diferença, encerrando seu ciclo de incessante negação. Vamos tentar seguir suas sugestões, entender como coloca a questão do encontro e que diálogos podemos construir a partir dessa própria *temporalidade do encontro*.

Sobre o encontro, Krenak nos diz que a “ideia mais comum que existe” é aquela na qual o “progresso” e o “desenvolvimento” “chegaram naquelas canoas que aportaram no litoral e que aqui estava a natureza e a selva, e naturalmente os selvagens. Essa ideia continua sendo a ideia que inspira todo o relacionamento do Brasil com as sociedades tradicionais daqui, continua” (KRENAK, 1999, S.P). Essa narrativa sobre o passado que *continua* inspirando a relação do Brasil com os povos indígenas é reiterada e esbravejada por Kopenawa: “Contam os brancos que um português disse ter descoberto o Brasil há muito tempo. Pensam mesmo, até hoje, que foi ele o primeiro a ver nossa terra. Mas esse é um pensamento cheio de esquecimento!” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 253). Além de corroborar Krenak, Kopenawa nos provoca outra questão sobre a narrativa do encontro como “descobrimto”: será que a continuidade desse discurso e os efeitos que produz teriam relação com ser um “pensamento cheio de esquecimento” como sugeriu? Essa hipótese poderia ser afirmada a partir da conceituação proposta por Cathy Caruth para o trauma. A autora nos indicou que o trauma era a resposta a eventos marcados pela violência, que fazia o evento se repetir (*continuar*) no presente, manifestado em diversas formas. Esse *retorno do trauma*, que define ele e uma espécie de temporalidade própria ao trauma, advém da incompreensão do evento, como no caso do *esquecimento* a respeito do caráter violento do encontro colonial: é uma incompreensão que continua “inspirando” a relação entre culturas no presente, como diria Krenak.

O fato do trauma operar através de uma repetição de um passado no presente, e dessa repetição se dar por uma forma de incompreensão ou falta a respeito da simbolização do evento, estão presentes na teoria do trauma – e da realidade traumática – construídas por Freud e Lacan (SELIGMANN-SILVA, 2002). Os vários momentos (SELIGMANN-SILVA, 2002, p. 137-140) da teoria do trauma em Freud enfatizam essa temporalidade: desde as “recordações” inconscientes que fazem a cena do trauma (recaçada) se repetir *a posteriori* na vida do paciente, até a posterior ênfase na *fixação* no momento do trauma e na situação de ruptura, que faria o paciente “sofrer de reminiscências”. Lacan apreendeu da teoria do trauma sua leitura do real como desencontro, como falta, como algo que escapa ao simbólico. Mais do que enfatizar a repetição e fixação no trauma – que

poderíamos dizer ser o encontro, a colonização, através da violência intrínseca ao etnocídio -, Krenak e Kopenawa querem incitar, como também o querem as *imagens traumáticas* de Andujar em nossa sugestão, um *aprendizado com o passado* – como aquele proposto na tarefa da psicanálise, a perlaboração. Ou seja, a *presença* do encontro, o presente do passado – que “se dá todo dia” -, não é só fixação ou sofrimento, mas é, e é seu principal caráter na leitura de Krenak, a *potência* que mora na repetição:

Nós estamos tendo a oportunidade de reconhecer isso, de reconhecer que existe um roteiro de um encontro que se dá sempre, nos dá sempre a oportunidade de reconhecer o Outro, de reconhecer na diversidade e na riqueza da cultura de cada um de nossos povos o verdadeiro patrimônio que nós temos, depois vêm os outros recursos, o território, as florestas, os rios, as riquezas naturais, as nossas tecnologias e a nossa capacidade de articular desenvolvimento, respeito pela natureza e principalmente educação para a liberdade (KRENAK, 1999, S.P).

Para Krenak, a repetição do encontro é sempre uma nova chance de reconhecer a diferença e, assim, não realizar uma prática (ou um reconhecimento) etnocida, baseada nos axiomas que tratamos. A potência que Krenak vê na repetição, de reconhecimento da diferença, pode atuar justamente contra o “esquecimento” que falou Kopenawa e desfazer a “ideia comum” do encontro criticada por Krenak. É, justamente, esse o objetivo de sua narrativa.

Nas fotografias de *Marcados* há um duplo encontro: elas tratam desse encontro de culturas, mas também produzem um encontro com o espectador. Esse segundo encontro, do espectador com a fotografia, é também um “encontro com o encontro”, consequentemente dotado da potência de reconhecimento dada por Krenak. É também um encontro com o real, um choque com as faltas do simbólico advindas do trauma. Roland Barthes, em *A câmara clara*, ressaltava a particularidade da fotografia em tratar do real: “o que vejo [na fotografia] não é uma lembrança, uma imaginação, uma reconstituição [...] mas o real no estado passado: a um só tempo o passado e o real” (BARTHES, 2015, p. 71). Para Barthes, a fotografia tem essa relação particular com o real, pois é a “Referência” que é sua “ordem fundadora”, e “toda foto é de alguma forma conatural a seu referente” (BARTHES, 2015, p. 67). O “referente fotográfico” é entendido como “a coisa necessariamente real que foi colocada diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia” (BARTHES, 2015, p. 67).

5. ABERTURA AO FUTURO

Tentamos, aqui, refletir sobre o passado que as fotografias carregam – as fotografias *atestam* um passado, nos diz Barthes (BARTHES, 2015). Para isso, desde um detalhe nas fotografias - “o bom Deus mora no detalhe” era o mantra de Aby Warburg – investigamos o contexto de epidemias que os Yanomami enfrentaram na década de 1970 através do relato de Davi Kopenawa. Sua narrativa, notamos, tratava a epidemia como *xawara*, empreendendo uma compreensão das epidemias de sarampo dentro da lógica maior da colonização. Pierre Clastres e Eduardo Viveiros de Castro nos ofereceram, desde o conceito de etnocídio, base teórica para analisarmos esse passado, de violência simbólica e física, em sua continuidade e repetição. E a narrativa de Ailton Krenak, em sua leitura *repetitiva* da colonização, ofereceu um *link* com o discurso da teoria do trauma sobre o passado e sua temporalidade – um passado de incompreensão e repetição – e também abriu a reflexão sobre a potência que mora no encontro. Desde o encontro com as fotografias, e com o passado de violência que carregam, vamos pensar em seguida como essa potência de reconhecimento da diferença pode se efetivar em uma inscrição simbólica pela via da imagem. Ou seja: perguntar como e em que medida pode uma imagem, ou um discurso sobre o passado, produzir uma *abertura do futuro*.

REFERÊNCIAS

ANDUJAR, Claudia. Marcados. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

CLASTRES, Pierre. Do etnocídio. In: _____. Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

BONI, Paulo Cesar. De passado turbulento a ativista com causa. Discursos Fotográficos, v. 6, n. 9, p. 249-273, 2010.

BRUM, Eliane. Bolsonaro é uma ameaça ao planeta. El País, out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/17/opinion/1539799897_917536.html. Acesso 05/11/2018.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Há mundo por vir?

Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro: Cultura e Barbárie; ISA, 2014.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOPENAWA, Davi. Xawara: o ouro canibal e a queda do céu. Entrevista a Bruce Albert. In: ANDUJAR, Cláudia; RICARDO, Carlos Alberto (orgs.). Yanomami: A todos os povos da terra. São Paulo: CCPY; Cedi; Cimi; NDI, 1990. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_verbetes/yanomami/xawara.pdf. Acesso 05/11/2018.

KRENAK, Ailton. O Eterno Retorno do Encontro. In: Novaes, Adauto (org.), A Outra Margem do Ocidente, Minc-Funarte/Companhia Das Letras, 1999. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/narrativa-krenak-o-eterno-retorno-do-encontro/>. Acesso 05/11/2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e Trauma, Pro-Posições, Faculdade de Educação UNICAMP. vol. 13, n. 3 (39), set./dez. 2002. pp. 135-153.

OLIVEIRA NETO, Thiago. A geopolítica rodoviária na Amazônia: BR-210 ou Grande Perimetral Norte. Revista de Geopolítica, v. 6, p. 123-142, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro. Referência incompleta. 2014. Disponível em: <https://ufrj.academia.edu/EVdeCastro> (acessado em 21/08/2018).

THE PAST OF “MARCADOS”: YANOMAMI TRAUMA AND ETHNOCIDE

Abstract: The purpose of this essay is to examine the constellation emerging from the past that Claudia Andujar’s photographs carry. To this end, a first stop occurs precisely in the context of the epidemics that the Yanomami faced between the 1970s and 1980s, as witnessed by David Kopenawa. We will try to observe in Kopenawa’s writings what is his narration and perspective of the context that Andujar witnessed, acted and photographed. The second scale is that of a greater distance, and together with Eduardo Viveiros de Castro and Pierre Clastes we would like to think, through the idea of ethnocide, how epidemics are part and repeat a larger and older experience of the relationship between (Brazilian) state. and indigenous populations, marked. The third and final point will analyze precisely this idea of a continuum past, of a constant repetition of colonization, through its own temporality, as put by both Kopenawa and another indigenous leader, Ailton Krenak. Hence, we will try to create the nexus between the idea of trauma, Andujar’s photographs and the experience of colonization which is, in this conception, an experience of ethnocide.

Keywords: Claudia Andujar. Yanomami. Trauma. Ethnocide.

EL PASADO DE LOS “MARCADOS”: TRAUMA Y ETHNOCIDE YANOMAMI

Resumen: el propósito de este ensayo es examinar la constelación emergente del pasado que llevan las fotografías de Claudia Andujar. Con este fin, se produce una primera parada precisamente en el contexto de las epidemias que enfrentaron los yanomami entre los años setenta y ochenta, como lo atestiguó David Kopenawa. Intentaremos observar en los escritos de Kopenawa cuál es su narración y perspectiva del contexto que Andújar presencié, actuó y fotografió. La segunda escala es la de una mayor distancia, y junto con Eduardo Viveiros de Castro y Pierre Clastes nos gustaría pensar, a través de la idea del etnocidio, cómo las epidemias son parte y repetir una experiencia más amplia y antigua de la relación entre el estado (brasileño). y poblaciones indígenas, marcadas. El tercer y último punto analizará precisamente esta idea de un pasado continuo, de una constante repetición de la colonización, a través de su propia temporalidad, como lo expresaron tanto Kopenawa como otro líder indígena, Ailton Krenak. Por lo tanto, trataremos de crear el nexo entre la idea del trauma, las fotografías de Andújar y la experiencia de colonización que es, en esta concepción, una experiencia de etnocidio.

Palavras clave: Claudia Andujar. Yanomami. Trauma. Etnocidio.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DA(O) ANTROPÓLOGA(O) COMO PERITA(O) JUDICIAL EM PROCESSOS DE RECONHECIMENTO OFICIAL DE TERRAS INDÍGENAS A PARTIR DE UM CASO GUARANI ÑANDÉVA

Valéria E. N. Barros¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é refletir sobre os processos de reconhecimento oficial de terra indígenas no Mato Grosso do Sul a partir de uma área reivindicada por uma comunidade guarani ñandéva e que foi identificada como sendo o *tekoha* Yvy Katu através de processo administrativo devidamente conduzido pela FUNAI e que resultou na publicação da portaria no 1289, de 30 de junho de 2005, que declara ser de posse permanente do grupo guarani em questão a terra indígena Yvy Katu. Processos judiciais movidos pelos proprietários de terras situadas dentro do perímetro demarcado suspenderam o andamento do processo administrativo. No contexto deste litígio, realizei duas perícias antropológicas na região em questão – uma em 2011 e outra em 2013. Nelas, um dos pontos centrais a serem esclarecidos era como e porque os Guarani teriam deixado de viver nas terras atualmente reivindicadas. E isso, por sua vez, conecta-se com outro eixo de discussão proposto por este grupo de trabalho: as violações dos direitos dos Guarani no Mato Grosso do Sul. Assim, partindo dos dados levantados durante minha atuação como perita, pretendo tecer algumas considerações sobre aspectos principalmente metodológicos e éticos que colocam diferentes desafios para os antropólogos envolvidos nas diferentes etapas dos processos de reconhecimento oficial de terras indígenas e na realização de perícias antropológicas no âmbito judicial.

Palavras-chave: Antropólogo. Processo de reconhecimento. Terras Guaranis.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a especificidade da pesquisa antropológica realizada no contexto de disputas judiciais em meio aos processos administrativos de reconhecimento oficial de terras indígenas² a partir de minha

¹ Doutora em Antropologia Social pela UFSC. Professora do curso de licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul. Contato: valeria.e.barros@gmail.com

² Os procedimentos demarcatórios de terras indígenas baseiam-se nas determinações do artigo 231 da Constituição Federal de 1988 e no decreto nº 1775 de 1996. São responsabilidade do Poder Executivo Fe-

atuação como perita antropóloga pela Justiça Federal do Mato Grosso do Sul em processos ligados a uma área reivindicada por um grupo indígena da etnia Guarani Nandéva³ e que foi identificada como sendo seu território tradicional através de processo administrativo devidamente conduzido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

No início do século XX, entre 1915 e 1920, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) reservou no espaço que atualmente corresponde ao sul do estado de Mato Grosso do Sul oito lotes para serem destinados aos Guarani Nandéva e Kaiowá⁴, com superfície de 3600 hectares cada um. No entanto, a demarcação efetiva destas áreas pela FUNAI deu-se, posteriormente, com extensões inferiores. Esse foi o caso da reserva indígena de Porto Lindo, localizada no município de Japorã, homologada por decreto presidencial em 1991, contemplando uma demarcação realizada pela FUNAI de aproximadamente 1650 hectares.

Assim, a criação dessa reserva, bem como de outras na região em questão, significou apenas que a União procedeu ao reconhecimento da área reservada pelo SPI (ou de parte dela) para os Guarani, sem que fossem realizados os estudos e procedimentos necessários para a caracterização da posse tradicional e, conseqüentemente, para a delimitação da Terra Indígena (TI) em conformidade com os critérios definidos no artigo 231 da Constituição Federal de 1998. E, dessa forma, a FUNAI, através de procedimento administrativo relacionado à sua própria função de regularizar as terras indígenas, e atendendo ao que determina o decreto nº 1775 de 1996, constituiu em 2001 um Grupo Técnico (GT), coordenado pelo antropólogo Fabio Mura, para realizar estudos de revisão de limites de Porto Lindo, que por sua vez resultaram na identificação e delimitação da TI Yvy Katu – ampliando os limites da primeira, que passa a fazer parte dos 9454

deral e conduzidos pelo Ministério da Justiça e pela FUNAI. As etapas do processo administrativo são as seguintes: identificação e delimitação da terra indígena; declaração; demarcação física; homologação; registro; extrusão dos não-índios. Quando há judicialização, o andamento do mesmo fica interrompido.

3 As palavras em Guarani estão grafadas em itálico (por exemplo, o termo “tekoha”), com exceção dos nomes das terras indígenas, e locais de ocupação tradicional (tais como Yvy Katu, Arroyo ‘i, Naranjaty, entre outros). Conforme a convenção comumente utilizada em trabalhos antropológicos, termos em Guarani não são flexionados no plural (tal como em “os Guarani” e “diferentes tekoha”). Quando a denominação da etnia aparece como substantivo, é grafada com maiúsculas (Guarani Nandéva); quando a denominação da etnia aparece com função de adjetivo, é grafada com minúsculas (língua guarani, organização social guarani, etc.) – também seguindo a convenção comumente utilizada por outros pesquisadores.

4 Os Guarani pertencem ao tronco linguístico tupi, e à família linguística tupi-guarani. Apesar de constituírem um núcleo comum, presente em sua cultura como um todo, dividem-se em diferentes parcialidades. A etnologia brasileira aponta para três subgrupos em território nacional (o território tradicionalmente ocupado por eles, antes do estabelecimento das fronteiras dos atuais Estados-Nação, abrangia partes do que atualmente são os territórios do Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia): os Nandéva, os Kaiowá e os Mbyá (Schaden, 1962). Mas existem muitos debates em torno das parcialidades, e na bibliografia atual podemos encontrar menção a outras denominações, como Avá-Guarani e Chiripá (Mello, 2006 e Albernaz, 2009), entre outras.

hectares propostos para a delimitação dessa última.

O resumo do relatório circunstanciado produzido pelo GT foi publicado no Diário Oficial da União no dia 02 de março de 2004. Em 30 de junho de 2005 o Ministro da Justiça assinou a portaria nº 1289, declarando ser de posse permanente dos Guarani Ñandéva a TI Yvy Katu. Mas o processo administrativo seria em seguida suspenso por conta dos processos judiciais movidos pelos proprietários de alguns dos imóveis rurais situados no perímetro já identificado como TI Yvy Katu contra a FUNAI.

No contexto desse litígio judicial, fui nomeada pelo Juízo da 1ª Vara da Justiça Federal de Naviraí, no Mato Grosso do Sul, para atuar como perita antropóloga em dois processos diferentes. Assim, estive na região de Porto Lindo/Yvy Katu realizando pesquisa antropológica para subsidiar os laudos periciais em duas ocasiões diferentes: em 2011 e em 2013. A pesquisa antropológica nessa situação tem o objetivo de levantar elementos para responder a uma série de quesitos (perguntas) formulados pelo Juízo e/ou pelas diferentes partes envolvidas no processo (que no caso em questão são os proprietários, os Guarani Ñandéva da região de Porto Lindo/Yvy Katu, a FUNAI e o Ministério Público Federal), resultando num laudo pericial antropológico que passará a fazer parte dos autos do processo judicial⁵. Um dos pontos centrais a ser esclarecido é se a área em litígio é ou não território tradicional do grupo que o reivindica.

A Constituição Federal de 1988 reconhece aos povos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. No entanto, diante da enorme diversidade étnica e cultural das populações indígenas no Brasil, a expressão “terras tradicionalmente ocupadas” remete para um amplo leque de possibilidades: cada grupo indígena apropria-se do espaço onde vive a partir de uma lógica específica, ligada aos seus usos, costumes e tradições. Assim, nos relatórios de identificação e delimitação a(o)s antropóloga(o)s precisam demonstrar, através de uma série de procedimentos metodológicos (o uso de dados etnográficos, arqueológicos e históricos, de dados genealógicos, etc.), os vínculos (culturais, sociais e históricos) entre os antigos ocupantes e seus descendentes com determinados lugares para justificar a posse tradicional do grupo em questão. De acordo com o marco jurídico do texto constitucional, a ocupação do mesmo tem que ser efetiva e constante ou há que se comprovar como se deu a expulsão e/ou esbulho. E ainda: áreas que foram objeto de ocupação tradicional no passado,

5 A(o) perita(o) é nomeada(o) como um(a) auxiliar do Juízo, e as diferentes partes envolvidas no litígio podem indicar assistentes técnicos, que têm a prerrogativa de acompanhar os trabalhos in loco da perícia e também de produzir pareceres técnicos independentes, que também podem ser anexados aos autos do processo judicial, mediante solicitação da parte interessada ao Juízo.

mas para as quais não foi possível estabelecer relações entre os antigos ocupantes e descendentes dos mesmos nas gerações atuais que vivem na região em questão são deixadas de fora do perímetro da área identificada, em reconhecimento ao fato de que o procedimento administrativo de regularização fundiária de terras indígenas não permite buscar a recuperação de terras de ocupação imemorial.

No caso da TI Yvy Katu, conforme mencionado acima, a ocupação tradicional já havia sido reconhecida pelo Ministério da Justiça, diante das conclusões do relatório circunstanciado produzido pelo GT designado pela FUNAI. No entanto, isso foi questionado no processo judicial e recolocado como um ponto central nos quesitos que me foram apresentados. Para respondê-los, foi preciso articular conceitos antropológicos e dados etnográficos com determinações administrativas e jurídicas e, partir disso, trazer elementos sobre a especificidade social e cultural dos Guarani e sobre a trajetória vivida por eles junto com outros atores sociais na região em questão.

Assim, partindo de minha experiência na realização desses laudos periciais e dos dados levantados, pretendo tecer algumas considerações sobre aspectos principalmente metodológicos que colocam desafios e mesmo dificuldades na realização de perícias antropológicas no âmbito judicial.

2. CONTEXTUALIZANDO O LITÍGIO JUDICIAL: O PANORAMA DE ESBULHO E VIOLÊNCIA A PARTIR DO QUAL EMERGE A REIVINDICAÇÃO DA TI YVY KATU PELOS GUARANI ÑANDÉVÁ

Tanto os dados levantados durante a perícia antropológica por mim realizada, quanto aqueles anteriormente apresentados no relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Yvy Katu (Mura e Thomaz de Almeida, 2002), demonstram que a região em questão era ocupada pelos Guarani Ñandéva em caráter permanente e quase que exclusivo ainda nas primeiras décadas do século XX. Os dados indicam um padrão específico de residência que é típico dos Guarani e amplamente descrito na literatura acadêmica produzida a respeito desse povo. No entanto, uma série de fatores obrigaram os Guarani a abandonar alguns dos espaços hoje reivindicados.

Com o fim da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), inicia-se um novo capítulo na história do contato das populações guarani com as

frentes de exploração e colonização da sociedade ocidental, que já se desenrolava desde o século XVI, mas que a partir de então levaria a uma drástica transformação do território de ocupação tradicional dos Guarani no espaço ocupado atualmente pelo estado do Mato Grosso do Sul.

O governo brasileiro tratou de delimitar e, na medida do possível, proteger e ocupar, as fronteiras com o Paraguai e outros países sul-americanos.

No caso da região de fronteira entre o Paraguai e o atual Mato Grosso do Sul, a região não estava despovoada: havia um contingente significativo de populações ñandéva e kaiowá ocupando o que eram seus territórios tradicionais. Mas o interesse do Estado brasileiro era ocupar essas regiões com não-índios, de forma que no período pós-guerra, observa-se um avanço das frentes econômicas de ocupação das sociedades nacionais, tanto no Brasil, quanto no Paraguai (MELIÀ, 2004).

Na região compreendida pelo atual Mato Grosso do Sul, o que se viu no pós-guerra foi a concessão de terras do Governo federal para terceiros – e justamente muitas dessas áreas estavam dentro de territórios indígenas.

Em 1872, quando a Comissão de Limites iniciou os trabalhos de demarcação das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai, Thomaz Larangeira [sic], fornecedor de mantimentos para a Comissão, natural do Rio Grande do Sul, tomou conhecimento da região e de suas potencialidades quanto à exploração dos ervais ali existentes.

Concluídos os trabalhos da Comissão de Limites, em 1874, Larangeira solicitou ao governo central a concessão para explorar os ervais existentes no antigo sul de Mato Grosso. Em 1882, através do decreto nº 8799, ele obteve do governo imperial o arrendamento das terras para a exploração de erva-mate (*ylex paraguayense*). Em 1892 fundou a Companhia Matte Larangeira (BRAND, 1997).

Com o advento da República, a área de concessão é sucessivamente ampliada. Em 1895, a área arrendada para a Companhia Matte Larangeira ultrapassava os 5.000.000 de ha, que se estendiam “[...] desde as cabeceiras do ribeirão das Onças, na Serra de Amambay, pelo ribeirão São João e rio Dourados, Brilhante e Santa Maria até a Serra de Amambay e pela crista desta serra até as referidas cabeceiras do ribeirão das Onças” (ARRUDA, 1986: 218). Mas ela não estava interessada nas terras, e sim na exploração dos ervais. Ainda que a área dessa concessão atingisse em cheio os territórios indígenas, de certa forma sua presença retardou a ocupação dessas terras por terceiros durante longo tempo, pois ela não permitia a entrada de colonos nas regiões de sua concessão. Os índios não

foram expulsos, porque interessavam à Matte Larangeira como mão de obra, mas foram deslocados de alguns dos locais que tradicionalmente ocupavam.

Existem poucas publicações sobre o período em que a Companhia Matte Larangeira atuou em sua área de concessão que remetem para o fato de que a mesma se sobrepunha a territórios indígenas, utilizando essas populações como mão de obra. Tal como afirma Ferreira (2007), a maioria dos historiadores que abordam esse tema e período destacam muito mais o uso de mão de obra paraguaia e, em menor proporção, brasileira, bem como o “pioneirismo” do empreendimento e seu papel como vetor de “desenvolvimento” para a região.

Mas com relação ao trabalho das populações indígenas kaiowá e ñandéva nos ervais, Salsa Corrêa (2002) afirma que a violência estava sempre presente, tanto pela repressão e trabalho compulsório, como pelo estado de miséria e desagração dos grupos que estavam sujeitos a ele direta ou indiretamente.

Ferreira (2007: 60) também destaca que:

[...] as atividades da Cia. Matte Larangeira provocaram significativas transformações na vida das populações kaiowá e guarani. Em regime de trabalho semi-escravo [sic] e exigindo constantes deslocamentos em busca de novos ervais, as relações alternavam-se entre a troca, por ferramentas e outros utensílios de interesse [dos indígenas], e relações de conflito, confronto e fuga.

A partir de 1916, a Matte Larangeira perde o monopólio de exploração de ervamate na região, mantendo apenas parte das terras arrendadas. Outros ervateiros passam a atuar na região, tanto brasileiros, quanto paraguaios. Nessa época, o Estado já libera a venda de lotes de terras a terceiros. Após a Revolução de 1930, o governo Vargas encerrou a concessão à Matte Larangeira. Isso foi entre 1943 e 1944. Além disso, transferiu para o governo do estado de Mato Grosso as terras que estavam arrendadas para ela até então. Este, por sua vez, declarou os territórios indígenas não-titulados como terras devolutas e repassou a terceiros – aí sim iniciando um processo acentuado de esbulho contra as comunidades indígenas.

Assim, o processo de ocupação dos territórios guarani no Mato Grosso do Sul por colonos brancos foi gradativo, e as terras só foram efetivamente ocupadas por particulares em fins da década de 1950.

Há que se destacar que, conforme apontado anteriormente, as terras que foram reservadas às populações indígenas no espaço do atual estado de Mato Grosso do Sul entre 1915 e 1928 não atendiam a critérios dessas populações, mas sim a critérios do Estado brasileiro. Áreas arbitrariamente escolhidas foram

Considerações sobre o papel da(o) antropóloga(o) como perita(o) judicial em processos de reconhecimento oficial de terras indígenas a partir de um caso Guarani Nãndéva

destinadas a eles, pois, em última instância, a ação do Estado visava liberar áreas ocupadas pelos índios para a colonização e exploração econômica.

Em 1927, Pimentel Barboza, funcionário do SPI, percorreu a região sul do Mato Grosso para escolher lugares onde demarcar quatro reservas indígenas para acomodar grupos nãndéva e kaiowá. Foram elas: Caarapó, Ramada, Porto Lindo e Pirajuy – todas em locais de grande concentração de indígenas em função dos trabalhos de colheita e preparo de erva-mate. Um trecho de seu relatório, dirigido ao seu superior, ilustra bem as intenções de liberar espaços para a colonização branca acima mencionadas: “Achando-se esses índios em terras particulares, legalizadas, torna-se imprescindível a obtenção, nas proximidades, de uma área de 3600 hectares, em a qual [sic] possam residir e trabalhar” (BARBOZA, 1927: CXXXVIII).

Nesse mesmo relatório, Pimentel Barboza relata a eleição do local destinado à criação da reserva de Porto Lindo, visto que, segundo ele, na região havia uma significativa população indígena:

[...] por isso escolhi também, na margem direita do Iguatemy, uma área de 3600 hectares, com os seguintes limites: o nascente pelo córrego denominado ‘Porto Lindo’, pequeno arroio que desemboca perto do porto com esse nome; no norte pelo rio Iguatemy; ao poente pelo córrego Guassori; e no sul com terras devolutas (IBIDEM).

No entanto, os limites indicados por ele não correspondem aos que cercam a área efetivamente delimitada pelo SPI para a reserva indígena de Porto Lindo que, situando-se mais ao sul, não alcança o rio Iguatemi em seu limite norte.

Nessa região escolhida para a criação da reserva de Porto Lindo, a exploração da erva-mate era conduzida por um ex-funcionário da Companhia Matte Lorangeira, que já atuava na região antes da criação da reserva, chamado A. Batista. E, justamente, o escoamento da produção de erva-mate era feito através das vias fluviais, de forma que o acesso às margens dos rios (no caso da região em questão, o rio Iguatemi) era extremamente importante na dinâmica dessa atividade e da economia local como um todo (várias mercadorias só chegavam à região pelas vias fluviais, visto que ainda não havia estradas).

Segundo foi levantado por Mura e Thomaz de Almeida (2002), A. Batista participou na definição do local onde a reserva indígena de Porto Lindo seria efetivamente demarcada, através de sua influência junto a políticos locais e mesmo junto a órgãos governamentais como o SPI, pois era de seu interesse a

manutenção do acesso ao rio Iguatemi e seus portos. Assim, a reserva acabou sendo delimitada a cinco quilômetros do rio Iguatemi, de forma que os grupos familiares que viviam nas cabeceiras e ao longo dos córregos Arroyo 'i, Potrerito e Naranjaty, por exemplo, foram progressivamente afastados de seus locais de ocupação tradicional⁶.

Mas tudo indica que, por trás da expulsão dos Guarani desses locais de ocupação tradicional, estava não só o interesse em explorar e escoar a erva-mate sem empecilhos, mas também a intenção por parte dos ervateiros em, futuramente, regularizar a posse da terra. A. Batista foi uma das primeiras pessoas a requerer a obtenção de títulos definitivos de propriedade na região – não apenas na área do litígio ligada a Porto Lindo/Yvy Katu, mas também na região onde foi identificada a TI Sombreiro (ALMEIDA, 2012).

Assim, no caso dos Guarani Ñandéva que atualmente reivindicam a TI Yvy Katu, a interrupção de sua presença em seu território de ocupação tradicional não se deu por livre e espontânea vontade, mas sim pela pressão para que deixassem o local ou mesmo pela remoção forçada por parte daqueles que se tornaram proprietários das terras. A memória dessa violência está presente nos relatos das pessoas mais idosas do grupo, que vivenciaram essas situações. As pessoas entrevistadas apontam o já referido ervateiro como sendo a principal figura ligada à sua saída da área atualmente reivindicada. No caso de muita(o)s da(o)s entrevistada(o)s, ele teria sido o primeiro branco com o qual ela(e)s tiveram contato dentro do território que tradicionalmente ocupavam⁷. Explorando erva-mate e depois madeira, e posteriormente requerendo e obtendo títulos de propriedade na região, ele teria iniciado um processo onde exerceu diferentes tipos de pressão para que as famílias guarani se retirassem de locais que, até então, elas vinham ocupando continuamente e de forma tradicional.

Na época em que as primeiras propriedades foram tituladas e que seus proprietários começaram a “abri-las”, retirando a vegetação nativa para a formação de pastos ou para a implantação de atividades agrícolas nos moldes ocidentais, os Guarani foram uma mão de obra extremamente útil e sua presença nas propriedades era tolerada.

6 Até as primeiras décadas do século XX, as famílias guarani que viviam na região identificada como sendo a terra indígena Yvy Katu ocupavam em caráter permanente e quase que exclusivo uma extensa área cuja abrangência liga-se a rios e córregos que são afluentes do rio Iguatemi (como Jakarey, Guassori, Arroyo 'i, Potrerito, Naranjaty, Limaty, Yvu, Kaxi Kue, Remanso Guasu, entre outros), distribuindo-se em suas cabeceiras e ao longo de seus cursos.

7 O que é significativo enquanto demonstração do esforço que essas famílias guarani faziam para manterem-se afastadas dos não-indígenas que já circulavam na região por essa época (o contingente de pessoas envolvidas na Guerra do Paraguai, as expedições de reconhecimento e demarcação das fronteiras realizadas na época, etc.)

Na década de 1970, quando ainda havia muitos pequenos proprietários na região, em sua maioria cultivando algodão e café, os Guarani igualmente puderam se engajar como mão de obra nas atividades agrícolas ligadas ao cultivo desses produtos e, novamente, podendo circular ou mesmo morar dentro de seus antigos territórios. Mas à medida que estas pequenas propriedades foram dando lugar às fazendas e à pecuária, os Guarani não conseguiram mais empregos e viram seu acesso aos antigos territórios ficar cada vez mais restrito.

Já na década de 1990, os índios passariam a sofrer pesadas restrições a seus deslocamentos, segundo eles, porque os proprietários tinham medo de sua presença em seus territórios tradicionais ocupados pelas fazendas.

Ou seja, temos um longo processo no qual, mais ou menos a partir das décadas de 1920/1930, os Guarani Ñandéva tiveram que deixar seus locais de ocupação tradicional por conta dos diferentes fatores e eventos acima apontados. No entanto, é importante ressaltar que nem todas as famílias deixaram os locais de ocupação tradicional nessa época e que a saída dos Guarani do perímetro maior de Yvy Katu foi um processo longo e complicado e, para entendê-lo, algumas considerações são necessárias.

A atitude dos Guarani de não se oporem (pelo menos não de forma violenta e combativa, travando embates diretos com os não-índios) a figuras como A. Batista (e outros não-índios que depois também atuaram no sentido retirar famílias guarani de suas propriedades, ou de impedir a circulação delas no interior das mesmas) está ligada a estratégias de resistência que foram colocadas em prática por eles desde o período colonial (e que em certo sentido são usadas ainda hoje) e que se relacionam diretamente com uma característica própria do *ethos* guarani: uma atitude que evita enfrentamentos diretos, baseada num modo de ser não-agressivo, que está ligado a uma ética que perpassa o xamanismo e norteia o comportamento das pessoas ao longo de sua vida, nas diferentes situações vivenciadas por elas. Assim, ao contrário dos grupos de origem Jê, como os Kaingang e Xoc Leng, por exemplo, que na região sul e sudeste do país ofereceram forte resistência à entrada das frentes colonizadoras em seus territórios, travando com elas embates bélicos que resultariam em pesadas baixas para ambos os lados (conforme apontam, por exemplo, os trabalhos de Santos, 1987, Tommasino, 1995 e Mota, 1998), a estratégia dos Guarani, desde o início do contato, foi a de evitar embates diretos e tentar preservar ao máximo sua autonomia (ainda que isso significasse ter que se afastar, mesmo que temporariamente, de certos locais de ocupação tradicional).

Um outro ponto que gostaria de considerar aqui é a questão da língua. Algumas das pessoas entrevistadas por mim durante os trabalhos *in loco* da perícia afirmaram que na época em que foram retirados de seus locais de residência, os índios falavam apenas a língua guarani (algumas delas não falam fluentemente o português até hoje). Mas alguns ervateiros e pessoas que trabalhavam para eles falavam o guarani paraguaio – pelo fato de serem paraguaios ou porque circularam amplamente naquela região de fronteira ao longo de sua trajetória de vida. E, quando começaram a trabalhar nas atividades ligadas à erva-mate, ou nas fazendas da região, os Guarani foram aprendendo o português. No entanto, do ponto de vista antropológico, há que se destacar que, por mais que houvesse uma comunicação entre os diferentes sujeitos envolvidos na situação da qual estamos tratando, com certeza ela era muito problemática. Isso porque, tal como coloca Cardoso de Oliveira (1998), para além da barreira linguística, havia uma barreira cultural, e com certeza cada um dos lados envolvidos no processo expressava categorias simbólicas bastante distintas em seus discursos – fossem eles proferidos em guarani ou português. No caso dos Guarani, não havia concepções de exclusividade territorial no interior de sua cultura, bem como não fazia sentido a ideia de terra como mercadoria da qual era possível dispor. É possível então dizer que, nessa época, os Guarani não estavam totalmente cientes das implicações contidas no fato de que aquelas terras, tradicionalmente ocupadas por eles até então, passaram a ser propriedade privada. Essa consciência, no entanto, seria construída ao longo do tempo, resultando no movimento de retomada das terras tradicionais que eclode na década de 2000, mas que estava em andamento muito tempo antes disso.

Assim, trabalhos como os de Thomaz de Almeida (2001) reportam que, mesmo depois da criação de áreas reservadas para os índios no Mato Grosso do Sul, famílias ou grupos de famílias continuaram ocupando terras convertidas em propriedades particulares, insistindo em permanecer nelas por considerarem-nas seu lugar. Mantinham-se nos trechos que ainda contavam com mata, ou que eram pouco explorados pelos novos proprietários, circulando pelos interstícios da nova configuração espacial estabelecida na região. Outra estratégia adotada pelos Guarani para permanecerem em seus territórios tradicionais e que estavam sendo requeridos e titulados por não-índios foi a de vender sua força de trabalho nas propriedades ali instaladas. A maioria das propriedades particulares da região do litígio foi formada com força de trabalho guarani, numa situação paradoxal onde os índios desbravaram seu próprio território para os brancos (LANDA, 2005; COLMAN, 2007 e BRAND, 1997).

Monteiro (1981) menciona um relatório de um funcionário do SPI datado de 1948, onde consta que no então distrito de Iguatemi (onde se localizava Porto Lindo), numerosas famílias indígenas estavam vivendo fora das áreas reservadas, muitas delas em propriedades particulares ou em terras tidas como devolutas e que estavam sendo rapidamente ocupadas, sendo então os índios expulsos desses lugares. Neste documento, consta um dado importante: a população indígena aproximada da reserva de Porto Lindo era de 250 pessoas; no distrito de Iguatemi, a população indígena aproximada era de 1500 pessoas. Esse grande contingente de índios seria aos poucos obrigado a se dirigir para as reservas, e o próprio SPI teria encaminhado muitas famílias para a área de Porto Lindo e também para a reserva Ramada (também chamada de Sessoró).

No trabalho de Couto (2007), encontramos uma entrevista com o reverendo Rubens Carneiro, um dos responsáveis pela implantação da Missão Evangélica Presbiteriana na reserva de Porto Lindo. Nessa entrevista, ele afirma que quando chegou na região de Iguatemi, em 1960, havia em Porto Lindo apenas 80 índios, ao passo que quando ele deixou a região, transferindo-se para Dourados, em 1976, a população subira para cerca de 1500 pessoas. Essa afirmação não bate exatamente com os censos realizados na época pelo órgão indigenista, mas o importante a reter dela é que, de fato, ao longo dessa década a população aumentou muito.

Os dados demográficos disponíveis sobre Porto Lindo e apresentados por Mura e Thomaz de Almeida (2002:71), indicam que num período de 24 anos (entre 1947 e 1971), a população vivendo no interior da reserva teria se mantido mais ou menos constante (variando entre aproximadamente 250 e 310 pessoas). No entanto, em três anos esse número praticamente dobraria – a população em 1974 chegando a aproximadamente 570 pessoas. No início dos anos 1980 a população girava em torno de 1100 pessoas.

Os números, então, apontam mudanças repentinas no número de habitantes de Porto Lindo, indicando claramente a movimentação de grandes contingentes de famílias indígenas para dentro da área reservada. E não apenas as famílias que viviam no perímetro do *tekoha* Yvy Katu foram para lá. Segundo Mura e Thomaz de Almeida (ibidem), famílias que estavam sendo expulsas de seus territórios tradicionais em regiões próximas (tais como Sombrierito, Laguna Piru, Vito 'i Kue, Mbokajá, Garcete Kue, Cerrito e Jaguapiré) também se dirigiram para lá.

Inicialmente então houve um “inchaço” populacional em Porto Lindo por conta dos vários grupos para lá deslocados ou que para lá se dirigiram (esponta-

neamente, porque eram aliados dos grupos do *tekoha* Yvy Katu; ou forçadamente, porque para lá foram conduzidos pelo órgão indigenista ou outros grupos e atores sociais⁸). Apenas posteriormente seria possível observar um crescimento vegetativo significativo da população, constatado nas últimas gerações.

Essa situação vivida pelos Guarani Ñandéva de Porto Lindo/Yvy Katu não foi algo isolado. Com a entrada cada vez mais intensa de frentes de colonização nessa região do então estado do Mato Grosso a partir do século XX, inúmeras comunidades foram desalojadas de seus antigos *tekoha* e obrigadas a se instalar nas reservas oficiais. Brand (1997), em sua tese de doutorado, apresenta uma extensa relação de aldeias tradicionais guarani e kaiowá destruídas ao longo do século XX em Mato Grosso do Sul, bem como um mapa com suas localizações.

Além disso, a entrada dos contingentes populacionais ligados às frentes colonizadoras traria um outro problema para os Guarani: as epidemias. De acordo com Brand (1997) e Pereira (2004), nas primeiras décadas do século XX os Guarani foram intensamente atingidos por elas nessa região.

É importante também destacar que nem todas as famílias que deixaram o perímetro maior do *tekoha* Yvy Katu foram viver na área reservada de Porto Lindo. Algumas famílias foram para locais onde viviam seus parentes no Paraguai (como Bajada Guassu e Guavira Poty), ou ainda para outras áreas indígenas demarcadas no próprio estado de Mato Grosso do Sul (como Amambai, Sassoró, Cerrito e Dourados) ou no Paraná (principalmente juntando-se a grupos que vivem na região de Guaíra). Algumas pessoas, ainda, passaram a viver em fazendas ou nas cidades da região, e mesmo em áreas que estão sendo atualmente reivindicadas pelos Guarani, mas que ainda não foram regularizadas.

Assim, mesmo sendo forçados a se retirar de seus locais de ocupação tradicional para a área reservada de Porto Lindo, os Guarani continuaram ocupando esses locais através de diferentes formas⁹ (caçando, coletando, pescando, vendendo sua força de trabalho nas propriedades que ali se instalaram, etc.). E, justamente quando não foi mais possível se manter neles, ainda que através de interstícios, o movimento para sua retomada tem início.

8 Muitos dos relatos administrativos do órgão indigenista analisados por Brand (1993, 1997) indicam a existência dessa prática de traslado de índios, que eram removidos de seus territórios tradicionais e levados para as reservas. Isso era feito não só pelo órgão indigenista, como também por missionários e proprietários particulares. Assim, algumas das famílias guarani que atualmente reivindicam a TI Sombreiro, por exemplo, moraram durante muito tempo em Porto Lindo, apenas recentemente conseguindo retomar (ainda de forma parcial) seu território tradicional.

9 Cabe aqui destacar que Porto Lindo fazia parte do que eles consideravam ser o *tekoha* Yvy Katu, mas era apenas uma pequena parte dele, já ocupada por determinadas famílias, às quais os grupos expulsos de seus próprios locais de assentamento foram obrigados a se sobrepor.

Tal como coloca Brand (1997), à medida que ocorre uma radicalização do confinamento ao longo do século XX, também inicia-se um movimento de quebra desse processo histórico por parte dos índios. Conforme foi possível levantar a partir das entrevistas realizadas com os Guarani de Porto Lindo/Yvy Katu, a falta de espaço e de acesso aos antigos locais de caça, pesca e coleta, foi um dos fatores principais para o início do movimento de retomada das terras tradicionais, que começou a ser articulado pelo grupo ainda no final dos anos 1970.

Assim, é possível dizer que ao longo do contato com a sociedade ocidental, os Guarani foram criando estratégias e formas de atuação política no novo contexto em que se viram inseridos – seja em relação às políticas indigenistas, seja em relação aos segmentos sociais que ocuparam suas terras transformando-as em fazendas agrícolas e/ou pastoris e mesmo cidades. Esse processo resultou no movimento de retomada de seus territórios tradicionais no presente.

A primeira reivindicação oficial da comunidade guarani nãndéva de Porto Lindo no sentido de recuperar o que eles consideram seu território tradicional é uma carta com a data de 24 de abril de 2001 dirigida à FUNAI. Trata-se de um documento/carta manuscrita, assinada pelas lideranças e membros da comunidade e encaminhada ao órgão indigenista.

Conforme foi possível levantar a partir das entrevistas realizadas durante os trabalhos *in loco* da perícia e mesmo das informações contidas no laudo de Mura e Thomaz de Almeida (2002), a mobilização dos Guarani Nãndéva de Porto Lindo em torno da reivindicação expressa nesse documento manuscrito enviado à FUNAI teve como uma de suas motivações o fato de que, na época, eles foram surpreendidos por um processo paralelo de reivindicação fundiária. Uma das fazendas que fazem parte do território que eles reconhecem como sendo seu antigo *tekoha*, foi declarada improdutiva pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e passou a ser pleiteada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Ou seja: o grupo já estava se articulando em torno do movimento de reivindicação e esse fato se somou a um conjunto maior de motivações, levando a uma postura mais incisiva dos Guarani no tocante à reivindicação da regularização da terra que já então afirmavam ser sua, requerendo, através do documento que encaminharam à FUNAI, que as medidas necessárias para isso fossem tomadas. Em resposta a essa reivindicação, a FUNAI constituiu em 2001 o grupo técnico coordenado pelo antropólogo Fabio Mura para realizar as devidas pesquisas na região. O relatório de identificação e delimitação da terra indígena Yvy Katu havia sido concluído e entregue à FUNAI em 2002, sem que, no entanto, o processo administrativo tivesse algum prosseguimento. Assim, no

final de 2003, os Guarani Ñandéva resolveram ocupar as propriedades particulares situadas dentro do perímetro da área por eles reivindicada.

O que se seguiu a esse movimento de ocupação das propriedades localizadas dentro do perímetro da área reivindicada pelo grupo como sendo o *tekoha* Yvy Katu – e que, do ponto de vista dos Guarani, era uma *retomada* de seus territórios – foi que no dia 14 de janeiro de 2004 a Justiça Federal de Dourados concedeu aos proprietários a reintegração da posse, determinando que a FUNAI retirasse as famílias indígenas do local. No entanto, em 21 de fevereiro de 2004, outra decisão da Justiça Federal suspendeu a reintegração de posse, determinando a permanência dos Guarani no local até a finalização dos processos judiciais.

Assim, por expressa autorização da Justiça Federal, foi fixada em 2004 uma área de 10% de cada uma das três propriedades maiores dentro desse perímetro para a permanência provisória dos Guarani Ñandéva, enquanto o processo de demarcação da TI Yvy Katu segue os trâmites legais. Desde então várias famílias estão instaladas nesses locais, ali construindo suas casas e roças.

Dessa forma, os Guarani Ñandéva conseguiram pressionar a FUNAI, no sentido de fazer com que o órgão indigenista desse continuidade ao processo envolvendo a demarcação da área já identificada e delimitada e, em 30 de junho de 2005, o Ministro da Justiça assinou a portaria nº 1289, declarando de posse permanente do grupo a TI Yvy Katu. No entanto, o processo administrativo seria novamente suspenso em função dos processos movidos na esfera judicial por diferentes proprietários. E é neste contexto de luta e disputas que se insere minha atuação como perita.

3. O TRABALHO ANTROPOLÓGICO NO CONTEXTO DAS PERÍCIAS JUDICIAIS: DIFICULDADES E DESAFIOS

A pesquisa antropológica apoia-se no método etnográfico que, por sua vez, está associado a uma prática de trabalho de campo baseada na observação direta e em uma convivência mais ou menos prolongada do(a) pesquisador(a) junto ao grupo social a ser estudado – os dados sendo produzidos a partir da inter-relação e interação entre o(a) pesquisador(a) e os sujeitos pesquisados, através de procedimentos metodológicos eminentemente (mas não exclusivamente) qualitativos. Valendo-se de diferentes instrumentos de pesquisa (observação direta, conversas formais e informais, entrevistas, levantamento genealógico, demográfico, etc.) e através de sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se apresenta, o(a) pesquisador(a) consegue pro-

duzir uma “descrição densa” (GEERTZ, 1989) das formas sociais e culturais do grupo estudado. Mas isso leva tempo – tanto “lá” (em campo), quanto “aqui” (no gabinete) (GEERTZ, 2005).

No contexto de uma perícia judicial, a pesquisa antropológica é realizada através de um tipo de interação que foge dos padrões “clássicos” dessa área do conhecimento (por exemplo porque tem como pano de fundo uma situação de disputa judicial onde os sujeitos pesquisados estão entre as partes envolvidas; pelo fato de que a(o) antropóloga(o) tem que ser acompanhada(o) em todas as etapas pela(o)s assistentes técnica(o)s das partes e suas respectivas equipes de apoio; porque se realiza num curto espaço de tempo, entre outros aspectos).

Por conta disso, é essencial que a(o) perita(o) antropóloga(o) tenha qualificação reconhecida e conhecimento prévio do grupo étnico¹⁰ envolvido no litígio e de suas especificidades culturais e sociais. No caso de minha experiência como perita, a busca de dados e a análise dos mesmos esteve orientada por questões conceituais e etnográficas aprendidas e acumuladas por mim ao longo de minha formação acadêmica e das pesquisas desenvolvidas anteriormente junto aos Guarani Nandéva (BARROS, 2003 e 2011). Sem isso não seria possível penetrar nas complexas camadas que compõem a trajetória do grupo guarani envolvido no litígio judicial em questão em tão curto espaço de tempo e reconhecer as singularidades de seus “usos, costumes e tradições”, colocados em prática por eles nesse contexto vivido.

Os procedimentos metodológicos¹¹ adotados por mim para chegar ao resultado final apresentado no laudo pericial antropológico foram os seguintes: a) leitura e análise dos dados e documentos contidos nos autos dos processos judiciais; b) revisão bibliográfica sobre a legislação indigenista brasileira; c) levantamento, revisão e análise de ampla bibliografia ligada à região e ao grupo indígena em questão, produzida a partir de diferentes campos do conhecimento, como a própria antropologia, mas também a arqueologia e a história; d) pesquisas *in loco* na região do litígio; e) transcrição das entrevistas; f) organização e análise dos dados bibliográficos e etnográficos; g) redação do laudo pericial antropológico.

Gostaria de me deter sobre as pesquisas *in loco* pois, remetendo novamente ao “estar lá” e “estar aqui”, de Geertz (2005), se todas as outras etapas se realizaram em meu escritório, essa envolveu meu deslocamento até o local do litígio

10 A “qualificação reconhecida” é uma exigência do decreto nº 1775 de 1996 para a nomeação da(o) antropóloga(o) que realiza um estudo de identificação e delimitação de terra indígena e tem sido seguida também na nomeação da(o)s perita(o)s pelo Juízo em processos judiciais.

11 Sobre os procedimentos metodológicos adotados por outra(o)s antropóloga(o)s em perícias judiciais ver, por exemplo, os trabalhos de Oliveira e Pereira (2009 e 2012).

– demandando, para além do domínio sobre questões teóricas e metodológicas, uma série de cuidados éticos para garantir o andamento dos trabalhos e um ambiente de respeito a todas as pessoas envolvidas.

Uso o termo “pesquisa *in loco*” e não “trabalho de campo” porque na perícia o contato direto com o grupo se deu em circunstâncias bastante formais e pontuais e os dados foram obtidos apenas através de entrevistas (e não de procedimentos e vivências variadas como ocorre em outros contextos de pesquisa antropológica).

A data de início e término dos trabalhos *in loco* precisa ser comunicada ao Juízo com antecedência pela(o) perita(o) nomeada(o), para que as partes envolvidas no processo judicial possam tomar ciência do cronograma e acompanhar as atividades, caso queiram fazer isso. Nesse caso, seus assistentes técnicos, indicada(o)s anteriormente ao Juízo, têm a prerrogativa para isso.

Nas duas perícias realizadas por mim o cronograma dos trabalhos *in loco* (cerca de uma semana), iniciou-se com uma reunião no prédio da Justiça Federal de Naviraí (MS), na qual estiveram presentes a(o)s assistentes técnica(o)s indicada(o)s pelos autores dos processos, pela FUNAI e pelo Ministério Público Federal. Em 2013 estiveram presentes também os autores dos processos (e/ou seus representantes legais) e seu advogado. Nessas reuniões, expus a metodologia que seria utilizada nos trabalhos *in loco*: basicamente, a utilização de um questionário semiestruturado, com questões elaboradas a partir de vários pontos colocados nos quesitos apresentados pelas partes envolvidas nos processos judiciais, que deixava em aberto a possibilidade de utilização de outros instrumentos qualitativos (como a utilização da história de vida dos sujeitos e de dados genealógicos), a depender do andamento das entrevistas e da disposição da(o)s entrevistada(o)s para falar de certos temas em detrimento de outros.

Nos dias que se seguiram às reuniões que iniciaram o cronograma dos trabalhos *in loco*, foram realizadas entrevistas com indígenas e não-indígenas na área do litígio, nos municípios de Japorã (onde se localizam Porto Lindo e Yvy Katu) e Iguatemi (ambos no MS). Neste último local também foram levantados dados sobre os Guarani que vivem na área do litígio junto ao polo local da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Esses trabalhos foram acompanhados por grupos significativos de pessoas, formados pela perita e seu assistente, a(o)s assistentes técnica(o)s das diferentes partes e suas respectivas equipes, e as lideranças indicadas pela comunidade indígena. Dessa forma, cada entrevista foi acompanhada por todas essas pessoas, ainda que só a perita e a(o)s assistentes

técnica(o)s designados pelas partes nos autos dos processos pudessem fazer perguntas para as pessoas entrevistadas.

As entrevistas com os Guarani foram realizadas em Porto Lindo, em 2011 num espaço da escola e em 2013 em uma edificação próxima a ela utilizada pela equipe da SESAI. Nas duas ocasiões a presença da perita e do grupo acima mencionado foi negociada com as lideranças da comunidade, que nos permitiram usar esses espaços. A opção por trabalhar dessa forma, centralizando a realização das entrevistas em um único local, deveu-se ao fato de que o deslocamento desse grupo de pessoas dentro da área de Porto Lindo/Yvy Katu tomaria muito tempo e poderia trazer transtornos e constrangimentos para os Guarani. Dessa forma, a equipe da FUNAI, por já conhecer a região da terra indígena, ajudou no traslado de algumas pessoas mais velhas e com dificuldades de locomoção até o local onde estavam ocorrendo os trabalhos da perícia.

Durante as entrevistas, foi adotado o seguinte procedimento: eu iniciava explicando a cada um(a) do(a)s entrevistado(a)s que se tratava de uma perícia judicial, que haveria uma dinâmica a ser seguida e que a conversa estava sendo registrada em áudio e vídeo. Se a pessoa consentia em participar, eu iniciava a entrevista. Após fazer minhas perguntas, passava a palavra para cada um dos assistentes técnicos das partes envolvidas no processo (sempre na mesma ordem), para que pudessem colocar os seus questionamentos livremente. Registrei apenas o áudio das entrevistas, mas a(o)s assistentes técnica(o)s dos autores dos processos registraram-nas também em vídeo. Solicitei sempre a ela(e)s que posicionassem as câmeras de forma a não atrapalhar o andamento das entrevistas, nem de forma invasiva, para evitar que as pessoas se sentissem constrangidas num contexto que já estava cercado por várias formalidades que não são comuns na pesquisa antropológica. No caso das entrevistas realizadas com os Guarani, nos diferentes dias de trabalho, um representante da comunidade indígena (um homem guarani) esteve sempre presente, atuando também como tradutor no caso das entrevistas feitas com pessoas que tinham pouca familiaridade com o português (a tradução era feita simultaneamente). Tanto as partes autoras dos processos quanto a comunidade indígena indicaram pessoas a serem entrevistadas durante os trabalhos *in loco* da perícia. Como perita, também solicitei diretamente a entrevista de algumas pessoas diante de um mapeamento prévio de pontos contidos nos quesitos e que precisavam ser esclarecidos.

A adoção dessa dinâmica rígida no contexto da realização das entrevistas teve a intenção de reforçar a questão da imparcialidade (frequentemente cobrada

de mim na condução dos trabalhos¹²) e para que a(o)s assistentes técnica(os) das partes envolvidas no litígio não se sentissem prejudicada(o)s de alguma forma. Toda(o)s puderam colocar livremente suas questões para as pessoas entrevistadas e isso contribuiu para evitar tensionamentos maiores num contexto já marcado por uma situação de litígio na qual acusações mútuas entre as partes vieram à tona – dado o conflito instalado na região entre os proprietários dos imóveis rurais localizados dentro do perímetro da TI e os indígenas que a reivindicam. A(o)s entrevistada(o)s também puderam falar livremente nos casos em que quiseram acrescentar narrativas para além das perguntas a ela(e)s dirigidas.

Mas mesmo nesse contexto, é importante ressaltar que as entrevistas realizadas não podem ser confundidas com “tomadas de depoimento” ou com um interrogatório. Em alguns momentos, várias pessoas estavam participando juntas das entrevistas (por exemplo: casais, ou pais e filhos, ou irmãos, ou vizinhos). Cada uma era entrevistada individualmente por mim e pela(o)s assistentes técnica(os), que só podiam se manifestar na ordem estipulada e combinada previamente, mas a(o)s entrevistada(o)s podiam interagir livremente entre si. Minha intenção como antropóloga (e perita nomeada) foi manter uma interlocução com as pessoas entrevistadas, sem se incomodar com intervenções umas das outras nas respostas dadas, visto que nas pesquisas antropológicas não existe uma preocupação de “contaminação” ou influência sobre os discursos proferidos pelos sujeitos pesquisados. As intervenções e complementos, nas ocasiões em que várias pessoas estavam juntas no ambiente em que ocorreram as entrevistas, são parte constitutiva do contexto social de interação entre os sujeitos e fontes mesmas de dados.

É importante destacar que para poder esclarecer se houve ou não ocupação tradicional na área do litígio, se fazia necessário reconstruir as relações que se estabeleciam entre as famílias indígenas e o local que está sendo reivindicado por elas atualmente. E, nesse sentido, foi fundamental trabalhar com as narrativas do próprio grupo acerca dos acontecimentos vivenciados por eles ou por seus antepassados. Essas narrativas, articuladas no diálogo estabelecido durante as entrevistas, foram importantes para que se pudesse acessar a memória histórica do grupo sobre os acontecimentos que teriam resultado na sua saída dos locais

12 A perícia realiza-se num contexto de tensão e conflitos onde determinados atos da(o) perita(o) podem ser interpretados pelas partes envolvidas como refletindo certos posicionamentos parciais em benefício de um ou outro grupo. Constantemente tive que dialogar com a suspeita, bastante cristalizada no senso comum da sociedade brasileira, de que a(o)s antropóloga(os) são sempre “a favor dos índios”, e que os laudos produzidos por ela(e)s, portanto, nunca são imparciais. Muitas pessoas desconhecem o fato de que, no campo científico, a imparcialidade não exclui uma atitude de respeito e empatia para com as pessoas envolvidas no contexto de uma pesquisa.

atualmente reivindicados, bem como para acessar o tipo de lógica cultural que permeia a relação que eles estabelecem com o referido espaço, que afirmam ser seu *tekoha*.

Os dados levantados nas entrevistas, por sua vez, foram submetidos a uma série de procedimentos metodológicos, justamente para combater a possibilidade de serem levados em conta apenas fatos parciais. As generalizações e conclusões apresentadas no laudo pericial foram balizadas pelo confronto das entrevistas entre si, e delas com os dados presentes na bibliografia consultada, bem como com os conceitos próprios do campo antropológico.

Dessa forma, as técnicas utilizadas na coleta e interpretação dos dados, na manipulação das fontes de informação e a forma como foi utilizado o referencial teórico seguiram padrões estipulados e aceitos academicamente, ainda que numa situação colocada em outro contexto e diante de exigências específicas.

A respeito dessas especificidades colocadas pelo campo jurídico, gostaria também de destacar que mesmo tendo clareza do fato de que uma perícia judicial exige da(o) antropóloga(o) um diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento – como o Direito –, procurei em minha atuação como perita não extravasar os limites de minha especialidade e formação acadêmica (quesitos de cunho exclusivamente jurídico não foram respondidos por mim).

Mesmo adotando um formato mais rígido na condução das entrevistas, não foi possível evitar de todo os tensionamentos inerentes à situação. Em muitas ocasiões, as pessoas confundiam a figura da perita com a do Juízo, exigindo posicionamentos e mesmo a resolução de determinados conflitos ou a garantia de determinados direitos – o que não cabia a mim em absoluto.

Da parte dos proprietários, havia a questão dos prejuízos materiais que tiveram durante os eventos ocorridos na região no final de 2003, quando os Guarani ocuparam as propriedades localizadas dentro do perímetro da TI Yvy Katu. E, para além dos prejuízos materiais, havia o desgaste emocional pelo qual passaram naquela ocasião e que vivenciam ainda, pois aguardam o desfecho da disputa judicial. A trajetória de vida foi por alguns deles narrada nas entrevistas realizadas por ocasião dos trabalhos *in loco*, e em muitos casos se trata de famílias que vivem há décadas na região, e que investiram toda uma vida de trabalho nos imóveis rurais de sua propriedade. A iminência de terem suas terras desapropriadas pelo andamento do processo administrativo gera muita animosidade na região do litígio judicial.

Para os Guarani não é diferente. É graças a esforços coletivos muito grandes

e de importantes articulações internas e externas, que eles continuam presentes em seus territórios de ocupação tradicional, lutando por seus direitos e pela manutenção de sua cultura. E o desgaste sofrido por eles no período mais recente de sua história também é grande, tendo em vista que os processos (tanto o administrativo, quanto o judicial) já estão em andamento há anos, sem que se chegue a um desfecho. Apesar das áreas provisoriamente fixadas pela Justiça Federal em 2004 terem possibilitado que várias famílias ali se instalassem, construindo suas casas e roças (e diminuindo as pressões internas em Porto Lindo), as relações entre índios e não-índios se deterioraram na região, e os conflitos agravaram-se ainda mais.

Há que se destacar que o que emerge das entrevistas é um panorama de violência contra os Guarani que ocorre há muito tempo, mas que nas últimas décadas se exacerba ainda mais. Alguns dos Guarani entrevistados por mim mencionaram ter recebido, na atualidade, ameaças de proprietários, ou mesmo terem sofrido algum tipo de violência física, para que não circulem dentro das propriedades. Isso passou a ocorrer principalmente depois de 2003 (justamente, a imposição de fortes restrições à circulação dos Guarani seria uma estratégia dos proprietários de terras para tentar quebrar o vínculo da comunidade indígena com seu antigo território). E muitas famílias, em Porto Lindo ou no perímetro que provisoriamente ocupam na área demarcada, vivem em situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica.

A presença da perita e da(o)s assistentes técnica(o)s na região em 2011 criou nessas pessoas a expectativa de que a situação poderia chegar finalmente a um desfecho. Mas quando retornei em 2013 para realizar a segunda perícia, a situação foi de muita tensão, pois ficou claro para as pessoas envolvidas, principalmente os Guarani, que o fim do litígio ainda não estava próximo. E como é preciso usar nos laudos periciais os dados coletados em campo na presença da(o)s assistentes técnica(o)s das diferentes partes envolvidas no processo, muitas das pessoas entrevistadas por ocasião da segunda perícia foram demandadas a falar de temas já comentados anteriormente (em 2011) e muita(o)s se revoltaram com isso, afirmando que estávamos duvidando dela(e)s e até mesmo ameaçando não cooperar. Isso num contexto em que, para poder esclarecer se houve ou não ocupação tradicional na área do litígio, se fazia necessário reconstruir as relações que se estabeleciam e se estabelecem ainda entre as famílias indígenas e o local que está sendo reivindicado por elas atualmente. Ou seja: era fundamental trabalhar com as narrativas do próprio grupo. E nesse sentido, uma outra dificuldade se colocou: muitas das pessoas que vivenciaram os fatos que procurávamos escla-

Considerações sobre o papel da(o) antropóloga(o) como perita(o) judicial em processos de reconhecimento oficial de terras indígenas a partir de um caso Guarani Ñandéva

recer estão já em idade avançada e, em alguns casos, com a saúde debilitada, de forma que as entrevistas eram ocasiões muito cansativas para elas. Outras se recusaram a ser entrevistadas novamente. Soma-se a isso toda a questão das dificuldades ligadas à tradução para o caso de quem não falava português ou que, mesmo falando um pouco, preferia expressar-se em guarani.

Estes são apenas alguns dos pontos possíveis de serem destacados dentro da problemática inerente ao trabalho de peritagem. Apesar de todas as dificuldades e negociações necessárias, as falas dos Guarani entrevistados nas duas ocasiões (2011 e 2013) foram cruciais para a elaboração dos laudos periciais e para a reconstituição de sua trajetória na região e dos acontecimentos que teriam resultado na sua saída dos locais atualmente reivindicados. Para além das dificuldades encontradas por mim para recompor essa trajetória, o que fica evidente é a clareza que os Guarani têm de seu território e a força dos vínculos que continuam mantendo com ele. A presença dos Guarani-Ñandéva na região está fortemente marcada na própria memória individual e coletiva das famílias indígenas: em suas narrativas sobre seus antepassados, nas trajetórias biográficas das pessoas, nas lembranças ligadas aos rituais, aos grandes caciques, e ao próprio espaço físico e suas transformações ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ledson Kurtz. Laudo pericial antropológico relativo à reivindicação da Terra Indígena Sombreiro. Naviraí: 1ª Vara da Justiça Federal, 2012.

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, 1986.

ALBERNAZ, Adriana Cristina Repelevicz de. Antropologia, histórias e temporalidades entre os Avá-Guarani de Oco'y (PR). Tese de doutorado em Antropologia Social. Florianópolis: UFSC, 2009.

BARBOZA, Genésio Pimentel. Relatório de viagem. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Proteção aos Índios. Inspeção do Estado de Mato Grosso. Microfilme 025. Museu do Índio, 1927.

BARROS, Valéria Esteves. N. Da casa de rezas à Congregação Cristã no Brasil: o pentecostalismo guarani na Terra Indígena Laranjinha/PR. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. UFSC: Florianópolis, 2003.

_____. Mito e história nas narrativas dos Guarani da bacia do Paranapa-

- nema. Tese de doutorado em Antropologia Social. UFSC: Florianópolis, 2011.
- BRAND, Antonio. O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowa/Guarani: os difíceis caminhos da palavra. Tese de doutorado em História. Porto Alegre: PUC/RS, 1997.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Trabalho do Antropólogo. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.
- COLMAN, Rosa S. Território e sustentabilidade: os Guarani e Kaiowá de Yvy Katu. Dissertação de mestrado. Campo Grande: UCDB, 2007.
- COUTO, Cristiane Beatriz Dahmer. História da implantação da educação escolar indígena na comunidade nãndeva-guarani na reserva de Porto Lindo no município de Japorã, MS. Dissertação de mestrado em Educação. Londrina: UEL, 2007.
- FERREIRA, Eva Maria Luiz. A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952). Dissertação de mestrado em História. Dourados: UFGD, 2007.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989
- _____. Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- LANDA, Beatriz dos Santos. Os Nãndeva/Guarani e o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, município de Japorã/MS. Tese de doutorado em Arqueologia. Porto Alegre: PUC, 2005.
- MELIÀ, Bartomeu. El pueblo guarani: unidad y fragmentos. In: Tellus, ano 4, n.6, p.151-162. Campo Grande, abr. 2004.
- MELLO, Flávia C. Aetcha nhanderukuery karai retará. Entre deuses e animais: xamanismo, parentesco e transformação entre os Chiripá e Mbyá Guarani. Tese de doutorado em Antropologia Social. Florianópolis: UFSC, 2006.
- MONTEIRO, Maria Elizabeth B. Relatório referente ao levantamento histórico sobre os índios Kaiwá situados no estado de Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: Museu do Índio [documentação xerocada], 1981.
- MOTA, Lúcio Tadeu. O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889). Tese de doutorado em História. UNESP, Assis: 1998.
- MURA, Fabio ; THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem. Relatório Antropológico de Revisão de Limites da T.I. Porto Lindo (Jakarey) que resultou na identificação da Terra Indígena Guarani Nãndeva Yvy Katu. 2002.

Considerações sobre o papel da(o) antropóloga(o) como perita(o) judicial em processos de reconhecimento oficial de terras indígenas a partir de um caso Guarani Ñandéva

OLIVEIRA, Jorge Eremites e PEREIRA, Levi Marques. Ñande Ru Marangatu: laudo pericial sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, em Mato Grosso do Sul. Dourados: UFGD, 2009.

_____. Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

PEREIRA, Levi Marques. Imagens kaiowa do sistema social e seu entorno. Tese de doutorado em Antropologia. São Paulo: USP, 2004.

SALSA CORRÊA, Lúcia. A fronteira indígena no sul de Mato Grosso – século XIX. Fontes comentadas. In: Tellus. Campo Grande, 2(2): 155-159, 2002.

SANTOS, Silvio Coelhos dos. Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xocleg. Porto Alegre, Movimento; Brasília, Minc/Pró-Memória/INL: 1987.

SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura guarani. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

THOMAZ DE ALMEIDA, Rubem F. Do desenvolvimento comunitário à mobilização política: o Projeto Kaiowa Ñandeva como experiência antropológica. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria e LACED, 2001.

TOMMASINO, Kimiye. A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, São Paulo: 1995.

CONSIDERACIONES SOBRE EL PAPEL DEL ANTROPÓLOGO COMO EXPERTO JUDICIAL EN RECONOCIMIENTO OFICIAL DE TIERRAS INDÍGENAS DE UN CASO GUARANI ÑANDÉVA

Resumen: El objetivo de este artículo es reflexionar sobre los procesos de reconocimiento oficial de tierras indígenas en Mato Grosso do Sul de un área reclamada por una comunidad guaraní ñandéva y que fue identificada como la tekoha Yvy Katu a través de un proceso administrativo. llevado a cabo por FUNAI y que resultó en la publicación de la Ordenanza No. 1289 del 30 de junio de 2005, que declara que la tierra indígena Yvy Katu está en posesión permanente del grupo guaraní en cuestión. Las demandas presentadas por los terratenientes dentro del perímetro delimitado suspendieron el progreso del procedimiento administrativo. En el contexto de esta disputa, realicé dos encuestas antropológicas en la región en cuestión: una en 2011 y otra en 2013. Uno de los puntos centrales que se aclaró aquí fue cómo y por qué los guaraníes habrían dejado de vivir en la tierra actualmente reivindicada. Y esto, a su vez, se conecta con otro eje de discusión propuesto por este grupo de trabajo: las violaciones de los derechos de los guaraníes en Mato Grosso do Sul. Por lo tanto, a partir de los datos recopilados durante mi desempeño como experto, tengo la intención de hacer algunas consideraciones sobre aspectos principalmente metodológicos y éticos que plantean diferentes desafíos para los antropólogos involucrados en las diferentes etapas de los procesos de reconocimiento oficial de tierras indígenas y en la conducción de la experiencia antropológica en la esfera judicial.

Palabras clave: Antropólogo. Proceso de reconocimiento. Tierras guaraníes.

CONSIDERATIONS ON THE TASK OF THE ANTHROPOLOGIST AS A JUDICIAL EXPERT IN OFFICIAL RECOGNITION OF INDIGENOUS LANDS FROM A GUARANI ÑANDÉVA CASE

Abstract: The aim of this paper is to reflect on the processes of official recognition of indigenous land in Mato Grosso do Sul from an area claimed by a Guarani ñandéva community and which was identified as the tekoha Yvy Katu through an administrative process. conducted by FUNAI and which resulted in the publication of Ordinance No. 1289 of June 30, 2005, which declares that the indigenous land Yvy Katu is in permanent possession of the Guarani group in question. Law-

suits filed by landowners within the bounded perimeter suspended the progress of the administrative proceeding. In the context of this dispute, I conducted two anthropological surveys in the region in question - one in 2011 and one in 2013. One of the central points to be clarified here was how and why the Guarani would have ceased to live on the currently vindicated land. And this, in turn, connects with another axis of discussion proposed by this working group: the violations of the rights of the Guarani in Mato Grosso do Sul. Thus, starting from the data collected during my performance as an expert, I intend to make some considerations on mainly methodological and ethical aspects that pose different challenges for anthropologists involved in the different stages of the processes of official recognition of indigenous lands and in conducting anthropological expertise in the judicial sphere.

Keywords: Anthropologist. Recognition Process. Guarani lands.

JOHN COPLANS: O CORPO ESCULTÓRICO

Magda Rebello¹

Graça Magalhães²

Resumo: O artigo refere-se à representação do corpo como um objeto sem identidade e simbolismos nas obras do fotógrafo John Coplans, onde ele nos faz questionar a relação do autorretrato e o papel do significado do corpo em suas fotografias. O artista e espectador relacionam-se com o corpo na imagem, e a ideia de um corpo escultórico. A base metodológica da pesquisa e estudo teórico sobre o tema, influências, paradigmas, conceitos e referências de autores, como: Viviane Matesco, Roland Barthes, Vilhem Flusser, Philippe Dubois, Annateresa Ferris entre outros; a serem discutidos no decorrer do artigo. Como resultados, espera-se uma contribuição aos estudos da arte contemporânea sobre a relação do corpo (conteúdo) com o objeto de arte (forma) e imagem.

Palavras-chaves: Corpo. Imagem. John Coplans. Autorretrato.

1. INTRODUÇÃO³

A representação do corpo como um objeto sem identidade nas obras de John Coplans, nos faz questionar a relação do autorretrato e o papel do significado do corpo em suas fotografias. O “corpo é um invólucro” (Gil, 1997, p.16) deste ser, o artista, que o utiliza como artifício para representar a relação homem versus tempo, assim como o corpo versus forma. Nas obras de John Coplans é notável a referência do imaginário da história da arte. O estudo da representação tradicional dos gregos e clássicos em suas poses e formas recriando uma nova maneira de representação do corpo. Através das referências artísticas, principalmente dos mestres da escultura, o artista constrói o corpo através de fragmentos de ima-

1 Mestre em Criação Artística Contemporânea pela Universidade de Aveiro. E-mail: magdarebello@yahoo.com.br

2 Professora Doutora na Universidade de Aveiro. E-mail: gracamag@ua.pt

3 Agradeço a Denise Cathilina que em suas aulas apresentou-me meus grandes mestres da fotografia e desde então John Coplans inspira-me.

gem e registros obtidos através da imagem técnica com intenção de retratar a matéria que consolida este corpo. Esta construção da imagem corpórea cria uma nova referência de identidade para aquele corpo. Com estas imagens, o artista e espectador passam a ter uma relação com o corpo na imagem, não apenas, com a imagem do corpo. Buscando assim novos meios de leitura e concepção desta imagem.

John Coplans (1920-2003), foi pintor e editor da revista *ArtForum* durante anos, este lado como teórico em sua vida fez despertar outras visões dentro das artes, particularmente a fotografia. Seu trabalho como pintor expressionista abstrato, garantiu-lhe um conhecimento técnico para desenvolvimento da sua pesquisa como fotógrafo. As suas fotografias foram expostas e publicadas diversas vezes, tornando-se parte de coleções de grandes museus, como o MoMA em Nova York. O seu interesse por fotografia ocorre a partir do ensaio *Brancusi as photographer*, no momento que ele observa a relação entre a fotografia e escultura. Coplans comenta a maneira por meio da qual Brancusi, diferentemente de Rodin para quem a fotografia era uma técnica para documentar suas obras, explora na fotografia os elementos comuns que esta tem com a escultura: luz, espaço e temporalidade” (Martínéz, 2009, p.187), com estes parâmetros ele consegue desenvolver uma pesquisa acerca do autorretrato usando o nu masculino de um corpo envelhecido como “uma figura arcaica, que fosse ele e não fosse ele ao mesmo tempo” (Fabris, 2004, p.165), esta questão do “ser ou não ser” é discutida a partir do momento que utiliza o termo autorretrato, pois se este é autorretrato porque não se auto referenciar?” Neste caso, há uma sobreposição de papéis: modelo e fotógrafo são a mesma pessoa. O fotógrafo vê por meio de seu conhecimento as possibilidades que o processo lhe oferece e as condições em que o trabalho deverá ser visto para construir uma imagem que, mais do que as marcas do retratado, expressa os valores artísticos que norteiam suas escolhas” (Martínéz, 2009, p.176), ao desenvolver os dois papéis fotógrafo e modelo, retira a intimidade do registro e dos signos que denominam a identidade, este jogo de ser ou não ser Coplans faz com que o espectador tente codificar o “eu” registrado,

Pode influenciar nosso modo de ver seu trabalho como o resultado da intimidade com os meios e processos de que dispõe para “construir” um retrato de si mesmo. Na intimidade, restrita ao estúdio, produz-se a visão mais objetiva de seu próprio corpo, registrada pelo equipamento fotográfico (Martínéz, 2009, p.176).

Porém, o que vemos como pesquisa do artista é tornar este corpo um objeto possível de diversas interpretações, ou mesmo, torná-lo apenas um objeto, como se fosse algo inanimado, uma escultura sem identidade. A fotografia é direta, assim como o olhar do fotógrafo sobre seu próprio corpo. “A obra que deliberadamente realiza, expondo seu próprio corpo, evidencia uma opção de se auto-retratar como quem não quer não ser visto” (Martínéz, 2009, p.184).

2. O CORPO E O RECONHECIMENTO DO EU

Quando se observa uma fotografia de John Coplans automaticamente fazemos a leitura do significado daquela imagem: é um corpo, ainda mais que este se encontra nu. Esta nudez não nos causa uma inquietação ou constrangimento ao observá-la “Existe uma grande distância entre o olhar indiferente aos outdoors com anúncios de lingerie feminina, em áreas urbanas, e o olhar que, na galeria, se detém na contemplação do corpo de um homem nu” (Martínéz, 2009, p.195). A galeria, como instituição cria uma atmosfera que desqualifica o ato de desejar no âmbito sexual, enquanto a nudez sugere o estado de quem está desprovido de vestes e o correspondente embaraçoso dessa situação, o nu não projeta em nosso espírito a imagem de um corpo tolhido e indefeso, mas daquele equilibrado, desabrochado e seguro de si mesmo: o corpo remodelado (Matesco, 2009, p.26), isto é, um corpo nu que representa uma singularidade, um ser, não se trata de um corpo visto, mas sentido.

O corpo nu é exaustivamente utilizado como forma maleável, subjugada à composição, sem produzir uma intimidade sentimental que particularizaria a exposição do indivíduo. (...) Ainda que veja as formas de seu corpo nu, o espectador não tem acesso ao universo interior, emocional ou psicológico, de Coplans. Expõe a imagem de uma situação comum, e aí está o ponto de partida para a identificação do espectador (Martínéz, 2009, p.193).

Além de ser um corpo, é um corpo nu masculino, o que cria um outro significado sobre este corpo: é um homem. Chegamos a esta conclusão, sem ver órgãos sexuais ou a cabeça do corpo fotografado, pois os signos que o definem, “aqueles que Bourdieu denomina os “órgãos nobres da apresentação”: face, fronte, olhos, boca” (Fabris, 2004, p.158), não estão registrados nas imagens. Sabemos também, que é um autorretrato pois ele mesmo faz os registros e posa para as fotografias afirmando-o em alguns títulos das fotografias. Em nenhuma de suas fotografias há o registro do rosto, sabendo que o rosto é o signo que dá identidade

ao corpo, que designa a pessoa como indivíduo, neste caso, por ser um corpo sem rosto, ele deixa de ser indivíduo e se torna objeto. É como se perdesse sua essência, o “eu” enquanto Coplans torna-se um objeto que significa o corpo. Porém é possível criar um “eu” das imagens ao observá-las:

seus autorretratos acéfalos, destituídos justamente daqueles elementos nos quais se condensa de imediato a identidade social? (...), mas ambos abrem a possibilidade de discutir a noção de autorretrato e, logo de identidade, a partir de uma visão corriqueira” (Fabris, 2004, p.158).

Ou seja, sem a identidade retratada pelo rosto, a imagem perde o significado do autorretrato, mas não deixa de ser corpo. Neste caso Coplans deixa de ser Coplans, é a representação de um corpo, sem identidade para quem o observa. “Aqui o sujeito moderno é definido por sua própria definição: o corpo enquanto forma torna-se a morada do eu como espelho de reconhecimento” (Matesco, 2009, p.31), como espelho do “eu”, na foto é o reconhecimento do espectador que dará a significado à imagem. O indivíduo constrói uma identidade imaginária e ilusória; atesta a existência de uma unidade que a própria superfície do espelho coloca em crise, ao criar uma cisão entre o “eu” que se apresenta no reflexo e o eu que o percebe (Fabris, 2004, p. 78).

Como se as fotografias fossem espelhos de quem as observa, conduzindo o espectador ao reconhecimento na imagem, ou seja, projetando o próprio “eu” sobre a imagem. Pelo fato do objeto fotográfico não ter identidade, vemos que é um homem, mas pode ser qualquer homem, não há registro do eu –“o “eu” encontra-se por detrás de um rosto” (Gil, 1997, p. 154), como tal o corpo acéfalo perde a identificação, apenas se torna uma imagem técnica, entendemos que é de gênero masculino ao observar características e elementos de um corpo masculino na imagem.

3. A MUDANÇA DO SIGNIFICADO

Ao retratar seu corpo nu em diversas poses fragmentadas, quase que abstratas, sempre buscando um enquadramento não habitual o trabalho plástico resulta como montagem. As figuras de Coplans não são compostas por partes, mas sim por fragmentos. O corpo é desmembrado em enquadramentos independentes, de partes que compõem imagens, reunidas por um olhar que vê

um movimento corporal coerente e dinâmico. A técnica, ou procedimento plástico, é a montagem (Martínéz, 2009, p.192). Com isso, Coplans consegue ir além do significado mimético do corpo. “A constante presença de um corpo fragmentado é uma metáfora da perda de totalidade que caracteriza a modernidade. O homem é efêmero, um fragmento do mundo contingente e errante” (Matesco, 2009, p. 33-34). Assim, Coplans além de falar de identidade nos fala de tempo e de finitude. É um corpo transitório, porém a imagem técnica é atemporal diferente do corpo passageiro. “Um corpo que transita, um corpo que está apenas de passagem” (Bruno, s/d). Essa passagem transitória se refere ao tempo, a idade, a vida e a morte, às imagens de um corpo envelhecido e desprovido de vaidade.

O artista busca retratar o tempo, que é algo abstrato e subjetivo, através da metáfora, das rugas apresentadas em seu corpo, da flacidez, das marcas na pele, que são os signos do corpo, “o homem distribui signos segundo os cortes que opera no real, classifica, reagrupa, define. Pode assim identificar os seres e as coisas, estabelecendo relações precisas entre os significantes e os significados” (Gil, 1997, p.16). Esta busca por significação também é uma busca pelo reconhecimento do objeto retratado (assunto) e o “eu” (seja do assunto ou espectador) ali apresentado. Os signos desenvolvem-se em relação aquilo que é apresentado, pois existe um referencial de conhecimento do que é visto. Neste caso o espectador entende o que é retratado (significante): o corpo inteiro ou fragmentos. Estes somados, reagrupam o significado de corpo representado na imagem: “corpo é corpo, porém as estruturas apresentadas vão além desta significação” (Matesco, 2009, p. 33-34). A “nova” significação por ele obtida advém da utilização das técnicas fotográficas, do seu processo criativo e apresentação final (montagem) das imagens técnicas. Com estes recursos técnicos Coplans desenvolvia sua pesquisa em fotografia da seguinte forma: primeiro, fotografava em instantâneos e depois fazia uma nova impressão em grande formato. Esta atitude faz com que o corpo seja trabalhado em dois formatos: num primeiro momento em uma escala bem menor que o real, e o segundo momento numa impressão maior que o referencial (neste caso o seu corpo).

As formas diagonais em relação à ortogonalidade dos formatos, o espaço vazio do fundo em relação à textura da pele e a descontinuidade das linhas de contorno, constroem uma obra que põe em relação qualidades contrárias como mutabilidade / permanência, fragmentação/unificação, ilimitado/limitado, duratividade /pontualidade, particularidade/generalidade, antiguidade/contemporaneidade, indistinto/distinto, contínuo/descontínuo” (MARTÍNÉZ, 2009, p.192).

Os quesitos concretos como textura, contorno, forma, tamanho, versus os abstratos como tempo, por exemplo, são questionados a partir do olhar. Observando além do invólucro, e encontrar, ou melhor, sentir o punctum (Barthes, 1984, p. 47), que para Barthes chega a ser uma passagem de um vazio, um olhar através da imagem, ou ver além daquilo que está registrado, aquilo que punge. Neste caso, o punctum pode ser uma ruga, uma dobra na pele, algo que difere e chama a atenção ao ponto de conseguir mudar o significado da imagem. Com isso observamos que este corpo possui matéria: tem linhas curvas, densidade, volume e textura, isto é, tem forma, tornando o corpo o objeto da imagem.

As decisões tomadas pelo fotógrafo não visam apenas a composição coerente dos fragmentos enquadrados, mas sim uma composição equilibrada de formas, texturas e tonalidades de cinza. Coplans não é o corpo nu que fotografa, transformado em objeto. Cada enquadramento é único e não contribui para a montagem de uma imagem contínua. A justaposição e o enquadramento são evidenciados, o que nos leva a considerá-los como estratégia compositiva essencial para que a sequência de imagens tenha temporalidades e espacialidades dilatadas. O resultado é um retrato da situação do fotógrafo que, no estúdio, é retratista e torna-se cada vez mais comprometido com o conhecimento cumulativo que a visão do real através da lente lhe proporciona, a ponto de não poder selecionar o melhor enquadramento. Em vez de síntese, análise da forma.

4. O CORPO ESCULTÓRICO

As fotografias de Coplans apresentam uma tridimensionalidade como se fossem uma escultura. Como um corpo é capaz de se tornar uma escultura através de um registro em duas dimensões? Quando pensamos numa estátua pensamos em materiais como: mármore, argila, bronze, madeira entre outros. O corpo representado por Coplans faz alusão a esses materiais, a pele ganha densidade, as rugas ganham profundidade, o corpo representa o volume da escultura. Coplans utiliza a luz, contrastes, saturações consideradas ideais para que o resultado imprima essa tridimensionalidade, um volume quase escultórico das formas.

Segundo Robert Feintuch, a qualidade permanente, e monumental do bronze. Para isso não concorrerem a escala não ampliada das imagens, mas também a qualidade gráfica perseguida por Coplans, que confere

aos cinzas a tarefa de criar passagens tonais que acentuam a elegância e a firmeza da composição. (...) apresenta-se como uma matéria intensamente condensada e portadora de qualidades monumentais em sua simplicidade formal, realçada pelos contrastes de tonalidades escuras dos fragmentos corporais em um fundo cinza-claro (Fabris, 2004 p.163).

Nas fotografias de Coplans, existe uma relação empírica entre o corpo, ali representado, e a referência escultórica. Esta é uma referência consciente, uma memória do próprio corpo, sendo representada nas poses.

Coplans desmembra a temporalidade da exposição do objeto ao material fotossensível em imagens autônomas e evita a escolha do ângulo mais expressivo. “Cada imagem em um grupo de fotografias tem seu potencial aurático rarefeito, minimizado, em uma serialização que nos diz mais sobre o mesmo objeto. A composição geral apresenta um tratamento homogêneo da forma: luz, direções e enquadramentos dos fragmentos de imagem fazem do “flagrante original” um conceito irrelevante. No conjunto, cada fotografia de uma pose não é tratada como se fosse única, mas sim codependente da anterior e da subsequente.” (Martínéz, 2009, p.186)

Estas poses, resultam de linhas sinuosas que ganham destaque na imagem. A autonomia destas poses cria uma ligação entre umas e outras, através do movimento ali registrado. O movimento do corpo, não é um movimento físico, mas sim, um movimento de linhas que constroem a imagem.

O registro do movimento aparece nas tensões dos músculos, agachamento do corpo apresentados através dos joelhos e cotovelos. “Mas esse movimento é apenas uma ideia de movimento, o corpo encontra-se estático e o que faz com que ele ganhe esse movimento é a leitura de quem vê” (Martínéz, 2009, p.184). A pele e membros ganham um outro significado através das poses e do jogo de luz. Cabe a nós dar significado às formas, através da memória e intuição, pois não há intenção do artista de citar obras existentes apesar das referências no estudo das poses.

Coplans, ao comentar a obra de Constantin Brancusi, define o que a fotografia e a escultura têm em comum: luz, espaço e temporalidade. Essa aproximação nos serve como base para compreender a relação aparentemente paradoxal entre descontinuidade e unidade na obra de Coplans e na de outro escultor, Auguste Rodin, sobretudo as esculturas

em bronze realizadas em seus últimos anos de trabalho. Rodin também passou a valorizar o fragmento, em detrimento da parte. Sem perder de vista a expressão de um movimento global da figura, percebe que este é a soma de todos os ângulos em uma relação dinâmica que é produto da descontinuidade tensionada pela independência das partes. Durante uma visita ao Museu do Louvre, Rodin avalia a unidade formal obtida por Michelangelo na execução de um de seus escravos (Martínéz, 2009, p.184).

Ao analisar estas obras, técnica e conceitualmente, Coplans atinge o seu objetivo de tornar o corpo um objeto, ou uma escultura. Na série *Frienze*, N° 2 (Figura 3) vemos uma imagem formada por 12 fotografias, 4 trípticos justapostos. O corpo encontra-se em pé e parece que está girando em torno de si mesmo. Cada fotografia funciona como quadrante de uma imagem, cada quadrante registra uma parte do corpo. Se analisarmos uma por uma teremos fragmentos da imagem, mas ao analisarmos o conjunto podemos ver uma imagem criando um movimento de curvas que desenham as formas do corpo. As poses ali registradas remetem-nos para esculturas gregas ou renascentistas, para o movimento do corpo, girando em torno de si próprio. Paradoxalmente, este corpo que parece estar girando, está, ao mesmo tempo, estático. Esta justaposição dá uma nova referência ao corpo, um novo significado.

A decomposição do corpo em fragmentos é a estratégia de Coplans para a composição do movimento. “Em vez da linearidade da sequência do movimento, em que os quadros progressivamente perdem a semelhança com seus antecedentes, Coplans opta pela simultaneidade” (Martínéz, 2009, p.187).

Cria-se uma atmosfera de objetização do corpo. Apesar da nudez do corpo desqualificar o desejo, tornando-o desumanizado, lançamos um olhar mais apurado ao observar as rugas, por exemplo, na obra *Back of Hand* (Figura 1), a mão contém a flacidez da pele, as rugas criam linhas sinuosas e volumosas. Os dedos dobrados e unidos, unificam a matéria, parecem colados formando um objeto. Nesta imagem a pele parece descolar do corpo, lembrando algo flexível, maleável como um tecido. Essa ideia de tecido remete-nos para as representações de estátuas, gregas e clássicas, por exemplo, com todos os seus volumes, curvas e sinuosidade. Como podemos observar em *Back with Arms Above* (Figura 2), um corpo de costas e sem cabeça, sobre os ombros as duas mãos fechadas, a abstração e recorte da imagem remete-nos, de novo, para a escultura. As costas parecem um retângulo com dois nós acima. A forma, traduzida pelo peso do retângulo, é maior que o significado das costas, em si.

A imagem das costas é o contraponto da figura do torso, explorada nas obras de escultores que atribuem a esta parte do corpo uma concisão vital. Brancusi explora o torso como um tema, tanto na escultura quanto na fotografia, para realizar uma síntese geométrica, equilibrada e simétrica. Se retrocedermos um pouco mais, teremos que considerar um percurso de Rodin a Coplans, ou se quisermos ser ainda mais rigorosos, das esculturas mutiladas da Antiguidade Clássica e Michelangelo a Coplans (MARTINÉZ, 2009, p.187).

Coplans constrói a ideia de escultura no corpo retratado. O autorretrato é o material utilizado. Não há nada mais cheio de significado que o próprio corpo, a atitude de coisificá-lo é atingida através da qualidade compositiva e técnica. O alcance da forma, através de algo material, mas sem identidade, significa a representação do corpo, tornando-o objeto escultórico.

5. CONCLUSÃO

Convidando-nos a admirar um corpo além do corpo, não há intenção do artista de mostrar sua identidade social ou intimidade pessoal, mas sim mostrar que se pode ver além daquilo representado em suas fotografias. Apesar de ser o corpo do artista, através das características compositivas: linhas de contornos, linhas diagonais, volume e texturas, esse corpo perde a ideia de pertença através do meio técnico: jogos de luz e sombra. Coplans intensifica as composições para destacar as formas do objeto. A abstração do corpo, tornando-o objeto na imagem. A imagem é constituída por fragmentos que justapostos corporizam o real, dando a ele um reflexo. A ausência perspéctica destas imagens fogem à relação comum dos objetos no espaço. O objeto representado é um corpo acéfalo, sem identidade, que busca um reconhecimento no espectador, o significado procura a interpretação daquele que o vê. As fotografias de John Coplans, buscam questionar a relação homem-objeto admitindo que a escultura é estática e sem vida, o corpo busca a representação. Em suas fotografias o artista recria os limites do corpo e da fotografia, procura o movimento através da imagem estática, registra o tempo e a vida abstraindo e amplificando o seu corpo, tornando-se gigante diante do olhar.



Figura 1. John Coplans, Back of Hand nº 01, fotografia, 1986, 72x76cm, Yves Bresson/Musée d'Art Moderne de Saint-Étienne Métropole.



Figura 2. John Coplans, Back with Arms Above, 1984, 1213 x 935 mm, fotografia, Tate Gallery

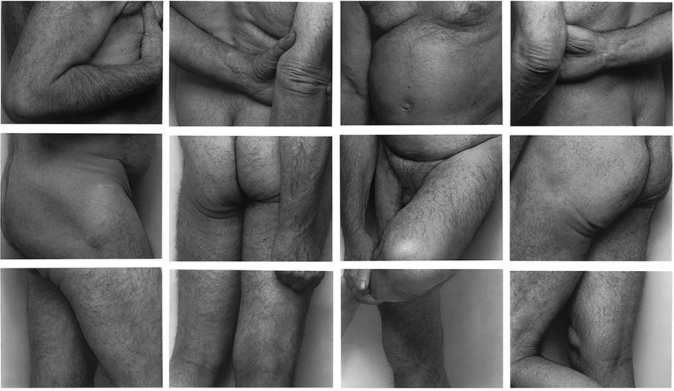


Figura 3. John Coplans, *Frienze*, nº2, 1994, 1980 x 880 mm, fotografia, Tate Gallery.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.

BRUNO, Fabiana. *Imagens e reflexões da velhice* in Campinas, Studium, s/d.

DAMÁSIO, António. *O Sentimento de Si*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999.

FABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

GIL, José. *Metamorfoses do corpo*. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.

MARTINÉZ, Elisa. *John Coplans e um auto-retrato: abordagem semiótica da situação de exposição* in Uberlândia, Uberlândia, Ouriouver, 2009.

MATESCO, Viviane. *Corpo, imagem e representação*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2009.

----- (2016) "John Coplans" in MoMa Obtido em dezembro de 2016: <http://www.moma.org>

----- (2016) "John Coplans" in Tate Obtido em dezembro de 2016: <http://www.tate.uk>

JOHN COPLANS: EL CUERPO ESCULTÓRICO

Resumen: El artículo se refiere a la representación del cuerpo como un objeto sin identidad y simbolismo en las obras del fotógrafo John Coplans, que nos hace cuestionar la relación del autorretrato y el papel del significado del cuerpo en sus fotografías. El artista y el espectador se relacionan con el cuerpo en la imagen y la idea de un cuerpo escultórico. La base metodológica de la investigación y el estudio teórico sobre el tema, influencias, paradigmas, conceptos y referencias de autores, tales como: Viviane Matesco, Roland Barthes, Vilhem Flusser, Philippe Dubois, Annateresa Ferris entre otros; discutido a lo largo del artículo. Como resultado, se espera una contribución a los estudios de arte contemporáneo sobre la relación del cuerpo (materia) con el objeto de arte (forma) y la imagen.

Palabras clave: cuerpo; imagen; John Coplans; autorretrato.

JOHN COPLANS: THE SCULPTUROUS BODY

Abstract: This article refers to the representation of the body as an object without identity or symbolism, in the artwork of photographer John Coplans, where he questions the connection between self-portrait and the meaning of the body in his images. The artist and the public connect with the body in the image and the conception of a sculptural body. The methodological basis of the research and theoretical study about the subject, influences, paradigm, concepts and references of authors such as Viviane Matesco, Roland Barthes, Vilhem Flusser, Philippe Dubois, Annateresa Ferris being discussed through the article. As a result, what is expected is a contribution to contemporary art studies about the connection between body (content) as an object of art (form) and image.

Keywords: body; image; John Coplans; self-portrait.

REFLEXÕES SOBRE DESIGN E ESTIGMA NO ENVELHECIMENTO

Yago Weschenfelder Rodrigues¹

Luís Nuno Coelho Dias²

Ana Isabel Barreto Furtado Franco de Albuquerque
Velooso³

Resumo: Os equipamentos de auxílio, presentes na cultura material do sênior, trazem não só o amparo para a mobilidade, mas antes, e também, despertam processos de subjetivação, na medida em evocam aspirações ligados à sociedade, à cultura, aos valores simbólicos, aos fatores emocionais. Nesse sentido, o objetivo desta investigação foi refletir teoricamente o poder do Design em sua capacidade de produção de estigma no envelhecimento. A discussão foi dividida em quatro partes, fundamentando e conectando conceitos interdisciplinares ao longo do texto: I) Significando as coisas, II) O dispositivo Biomédico e o Design, III) O estigma do Design e IV) O processo do estigma no Design. Como resultado, entendemos como o saber do Design é arregimentado pelo dispositivo Biomédico e produz um enquadramento através dos produtos assistivos (bengalas, muletas e andadores) no sujeito-sênior. Por fim, o principal contributo deste artigo está relacionado em compreender o processo de estigma através da materialidade em uma abordagem interdisciplinar.

Palavras-chave: Produtos assistivos. Biopolítica. Estigma. Envelhecimento. Sujeito-sênior.

1 Mestre em Design. Doutorando em Design na Universidade de Aveiro (DeCA) – Portugal. Contato: yagowr5@gmail.com

2 Doutor em Design. Docente na Universidade de Aveiro (DeCA) – Portugal. Contato: ndias@ua.pt

3 Doutora em Ciências e Tecnologias da Comunicação. Docente na Universidade de Aveiro (DeCA) – Portugal. Contato: aiv@ua.pt

1. INTRODUÇÃO⁴

O crescente interesse da teoria do Design por compreender os produtos a partir da experiência do uso, produzida e reproduzida nas interações entre o homem e a materialidade (QUELUZ, 2010), é a inspiração da presente investigação. De maneira mais precisa, pretendemos refletir, no que tange à percepção do estigma socialmente construído por produtos assistivos, bem como nas camadas de sentido atribuídas aos produtos, pelos valores compartilhados, que amarram a teia de uma cultura material do envelhecimento.

Em “Design para um mundo real”, Papanek produz uma análise crítica e provocativa em relação ao Design e que nos interessa sobremaneira neste estudo. Ao questionar a abrangência da área, o autor afirma (1971, p. 4) que o “design é um esforço consciente para estabelecer uma ordem significativa”. Nesse sentido, um ponto de vista importante é como o Design se relaciona com as pessoas e, como nós, nos relacionamos com os objetos. Inspirado por Papanek, Cardoso (2008), em “Design para um mundo complexo”, mostra o retrato de como o mundo é moldável, refletindo a importância do papel do Design na sua contribuição para entender o mundo - a relação entre o sujeito e as coisas, porque nenhum artefato possui significado estável, são ressignificados com o tempo. Para o autor, o Design pode ser interpretado como um sistema composto de muitos elementos, camadas e estruturas. Assim, a importância de fazer conexões do que está desconexo nas mudanças de estrutura das organizações e de valores humanos no decorrer da história. Num processo de encaixar fragmentos de um quebra-cabeça, para entender não só uma parte do Design, mas visualizar um “todo do Design”.

Dentro do campo de atuação do Design, há poucas investigações que refletem a relação de equipamentos de auxílio em relação ao grupo sênior, no que tange ao processo de produção do estigma e de como esses artefatos são significados no seu dia a dia (RODRIGUES, DIAS e VELOSO, 2019). Ademais, é percebido também pouco interesse pela personalização dos dispositivos de auxílio, algo que caminha contra a tendência do mercado atual, em que adaptamos os produtos, roupas e, até mesmo, o espaço de trabalho à nossa própria maneira, a fim de melhorar a experiência estética dos produtos assistivos (DESMET e HEKKERT, 2007).

Os processos de produção passam por essas condições sociais, seja por influ-

⁴ Os autores agradecem ao Instituto de Investigação em Design, Media e Cultura (ID+) e à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) pelo fomento desta pesquisa com registro: PD/BD/135277/2017.

ência do mercado, seja por influência de pré-conceitos estruturantes da sociedade. Essas condições podem refletir na falta de inovação, de forma e de estilo, nos produtos assistivos para seniores. Tendo como base essa dinâmica, as condições de usos dos dispositivos técnicos podem reforçar um potencial de discriminação do corpo sênior, construído dessa maneira, sobretudo, a partir dos meados do século XX, como já demonstrado em um estudo de maior alcance em Rodrigues, Dias e Souza (2019). Além disso, desde a década de 1970 é aprofundado os estudos sobre o envelhecimento e sua ligação com a cultura, segundo a visão de Gognalons-Caillard (1979) a exacerbação da noção do sênior como deficiente (estigmatizada) é relacionado na forma em que a velhice no Ocidente é posta em oposição a uma sociedade centrada pela produção, rentabilidade e dinamismo.

De acordo com Almeida e Lourenço (2010, p. 243) “infelizmente, ainda hoje, em pleno século XXI, muitas inverdades são ditas e promovidas, muitos mitos são mantidos e um grande preconceito ainda existe em relação ao envelhecer”. Advindo da associação da velhice como doença e a visão pejorativa do corpo, coisas e espaços pertencentes ao sênior, Fernandes (2010) nos ajuda a refletir sobre esta estrutura social de estereótipos e mitos que condicionam uma identidade do sênior e, que muitas vezes, estão enraizados na cultura ocidental:

[...] existe ainda algum desencontro entre as investigações recentes que vêem o envelhecimento como uma experiência positiva e o senso comum que continua a vê-lo de uma forma mais negativa. Esta visão, mais sombria, acaba por estar presente, não só nos próprios idosos que se acomodam e assumem estas representações, mas também nas suas redes de suporte (FERNANDES, 2010, p. 36).

A fim de fundamentar uma discussão interdisciplinar, uma arena teórica é articulada para compreender a relação entre o Design e a produção do estigma com produtos assistivos. Dessa forma, o texto foi composto em quatro partes: I) “Significando as coisas”, que demonstramos a relação humana em dar sentido (camadas) as coisas perante os conceitos de Bourdieu, Gell e Miller; II) “O dispositivo Biomédico e o Design”, que enfatizamos a produção do sujeito-sênior através da materialidade a luz de Foucault e Rose; III) “O estigma do Design” em que desdobramos as categorizações de Goffman para um entendimento do estigma da forma/estética e IV) “O processo do estigma no Design”, refletimos o arquétipo dos objetos através de Sudjic e evidenciamos o ciclo de produção do estigma nos produtos assistivos, o qual potencializa uma imagem estigmatizada do sênior. Por fim, nas considerações finais, por meio do pensamento de Norman

operamos saídas e soluções aos problemas levantados em relação ao Design e estigma no envelhecimento com produtos assistivos.

2. SIGNIFICANDO AS COISAS

Como ponto de partida, segundo Deleuze e Guattari (2004, p. 290), uma “coisa” não é apenas um fio, mas um agregar de fios da vida. Por isso, é possível afirmar que as coisas, por sua interação com as vidas, não estão estanques no tempo, são movimentos que agregam distintos significados e, diferente do conceito de qualidade de objeto estático elaborado por Heidegger em 1971, “as coisas”, se encontram em uma arena cultural fluidica e possuem uma historicidade.

Em diálogo com essa perspectiva, ainda que os autores guardem sensíveis divergências, propomos uma aproximação através do conceito de habitus desenvolvido por Pierre Bourdieu nas décadas de 1970 e 1980. Para o sociólogo, este conceito é definido por um sistema de disposições socialmente constituídas que “enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 191). O habitus inclui tanto nossa identidade, visão, práticas, valores e crenças no mundo, como pode ser também analisado como uma síntese de um estilo de vida o qual apreciamos e nos comportamos assim.

Contudo, o habitus, não é determinante na constituição subjetiva, mas, antes, orienta o processo de significação dos artefatos, nos orienta nossa emoção, prazer e na relação estética com as coisas. Ele articula um campo de experiências herdadas e compartilhadas com os produtos, indo além da visão simplista e mercadológica de usabilidade em que o produto fornece apenas um pacote de benefícios pela interação – útil e previsível (HASSENZAHN, 2003). Assim, o significado das coisas é modificado pela noção ativa dos sujeitos, através de suas experiências acumuladas no curso de sua trajetória. É neste constante fluxo entre nós e as coisas que inserimos o entendimento da área do Design da experiência do uso, na qual significamos e ressignificamos as coisas que nos cercam ao longo do tempo. Dessa forma, entendemos um produto como coisa, que emerge em um certo tempo e espaço, sendo assim, condicionado por determinados saberes, como por exemplo a medicina, a engenharia e o próprio Design. Nesse sentido, o produto gerado, induz um habitus, inserido no campo social, mas também é

fruto de encontros e práticas.

Nesta esteira, faz-se fundamental mobilizar a visão de Norbert Elias (umas das principais inspirações dos trabalhos de Bourdieu). Para o sociólogo alemão, o sujeito seria composto por “camadas”, frutos de experiências ao longo de uma trajetória de vida. O autor afirma que “... é do número de planos interligados de sua sociedade que depende o número de camadas entrelaçadas no habitus social de uma pessoa. Entre elas, uma certa camada costuma ter especial proeminência.” (1994, p. 123). Do mesmo modo, podemos sugerir que nessa dialética entre sociedade e sujeito, que se constrói camadas de significado aos produtos é retirado a neutralidade estabelecida no objeto com uma “essência primeira”, ganhando assim, significados em camadas, preenchido por sentidos.

É nessa mediação entre os sujeitos e os sentidos, atribuídos em dado momento histórico, que se conecta, supomos, o conceito de “agência” mobilizado pelo antropólogo britânico Alfred Gell (1998). Este conceito funciona como importante chave de leitura para examinar o modo como as coisas “agem”, no sentido de provocar reações ou interpretações, ou seja, como estabelecem a relação sujeito-coisa, na qual “emanam” ou “manifestam” sentidos, reconstruindo o sujeito. A agência dos objetos se diferencia do agente, apenas porque o agente possui intenções. Assim, o termo “agenciamento” estaria sempre condicionado ao contexto no qual determinado artefato está inserido, assim, para torná-lo um elemento disparador de ação social, algum tipo de resposta, contendo uma “presença” ou “vida” são atribuídas na escala de sujeitos, grupos e sociedade.

Em paralelo a essa discussão, mas inserindo o debate no ambiente do capitalismo global, Arjun Appadurai aborda os conceitos de mercadoria, valor, troca e circulação das coisas para analisar a relação que estabelecemos com os objetos. É possível desvendar uma “estrutura taxionômica” que definem o universo das coisas, estabelecendo assim “significados e valores”, fornecendo base para “regras e práticas” que governam um sistema. (APPADURAI, 2008). Dessa forma, o campo do Design é alargado ao compreender como significamos as coisas, num vínculo de interação e troca social.

Essa relação entre nós e as coisas, também é abordada por Daniel Miller (2005) a partir do conceito de “objetificação”, no qual os objetos são constitutivos de nossa existência, mediante uma construção dialética sujeito-objeto, no qual sujeito e objeto se misturam, considerando que os produtos nos fazem na mesma medida que também são feitos por nós – uma via de mão dupla, trata-se de transcender o dualismo usual entre sujeito e objeto e estudar como as relações

sociais são criadas pelo uso.

Seguindo esse raciocínio, o antropólogo Tim Ingold (2010, p. 7) acrescenta que: “as coisas se movem e crescem porque elas estão vivas”. Nesse sentido, as coisas possuem “vida” na maneira que elas não apenas existem sozinhas, porque há sempre uma necessidade de um encontro com outra coisa para existir, uma mistura contínua. Ademais, da mesma forma que nós não existimos, se não nas relações com as coisas, as quais, conduzem uma percepção e ação no mundo, sendo extensões do próprio ser. Assim, as coisas, não estão vivas por si só, mas, por fazerem parte de um fluxo, de um processo vital, que Ingold (2010) define melhor como “uma malha de linhas” – meshwork, considerado como um emaranhado de inúmeras possibilidades. É nesse processo de significação, como um sistema aberto, passível de reelaboração pelo sujeito e, confrontado por novas experiências, que é elaborado novos usos, funções e significados. Assim, não poderia existir uma essência primeira do produto, ou uma essência intrínseca, porque é necessário existir uma mediação entre sujeito-coisa, que perpassa por camadas de sentidos humanos atribuídos ao longo da história da cultura material, tal como na leitura que fizemos de Norbert Elias.

É no processo de atribuição de sentido que são estabelecidas a malha sujeito-coisa, como as relacionadas com os estudos das emoções, considerando também, a proeminência de determinadas características sobre as outras. Donald Norman (2008) ao introduzir uma análise emocional do Design, constata como os objetos evocam potentes emoções como o amor e ódio, a paz e raiva, orgulho e desprezo, enfim, preferências e indiferenças. Neste ato de arrancar sentimentos, as emoções são fundamentais em nossa relação com as coisas.

Os objetos em nossas vidas são mais que meros bens materiais. Temos orgulho deles, não necessariamente porque estejamos exibindo riqueza ou status, mas por causa dos significados que eles trazem para nossa vida. Um objeto favorito é um símbolo que induz a uma postura mental positiva, um lembrete que nos traz boas recordações, ou por vezes uma expressão de nós mesmos. E esse objeto sempre tem uma história, uma lembrança e algo que nos liga pessoalmente àquele objeto em particular, àquela coisa em particular. (NORMAN, 2008, p. 26).

Para Ecléia Bosi (1994), em seu já clássico e seminal estudo sobre memória e velhice, os objetos assumem caráter essencial na vida e na formação do sujeito-sênior, visto que evocam memórias e lembranças, sejam elas pessoais ou grupais. Dessa forma, é no modo de significação das coisas que opera a memória dos seniores com a materialidade. Dores, traumas, estigma, felicidade na relação com

objetos são fatores marcantes e definidores naquilo que deve ser lembrado ou esquecido na vida do sênior. Em paralelo, uma pesquisa realizada com vinte idosos cegos, compreendendo seus discursos, os significados atribuídos para o envelhecimento foram padronizados em: processo natural (45%); passar dos anos (40%); processo de desgaste (35%); relacionado à deficiência (20%); ser ativo (10%) e contradições significativas (5%) (TOSIM, MOREIRA, SIMÕES, 2009). Contudo, não foi uma investigação com objetivo de entender a complexa relação do envelhecimento com produtos assistivos.

Nesta seção descreveremos, de modo esquemático, nossa visão sobre as “coisas”, sensivelmente marcada pela civilização ocidental, englobada dentro de preconceitos emolduradores, não existindo espaço para uma percepção neutra ou pura. As camadas são formas de retratar os sentidos que determinam modelos de verdade de uma sociedade que, em um determinado tempo, atribuíram para as coisas. O gesto arqueológico, como metáfora de análise, cava o outrora solo rígido da certeza e do essencialismo, para mostrar um solo móvel da transitoriedade histórico cultural dos objetos e seus significados. Dessa forma, a centralidade da experiência está na relação da vivência na sociedade, que é construída culturalmente e gera interpretações, numa constante significação das coisas.

3. O DISPOSITIVO BIOMÉDICO E O DESIGN

Como abordado pelo filósofo Michel Foucault (2000), os modelos de verdades são entendidos a partir da relação de saber-poder, estruturados dentro de uma ordem discursiva e operadas pelos dispositivos⁵. A produção do sujeito seria resultado do efeito da interação com os dispositivos e, são construídos também, em nossa relação com as coisas. As noções de normal e anormal, as práticas certas ou erradas carregaram uma historicidade, como esclareceu Giorgio Agamben (2005). Essa concepção parece dialogar fortemente com as sugestões de Gustavo Bomfim (1997), sobre o poder do Design e sua potência em construir arquétipos e modelar subjetividades.

O design seria, antes de tudo, instrumento para a materialização e perpetuação de ideologias, de valores predominantes em uma sociedade,

⁵ O conceito de dispositivo elaborado por Foucault na década de 1970 significa a produção, ordenamentação e normatização entre as práticas discursivas e não-discursivas, na medida em que se faz operar a tríade poder-saber-subjetividade, o autor exemplifica como organizações arquitetônicas, regras, valores, leis e discursos, impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, ao mesmo tempo, interiorizada nos sistemas das crenças.

ou seja, o designer, conscientemente ou não, re-produziria realidades e moldaria indivíduos por intermédio dos objetos que configura, embora poucos aceitem essa faceta mimética de sua atividade (BOMFIM, 1997, p. 32).

Com esse olhar sobre a atuação do campo do Design, tanto o sujeito, quanto o produto seriam emoldurados pelos dispositivos em sua fabricação; ao mesmo tempo que estes próprios dispositivos teriam a função, em última instância, de capturar, normatizar, construir os sujeitos. Ou seja, nesse raciocínio, é possível perceber um movimento circular da relação entre dispositivo-sujeito, cabendo ao gesto reflexivo a possibilidade de problematização dessa cadeia.

Adrian Forty (2007, p. 12) corrobora com a visão do poder do Design em modelar ideias de um período histórico, o autor afirma que “longe de ser uma atividade artística neutra e inofensiva, o design [...] pode dar formas tangíveis e permanentes às idéias sobre quem somos e como devemos nos comportar”. O Design nesse sentido, é impactado por condicionantes sociais e ao mesmo tempo condiciona padrões, ideias que enquadram comportamentos por meio da cultura material.

Assim, que mecanismos constroem o ser envelhecido? Tanto o Design como a biologia são condicionantes para a subjetividade do sênior. O sujeito, absorve de seu meio informações sobre o equipamento de auxílio durante a vida: o que é o equipamento, como funciona, onde compra e o que significa. Não obstante, ao chegar na terceira idade, tem-se a consciência de que necessita usá-lo, seja por condições fatídicas, seja em busca de apoio.

Referendando o trabalho contemporâneo sobre biopolítica do sociólogo Nikolas Rose (2001), reforçamos como somos condicionados pelo dispositivo Biomédico – nos discursos do medo, julgamento, estigma, riscos, prudências em produtos que aliam tecnociências. O autor aborda a biopolítica no contemporâneo, ao pensar o desenvolvimento da biotecnologia, na direção de como os seres humanos se tornaram cidadãos somáticos através de variadas formas de gerenciar a vida, a fim de manter ou recuperar a vitalidade (ROSE, 2007).

Rose (2001) nos ajuda a refletir como o saber do Design pode moldar junto ao saber Biomédico, ao plasmar o equipamento de auxílio, uma subjetividade, o sujeito-sênior. É nessa trama em que o dispositivo opera (Figura 1), no que tange em como os seniores se relacionam com as coisas: como deveriam viver, o que deveriam fazer, o que deveriam esperar, o que deveriam temer com o equipamento de auxílio, como que toda essa política com o produto é posta em termos médicos e biológicos.

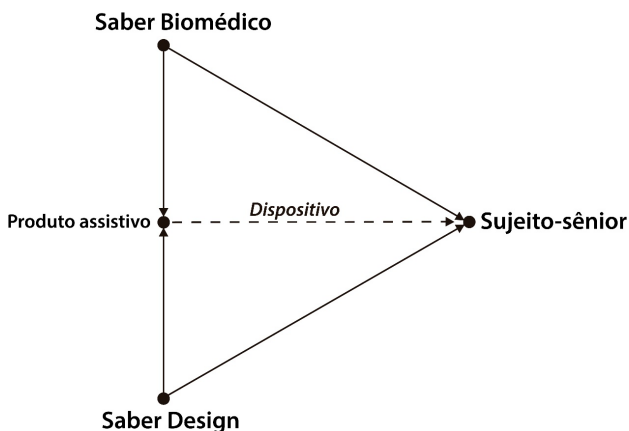


Figura 1. Trama do dispositivo. Fonte: os autores.

Ademais, acrescenta Miller (2013), nossos corpos, comportamentos e sentimentos podem passar por uma domesticação mediada pelos objetos, se adequando às imposições da materialidade, como uma capacidade inesperada em “que os objetos têm de sair do foco, de fazer periféricos à nossa visão e ainda assim determinar nosso comportamento (...)” (MILLER, 2013, p. 79). Dentro dessa dinâmica do dispositivo Biomédico e sua relação com o Design, pode-se compreender a qualidade “protética” dos produtos de acordo com Miller (2013), como um prolongamento físico do corpo, sendo extensões do sujeito, como eficientes dispositivos educativos. McLuhan (1974) também defende que a tecnologia ou invenção é uma extensão do corpo, sendo que tal extensão exige novas relações de poder entre os demais órgãos e outras extensões do corpo.

Por outro lado, Donna Haraway considera as políticas que perpassam o corpo do ser, na compreensão que a tecnologia amplia o homem, refletindo não mais na dicotomia entre mente e corpo, natural e artificial, mas na percepção que somos uma coisa só, unidas (HARAWAY, 1985). Não obstante, Santaella (2007) sintetiza outros termos para essa relação homem e tecnologia, no que tange os adjetivos para ao corpo tecnologicado, considerando, “corpo protético”, “pós-orgânico”, “pós-biológico”, “pós-humano” e até em sua defesa de um termo

mais abrangente como “biocibernético” ao invés do ciborgue. Em sua visão, o conceito de “prótese” não aborda o arcabouço de nossas relações com as coisas no século XXI, porque “... cada vez mais, as extensões estão aderindo à fisicalidade de nossos corpos e habitando seus interiores, indicando uma tendência para se tornarem invisíveis e mesmo imperceptíveis.” (SANTAELLA, 2007, p. 131).

A tecnologia ainda não chegou ao ponto de se fundir ao corpo do sujeito-sênior, principalmente ao se falar de equipamentos de ajuda. A bengala, por exemplo, ainda não se mesclou ao organismo do sujeito-sênior até o ponto de torna-se indistinguível de um membro mas, pelo contrário, ela tenta recuperar as faculdades perdidas pela idade no apoio. É nessa noção de “homem ampliado” que o sujeito-sênior se encontra, considerando que são produtos que expandem e qualificam as capacidades do ser – potencializa a experiência, em sua finalidade de mobilidade, em busca da segurança e prevenção do corpo na locomoção.

Mas, além da mobilidade, que outras funções simbólicas esses produtos reivindicam? Ao se pensar o envelhecimento, é importante enfatizar os significados construídos nesses equipamentos, como moldam o sujeito-sênior, atrelado às práticas da sua época e da sua sociedade. Declarando que o envelhecimento não se restringe apenas a uma dimensão biológica, mas, envolvem dimensões socioculturais que condicionam a experiência desse grupo (SANTOS; FARIA; PATIÑO, 2018). Sustenta-se uma densa relação simbólica entre a aparência do sênior e construções de imagens ao longo do século XX como “incapaz” ou “sem vida”, no sentido que a palavra “velho” soa como pejorativa, ao se pesar um corpo “fraco”, “impotente” ou até “asqueroso”. Nesse período, o estigma perante o sênior se fortalece na sociedade ocidental, mas, além disso, nos sentidos dos produtos que perpassam este tipo de corpo, como os equipamento de mobilidade, reforçam o estereótipo estigmatizante do “velho”. Ao contrário daqueles, em anúncios de remédio, ou de asilos particulares, construídos com a imagem de “fortes” e “saudáveis”, percebido apenas nos últimos anos – em um processo de posituação da velhice, principalmente após o ano 2000 (AZEVEDO, 2018).

Em sua pesquisa, Neri (1997) encontrou um conjunto de representações negativas da velhice e levantou uma série de estereótipos relacionado ao envelhecimento. Um deles relaciona-se ao fato da velhice ser um problema de governamentalidade (de gestão racional da vida, como diríamos em termos foucaultianos) e estes sujeitos precisarem do amparo da Medicina e do Estado, exigindo, portanto, produtos assistivos.

Já Vilém Flusser (2010), em seu ensaio sobre uma ética do Design industrial,

ajuda-nos a compreender a noção do que estamos chamando de dispositivo Bio-médico e sua relação com a forma e a estética dos equipamentos para o “cidadão somático”, no que toca a função dos designers na modernidade industrial. Para o autor “o ideal do projectista era pragmático, isto é, funcional e as considerações morais, ou políticas, tinham pouca importância pra ele.” (FLUSSER, 2010, p. 69). Com esse enunciado, percebe-se outra preocupação dos designers no início da era industrial, a saber; projetar visando um uso físico, suprir uma necessidade básica de mobilidade era fulcral. Já, questão sociais, no que tange o combate ao estigma em produtos, ainda não estava posto.

Nesta seção, a partir da noção do dispositivo Biomédico atrelada ao Design, pode-se examinar como o estigma foi se construir e se estabilizou no século XX. Aqui o estigma é visto por uma camada de significado, materializado na estética médica-hospitalar nos produtos assistivos e atribuí a noção de patologização ao sujeito-sênior, desprovido da emoção (RODRIGUES, DIAS E SOUZA, 2019). Nessa dinâmica, cristaliza-se o estigma do Design.

4. O ESTIGMA DO DESIGN

Em 1963, o sociólogo Erving Goffman definiu o estigma como uma construção social que pode ser entendido entre um conflito da identidade virtual em relação à identidade real dos sujeitos (GOFFMAN, 2004). Através de um estereótipo social, a imagem real do sujeito estigmatizado sofre deterioração, descrédito ou inferiorização por pessoas ou grupos ditos como normais. A palavra “estigma” carrega um sentido eminentemente negativo e, frequentemente, conforme Bacila (2005), leva à descriminalização, marginalização e invisibilidade de pessoas ou grupos. Logo, o estigma é um estado em que a normatização confronta a diferença, tenciona e produz variados sentimentos como aflição, repulsa e até medo. Ou, como sugere Zygmunt Bauman (1999), o estigma é um produto cultural, que cria territórios, espaços, produtos que delimitam um grupo; afasta o “eu” do “outro” por meio de conjuntos simbólicos e imagéticos.

No processo de construção de um estigma, adotamos um outro modelo de verdade, um conceito pré-estabelecido, que definem características particulares de um grupo ou indivíduo que seguem o oposto das normas culturais tradicionais de uma sociedade. Goffman (2004) retoma o termo estigma (picada) dos gregos, no sentido de criar marcas, sinais nos corpos.

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos. Mais tarde, na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal (GOFFMAN, 2004, p. 5).

Identificamos a ocorrência do estigma no sujeito-sênior segundo (GOFFMAN, 2004) em três formas: a primeira relacionada a deformações físicas (deficiência motora, visual, auditiva, desconfiguração do corpo) e a segunda relacionada aos desvios de comportamentos (distúrbios mentais, esquecimento, diminuição da sexualidade) e, por último, relacionados aos estigmas tribais (pertencentes a um grupo, centro ou instituição de idosos).

Nesta esteira reflexiva, acrescentamos aqui uma quarta forma, que reúne as três formas anteriores, a qual pertence ao estigma do Design, na relação com a cultura material estabelecida para esse grupo etário, em objetos que rodeiam o corpo do idoso, como os equipamentos ditos como tradicionais desse grupo, como as bengalas, as muletas e os andarilhos, considerados produtos carregados de símbolo material-histórico, pois evocam o arquétipo do “velho” através de sua forma ao longo do século XX. Dito de outro modo, tudo que gravita em torno dessa categoria de produto, foi composto de significados criados socialmente como estigmatizantes. Ademais, Alves, Moreira e Nogueira (2013, p. 4), nos ajudam a compreender o estigma do Design, através da visão que o estigma se relaciona também com a materialidade, posto que: “[...] estigma é uma opinião feita e que de forma simplista não passa de uma generalização em relação a um grupo de indivíduos ou objetos”.

Além disso, Goffman (1963) também categorizou os indivíduos entre descredenciado e desacreditável. O indivíduo descredenciado possui características diferente em relação aos normais, sendo estas percebidas por ele, gerando insegurança, reatividade, mal-estar e processos de negação. Já o desacreditável também possui características distintas em relação aos normais, porém nem sempre

percebidas por eles. Nesse sentido, existe uma alienação de sua condição, não notada pelo sujeito em relação a sua condição de depreciação por outro grupo, no que diz respeito a uma cultura dominante de representação da velhice enraizada na sociedade ocidental (SIQUEIRA e CARDOSO, 2011; TEIXEIRA et al., 2015).

Para Crocker e Major (1989), a condição de adaptação ao estigma gradualmente pode ser mais fácil de suportar do que em condições que ocorrem subitamente, como é o caso de seniores que se acidentam subitamente e precisam usar equipamento de auxílio, do que aqueles que precisam se adaptar aos poucos perante a mobilidade reduzida. Além disso, os autores abordam que as pessoas estigmatizadas são tratadas melhor quando não são responsáveis pelo seu estigma, ressaltando a diferença entre o estigma desde o nascimento e estigma adquirido. Entretanto, para Siqueira e Cardoso (2011), independente da circunstância que opera o estigma, ou, se o indivíduo percebe ou não sua condição, ele sofre efeitos negativos por ser estigmatizado, desencadeando mecanismos para lidar com este processo, como o de escape, negação ou amenização.

Diferente de Goffman, Ainlay, Becker e Coleman (1986) mostram através do campo da psicologia social estudos mais sólidos com o livro “The Dilemma of Difference: A Multidisciplinary View of Stigma”, evidenciando a historicidade da percepção do estigma conforme a sociedade, tempo e cultura, pois alguns estigmas se mantem por séculos e outros aparecem e somem com passar das décadas. Destarte, trazem para discussão a relação de poder em que os normais tencionam sobre os estigmatizados, criando aí uma relação do “autoconceito”, onde o próprio sujeito afirma os discursos de inferioridade produzindo pelos outros, na autodepreciação de sua imagem, baixando sua autoestima, sendo ao mesmo tempo o estigmatizador e estigmatizado, num processo de “estigmatizar-se”. Nesse viés, os produtos visto como emanadores de discursos pré-concebidos também podem reduzir a autoestima do sênior, ativar memórias, e conduzir comportamentos.

Stafford e Scott (1986) acrescentam um ponto de vista interessante para se pensar a relação entre Design e estigma, pelo potencial da mudança de comportamentos, condutas, crenças, fazeres, ou o que as pessoas deveriam fazer ao contrário de uma norma ou uma unidade social pré-concebida, sublinhando contornos claros da relação de poder da materialidade sobre as condutas. Nesse sentido, a tensão é estabelecida por meio de como as pessoas devem se comportar, em uma dada circunstância e dentro de uma cultura.

A concepção de “velho”, por exemplo, como um estágio da vida, marcado

por características circunscritas e posições subjetivas, não existia no ocidente tal qual a conhecemos hoje, assim como, não havia a concepção de “infância”, como a experienciamos atualmente, antes da modernidade (ARIÈS, 1978). Ademais, diferente da imagem cristalizada do “velho” no ocidente, no oriente existem imagens mais positivas sobre esta faixa etária (UCHÔA, 2003, p. 850), como, por exemplo, o termo “ancião” que evoca sabedoria e experiência, um princípio de senioridade, no qual os mais velhos têm mais autoridade e respeito do que os demais. Dessa forma, a autora complementa a discussão do estigma como produto cultural ao perceber uma mudança de paradigma sobre a produção de conhecimento em torno do sênior, posto que “a velhice e o envelhecimento deixaram de ser encarados como fatos naturais, para serem encarados como fenômenos profundamente influenciados pela cultura.” (UCHÔA, 2003, p. 851).

Nesta abordagem, combater determinados padrões da modernidade que estabelecem hierarquia nas diferenças, na luta contra determinadas representações sociais consolidadas, é importante para atingir novos modelos de verdade. Nesse sentido, uma forma de representação positiva seria o termo “idoso ativo” que surge na cultura ocidental. Segundo a pesquisa de Ferreira et al. (2010) este termo foi associado como uma pessoa “alegre”, com “trabalho”, que pratica uma “atividade física”, “bem cuidado” e que tem “lembrança”. Ademais, segundo Cio-sak et al. (2011) é fundamental a diferença para o campo da gerontologia entre “senescência” e “senilidade”, visto que a primeira define um fenômeno natural e universal do corpo, como a perda auditiva, diminuição da visão, leve alteração da memória, entre outras mudanças que não caracterizam doenças. Já a segunda está ligada com patologias relacionados ao envelhecimento, como o declínio do funcionamento do organismo, a diminuição da altura e atrofia de músculos.

Para Sudjic (2010), no livro “A linguagem das coisas”, o Design não teria apenas a capacidade de produzir ou vender objetos, mas, sobretudo, de refletir sobre o que as pessoas pensam de si mesmas mediada por esses artefatos, na produção de representações. Para isso, o autor examina toda a cadeia que dá vida aos objetos, da formulação aos efeitos simbólicos nos sujeitos. Deste modo, um universo vai sendo moldado pelo Design, principalmente através dos arquétipos dos objetos. Por convenção, na modernidade, uma bengala, deveria ter um visual de bengala, assim como, abordado por Sudjic (2010) em relação ao arquétipo arquitetônico – um museu deveria ser reconhecido como um museu.

Os arquétipos⁶ produzidos pelo Design, longe de serem inocentes, são pro-

6 Importante destacar que em hipótese alguma mobilizamos esta categoria a partir dos parâmetros estabelecidos Carl Gustav Jung (2011), haja visto que, para o psicanalista suíço, o arquétipo seria, por definição, algo imutável no tempo. Sudjic (2010) confere ao termo um outro sentido e parece usá-lo como estratégia narra-

fundamente enraizados na cultura e muito instigantes para serem ignorados. Sudjic (2010, p. 60) afirma que “muitas coisas possuem um arquétipo que define uma categoria de produto. Alguns arquétipos têm histórias milenares, com geração após geração produzindo suas interpretações particulares de um dado formato.” Nessa noção de arquétipo, é pensado como algumas formas são cristalizadas no tempo e demoram para serem rompida.

No século XX, o Design de produtos assistivos se adaptam a estética médica-hospitalar e se relacionam com as questões do envelhecimento e ao corpo do sênior. Esta forma hospitalar, ainda hoje, é interpretada como símbolo do idoso. Além disso, esse arquétipo da forma pode ser interpretado como estigmatizante na sociedade. Martins e Rodrigues (2004) e Morando et al. (2018) por meio do campo da psicologia, nos ajuda a aprofundar o debate pelo conceito de “gerontofobia”, “etarismo” ou “ancianismo”, que seria o medo da velhice e preconceitos que motivam a discriminação mas, também, geram o receio de se relacionar com seniores ou objetos ligado ao seu universo – “as coisas de velhos”. Uma espécie de “asco” que é enraizado no mundo ocidental, principalmente nos comportamentos e na materialidade ligados ao tempo passado, revelando uma estética da velhice no campo do Design.

Segundo Martin (1986) o conceito de aprendizagem social é aplicado à conduta do estigma e, para nós, também dialoga com o conceito de habitus, visto que é um mecanismo de aquisição e manutenção de comportamentos que propiciam a estigmatização de pessoas, no mecanismo através do qual as pessoas são educadas e esperam que o estigmatizado seja identificado por algo, um sinal ou produto, que se comporte de uma determinada forma, consolidando um processo do estigma no Design.

5. O PROCESSO DO ESTIGMA NO DESIGN

Estudos apontam alguns fatores de grande impacto no processo de estigmatização em produtos assistivos, como: a estética dos produtos tradicionais em relação a produtos modernos, a reações emocionais que ocorrem quando o usuário é observado utilizando equipamento perante outras pessoas, bem como as diferenças emocionais entre usuários e não usuários em relação ao produto. (GAFFNEY, 2010; VAES, 2014; CARNEIRO, REBELO, NORIEGA, 2019). Sendo assim, sob este prisma, determinados comportamentos como, por exemplo, a mudança

tiva para demonstrar a força que determinadas formas adquirem em grupos ou em sociedades. “Arquétipo”, aqui, possui um paralelo com o que Norbert Elias (1994) chamou de “cristalização”.

corporal de um idoso ao se curvar no uso da bengala em busca de apoio, reforça a descrença e a inutilidade deste corpo em relação ao corpo dito jovem.

Conforme a investigação de Rodrigues et al. (2019) no contexto doméstico, há indícios de resistência de seniores em aceitarem o uso do equipamento de auxílio em um primeiro momento, devido, principalmente, ao estigma que este produto evoca, relutando ao seu uso até que são obrigados a usarem por necessidades físicas ou descrição médica. Contudo, o problema da “medicalização de produtos assistivos” promove uma associação entre o produto e o “papel doente”, ativando o processo de estigmatização (GAFFNEY, 2010). Dessa forma, um processo de exposição pode gerar um conflito interno no uso de equipamentos na fase pré-sênior ou, melhor nomeada de envelhescência⁷.

Os estágios iniciais são os mais delicados na interação com equipamentos de auxílio por revelar a situação da condição de sujeito-sênior, e pode desencadear desconforto, ansiedade, receio medo e até o abandono do produto assistivo (PARETTE e SCHERER, 2004). Dessa forma, com a experiência do uso de equipamentos de auxílio, o sênior revela uma atenção sobre seu corpo, sendo distinto do corpo padrão e saudável, passa então a ser visto como um corpo diferente. Numa associação cíclica entre produto-corpo-preconceitos-emoções-produto (Figura 2). É nesse processo que o estigma pode ser potencializado pelo uso de produtos assistivos.

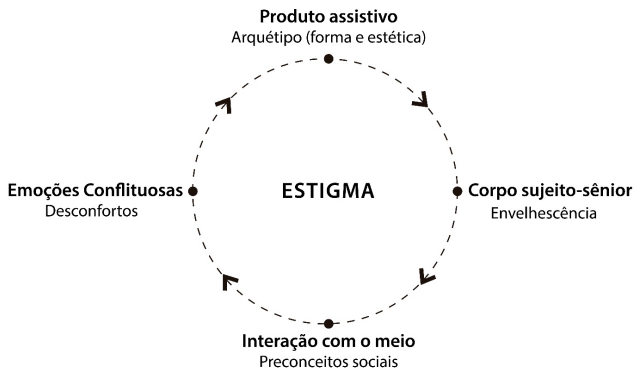


Figura 2. Processo do estigma no Design. Fonte: os autores.

⁷ Segundo Berlinck (2000), “envelhescência” é um conceito advindo da psicologia para definir as diversas etapas do envelhecimento, aproximando do sentido de adolescência enquanto fase da vida, no qual o corpo passa por mudanças físicas e psíquicas, no constante processo de reconhecimento de traços que adquire sentido no ato de subjetivação.

Existe, igualmente, uma padrão normativo, ou seja, uma expectativa, operada de modo discursivo, num determinado ordenamento da verdade, de como as coisas, pessoas e comportamentos deveriam ser. A posição que o sênior ocupa nessa ordem, na linguagem, está diretamente relacionada a este esquema. É nessa expectativa que o estigma se estabelece, confrontando o ideal com a realidade. Assim, o produto assistivo, neste ciclo, evoca os arquétipos da velhice, representações cristalizadas que são incorporadas na experiência do uso. O sujeito-sênior, na mediação com produtos assistivos, pode indicar também, as expectativas negativas sobre o que ele espera que os outros vejam sobre si.

Durante o processo de envelhecimento, apesar de apresentarem demandas físicas diferentes, o sujeito-sênior se aproxima do “sujeito-deficiente” no processo do estigma, porque é na construção do olhar sobre a “falha” ou, a “debilitação” que os esses corpos são submetidos no uso de equipamentos de auxílio. Logo, a importância da compreensão de construção do estigma sobre essa categoria de produto, como mais uma camada, dentre outras, mergulhadas num mecanismo de desvalorização do sujeito-sênior.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi refletir sobre o poder do Design em produzir estigma através da materialidade dentro de uma categoria específica de produto (assistivos) para seniores. Sem querer exaurir a discussão, buscamos compreender a relação entre Design e estigma no envelhecimento em uma abordagem interdisciplinar. Apesar dos esforços da atualidade em mostrar o sênior como “ativo e empoderado”, ainda é preciso compreender o envelhecimento pela materialidade por múltiplos fatores, como: as emoções, as experiências estéticas e os comportamentos através da interação com os produtos assistivos, antes, durante e após o uso com usuários e não usuários. Dessa forma, o ato de estigmatização em relação aos objetos perante o grupo sênior é um campo interessante a ser explorado dentro do Design.

Retomando o pensamento de Norman (2008), através do Design é possível refletir sobre a questão da identidade ao pensar o nível reflexivo nos objetos, que, aqui pode ser evocado pelo uso de equipamentos de auxílio, no sentimento de orgulho ou vergonha, ou, um nível de constrangimento ou conforto no uso.

O design reflexivo, portanto, tem a ver com relações de longo prazo,

com os sentimentos de satisfação produzidos por ter, exibir e usar o produto. O sentido de identidade própria de uma pessoa está situado no nível reflexivo, e é nele que a interação entre o produto e sua identidade é importante, conforme demonstra o orgulho (ou a vergonha) de ser dono ou de usar o produto. (NORMAN, 2008, p. 58).

Bauman (1999, p. 78) ressalta essa ideia de desconstrução do estigma pelo Design, pois “uma vez que os sinais do estigma são irremovíveis, uma categoria só pode deixar de ser estigmatizada se o significante do estigma for reinterpretado como inócuo ou neutro ou se for completamente negada a sua significação semântica e este se tornar socialmente invisível.” Neste ponto, o sujeito-sênior não carregaria um conjunto de estigmas se suas marcas, seus símbolos fossem reinterpretados – ou seja, se o equipamento de auxílio fosse despatologizado.

O campo do Design também pode ser visto como uma ferramenta para descristalizar esses símbolos, na desconstrução de arquétipos estigmatizantes de forma e estética médica-hospitalar, propondo novos *habitus*. Assim, uma alternativa é a minimização da segregação e anulação da identidade do sujeito-sênior por meio da personalização, ajustes e escolhas do produto, visto como um artigo de moda, ou, por outro viés, articulando modos de invisibilidade do produto, a fim de apagar os sinais do estigma, camuflando o objeto e, rompendo assim, com o ciclo do estigma no Design (produto-corpo-preconceitos-emoções-produto) pela materialidade.

Por fim, como desdobramentos para futuras pesquisas, é interessante explorar melhor os discursos produzidos pelos seniores em comparação a imagem construída dos idosos com os equipamentos de auxílio pela publicidade e mídias, bem como, se existe continuidades ou descontinuidades em relação aos significados do uso pelos seniores em instituições, lares e grupos. A fim de perceber padrões, brechas, singularidades ou diferenças em relação ao poder do Design na produção de estigma através da materialidade.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: Outra travessia. Tradução: Nilcéia Valdati. Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005.

AINLAY, Stephen C.; BECKER, Gaylene; COLEMAN, Lerita M. The Dilemma of Difference: A Multidisciplinary View of Stigma. New York: Plenum Press, 1986.

ALMEIDA, T.; LOURENÇO, M. Reflexões: conceitos, estereótipos e mitos acerca da velhice. *Revista Brasileira De Ciências Do Envelhecimento Humano*, v.6, n. 2, p. 233-244, 2010.

ALVES, Sara; MOREIRA, Carmem Félix; NOGUEIRA, Sónia. Relações sociais, estereótipos e envelhecimento. In: *Atas de Gerontologia*, Porto, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2013.

APPADURAI, Arjun. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, A. (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

ARIÈS, Philippe. *A História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

AZEVEDO, Celina Dias. *Envelhecer na contemporaneidade: subjetivações, modelos e resistências*. 145 f. Tese, Doutorado em Ciências Sociais, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

BACILA, Carlos Roberto. *Estigmas: um estudo sobre os preconceitos*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERLINCK, Manoel Tosta. *Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: Escuta, 2000.

BOMFIM, Gustavo Amarante. Fundamentos de uma Teoria Transdisciplinar do Design: morfologia dos objetos de uso e sistemas de comunicação. *Estudos em Design*, v. 5, n. 2, p. 27-41, 1997.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CARDOSO, Rafael. *Design para um mundo complexo*. São Paulo: Cosac e Naify, 2008.

CARNEIRO L.; REBELO F.; NORIEGA P. Different Wheelchairs Designs Influence Emotional Reactions from Users and Non-users? In: *International Conference on Ergonomics in Design*, Orlando, 2018. *Proceedings of the AHFE 2018*: REBELO F., SOARES M. (Org.) *Advances in Ergonomics in Design*. Springer, Cham, vol. 777, 2019, p. 572-580.

CIOSAK, Suely; BRAZ, Elizabeth; COSTA, Maria; NAKANO, Nelize; RODRIGUES, Juliana; ALENCAR, Rubia; ROCHA, Ana. Senescência e senilidade: o novo paradigma na atenção primária à saúde. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 45, n. 2, p. 1763-1768, 2011.

CROCKER, Jennifer; MAJOR, Brenda. Social stigma and self-esteem: The self-protective properties of stigma. *Psychological Review*, v. 96, n. 4, p. 608-630, 1989.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A thousand plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Trans. B. Massumi. London: Continuum, 2004.

DESMET, Pieter; HEKKERT, Paul. Framework of Product Experience. *International Journal of Design*, v. 1, n. 1, 13-23, 2007.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERNANDES, Sandra Lizete da Costa. *Vivências em lares de idosos: Diversidade de Percursos Um Estudo de Caso*. f. 155. Dissertação, Mestrado em Gerontologia Social, Departamento de Ciências da Educação e do Patrimônio, 2010.

FERREIRA, Olívia Galvão Lucena; MACIEL, Silvana Carneiro; SILVA, Antonia Oliveira; SÁ, Roseane Christina da Nova; MOREIRA, Maria Adelaide Silva P. Significados atribuídos ao envelhecimento: idoso, velho e idoso ativo. *Revista Psico-USF*, v. 15, n. 3, p. 357-364, 2010.

FLUSSER, Vilém. Uma ética do design industrial? In: *Uma filosofia do design – A Forma das Coisas*. Editora Relógio D'Água, 2010.

FORTY, Adrian. *Objetos de desejo: design e sociedade desde 1750*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2000.

GAFFNEY, Clare. An exploration of the stigma associated with the use of assistive devices. *Socheolas: Limerick Student Journal of Sociology*, v.3, n. 1, p. 67-78, 2010.

GELL, Alfred. *Art and Agency: An anthropological theory*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Título Original: *Stigma – Notes on the Management of Spoiled Identity*. Tradução: Mathias Lambert, 2004.

GOGNALONS-CAILLARD, M. La production sociale de la maladie dans la vieillesse. *Gerontologie*, v. 29, p. 21-25, 1979.

HARAWAY, Donna Jeanne. *A manifesto for cyborgs: Science, technology, and socialist feminism in the 1980s*. San Francisco, CA: Center for Social Research and Education, 1985.

HASSENZAHL, Marc. *The Thing and I: Understanding the Relationship Between User and Product*. In: BLYTHE M.A., OVERBEEKE K., MONK A.F., WRIGHT P.C. (Eds.). *Funology: From Usability to Enjoyment*. Human-Computer Interaction Series. Netherlands, Springer, Dordrecht, v. 3, p. 31- 42, 2003.

HEIDEGGER, Martin. *Poetry, language, thought*. Trans. A. Hofstadter. New York: Harper & Row, 1971.

INGOLD, Tim. *Bringing things back to life: Creative entanglements in a world of materials*. National Centre for Research Methods. Realities Working Papers 15. University of Manchester, 2010.

JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos do inconsciente coletivo*. In: *Obras completas de C. G. JUNG*, v. 9/1, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2011.

MARTIN, L. G. *Stigma: a social learning perspective*. In: AINLAY, S. C.; BECKER, G.; COLMAN, L. M. A. (Eds.). *The Dilemma of Difference: A Multidisciplinary View of Stigma*. New York: Plenum, p. 145-161, 1986.

MARTINS, R.M.L.; RODRIGUES, M.L.M. *Estereótipos sobre idosos: uma representação social gerontofóbica*. *Millenium- Revista do ISPV*, n. 29, p. 249-254, 2004.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação: como extensões do homem*. Editora Cultrix, 1974.

MILLER, Daniel. *Materiality: an introduction*. In: MILLER, Daniel (Ed.). *Materiality*. Durham: Duke University Press, 2005.

MILLER, Daniel. *Trecos, Troços e Coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MORANDO, Eunice Maria Godinho; SCHMITT, Juliana Campos, FERREIRA, Maria Elisa Caputo; MÁRMORA, Cláudia Helena Cerqueira. *O conceito de estigma de Goffman aplicado à velhice*. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*. *Revista INFAD de Psicologia*, v. 1.2, p. 21-32, 2018.

NERI, Anita Liberalesso. *Atitudes em relação à velhice: evidências de pesquisas no Brasil*. *Gerontologia*, v.5, n. 3, p. 130-139, 1997.

NORMAN, Donald A. *Design emocional: Por que adoramos (ou detestamos) os objetos do dia a dia*. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

PAPANEK, Victor Joseph. *Design for the real world: Human ecology and social*

change. London: Thames and Hudson, 1971.

PARETTE, Phil; SCHERER, Marcia. Assistive technology use and stigma. *Education and Training in Developmental Disabilities*, v. 39, n. 3, p. 217–226, 2004.

QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro (org.) *Design & Consumo*. Curitiba: Peregrina, 2010.

RODRIGUES, Y. W.; DIAS, L. N. ; VELOSO, A. Designing for aging: uma proposta metodológica. In: 7º Encontro de Doutoramentos em Design, Aveiro, 2019. Livro de Atas UD18: Invisible Design. Aveiro, UA Editora - Universidade de Aveiro, Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia, 1ª, 2019. p. 269-278.

RODRIGUES, Y. W.; DIAS, L. N. C.; VELOSO, A. I. B. F. F. DE A.; SOUZA, F. F. DE. O idoso e o cuidador: uma análise da satisfação do ambiente doméstico. *PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção*, v. 10, p. e019024, 31 maio, 2019.

RODRIGUES, Y. W.; DIAS, L. N. C.; SOUZA, Fábio F. de. Dispositivo em design: descontinuidades do significado da bengala. *Revista Estudos em Design*. Rio de Janeiro, ISSN 1983-196X, v. 27, n. 1, p. 43-65, 2019.

ROSE, Nikolas. *The politics of life itself. Biomedicine, power, and subjectivity in the Twenty-first Century*. Princeton; Princeton University Press; 2007.

ROSE, Nikolas. *The politics of life itself. Theory, Culture & Society*, v. 18, n. 6, p. 1-30, 2001.

SANTAELLA, Lúcia. Pós-humano: por quê? *Revista USP*, n. 74, p. 126-137, 2007.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro; FARIA, Lina; PATIÑO, Rafael Andrés. O envelhecer e a morte: leituras contemporâneas de psicologia social. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 35, n. 2, 2018.

SIQUEIRA, Ranyella de; CARDOSO, Hélio. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. *Imagonautas: revista Interdisciplinaria sobre imaginarios sociales*, v.1, n. 2, p. 92-113. 2011.

STAFFORD, M. C.; SCOTT, R. R. Stigma deviance and social control: some conceptual issues. In: AINLAY, S. C.; BECKER, G.; COLMAN, L. M. A. (Eds.). *The Dilemma of Difference: A Multidisciplinary View of Stigma*. New York: Plenum, p. 77-91, 1986.

SUDJIC, Deyan. *A linguagem das coisas*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

TEIXEIRA, Selena Mesquita de Oliveira; MARINHO, Fernanda Xavier Santiago; JUNIOR Dorinaldo de Freitas Cintra; MARTINS José Clerton de Oliveira. Re-

flexões acerca do estigma do envelhecer na contemporaneidade. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 503-515, 2015.

TOSIM, Alessandro; MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina. O significado do envelhecer nos discursos de idosos cegos. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 65-79, 2009.

UCHÔA, Elizabeth. Contribuições da antropologia para uma abordagem das questões relativas à saúde do idoso. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.19, n.3, p. 849-853, 2003.

VAES, Kristof. Product stigmaticity: understanding, measuring and managing product-related stigma. Belgium, Universiteit Antwerpen, 2014.

REFLEXIONES SOBRE DISEÑO Y ESTIGMA EN LO ENVEJECIMIENTO

Resumen: Los productos de asistencia, presente en la cultura material de los adultos mayores, no solo traer apoyo para la movilidad, pero también, despiertan procesos de subjetivación y evocan aspiraciones vinculadas a la sociedad, la cultura, los valores simbólicos, a los factores emocionales. En este sentido, el objetivo de esta investigación fue reflejar teóricamente el poder del Diseño en su capacidad para producir estigma en el envejecimiento. La discusión se dividió en cuatro partes, que basa y conecta los conceptos interdisciplinarios a lo largo del texto: I) El significado de las cosas, II) El dispositivo Biomédico y el Diseño, III) El estigma del Diseño y IV) El proceso del estigma en el Diseño. Con los resultados, se puede afirmar que, el conocimiento del Diseño está organizado por el dispositivo Biomédico y produce un encuadre a través de los productos de apoyo (bastones, muletas y andadores) en los veteranos. Finalmente, la principal contribución de este artículo está relacionada con la comprensión del proceso de estigma a través de la materialidad en un enfoque interdisciplinario.

Palabras-clave: Productos de apoyo. Biopolítica. Estigma. Envejecimiento. Sujeto-anciano.

REFLECTIONS ABOUT DESIGN AND STIGMA IN THE AGING

Abstract: Walking aids, present in the senior's material culture, brings not only the mobility support, but instead of it, these objects awakes a processing of subjectivation, evoking aspirations linked to society, culture, symbolic values, and also emotional factors. In this way, the main objective of this research was theoretically reflect the power of Design, and consequently, the produce stigma in aging. The arguing was divided into four parts, endorsing and connecting interdisciplinary concepts throughout the text: I) Meaning the things, II) The Biomedical device and Design, III) The stigma of Design and IV) The process of stigma in Design. As a result, we understand how the Design knowledge is organized by the Biomedical device and produces a framework through the assistive products (walking sticks, crutches and walkers) in the elderly subject. Finally, the main contribution of this article is related to understanding the process of stigma through materiality in an interdisciplinary approach.

Keywords: Assistive products. Biopolitics. Stigma. Aging. Elderly-subject.

ENTRE CANHÕES E TEMPESTADES: METÁFORAS NA LINGUAGEM POLÍTICA DA IMPRENSA DO SÉCULO XIX

Álvaro Antonio Klafke¹

Murillo Dias Winter²

Resumo: O trabalho investiga os usos das metáforas na linguagem política da imprensa no início do século XIX. Em um período em que os jornais eram utilizados como um dos principais instrumentos da atividade política, diferentes formas de convencimento eram mobilizadas nos impressos com o objetivo de formação da opinião pública. Entre as mais recorrentes estavam as metáforas, ainda pouco estudadas. Para tanto, nos concentramos em dois momentos específicos e dois tipos de metáforas recorrentes. Em primeiro lugar, as metáforas bélicas, sobre a guerra, durante os anos da Revolução Farroupilha (1835-1845). Durante os conflitos no Rio Grande do Sul a imprensa legalista, aliada ao Império do Brasil, usava das construções retóricas sobre o conflito para atacar os farroupilhas e reafirmar seu projeto de unidade. Já a natureza e a geografia eram utilizadas como metáforas nos jornais contra o Brasil durante os anos de existência da província Cisplatina (1821-1828). As paisagens e o clima típico da região serviram como ferramenta de construção de diferenças entre os locais e o invasor. Ambos os casos demonstram a operacionalidade das metáforas e a importância de seu estudo para a compreensão da linguagem, em transformação no Oitocentos.

Palavras-chave: Imprensa. Linguagem política. Metáforas.

1. INTRODUÇÃO

Existe um reconhecimento tácito e generalizado, entre os historiadores e pesquisadores de outras áreas – sobretudo quando lidam com textos, em diferentes formas e suportes – que as figuras de linguagem exercem papel fundamental na comunicação. Entretanto, é menos comum a atividade de reflexão sobre a forma como elas se constituem e que efeitos exercem no discurso. Aqui, tratamos

1 Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Analista pesquisador na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE). Contato: klafkealvaro@gmail.com.

2 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Contato: murillodiaswinter@hotmail.com

especificamente de recursos metafóricos, então, como elemento para analisar alguns exemplos da imprensa na região platina e no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX. O objetivo, modesto, não é o de um estudo sobre o tema, objeto de imemorial reflexão da filosofia e campos afins. Trata-se de elencar algumas ideias básicas, de alguns poucos autores, que, esperamos, cumpram a dupla função de, por um lado, propor indicações de leitura, e, de outra parte, nos permita embasar a forma como analisamos as fontes, os jornais, em relação ao uso recorrente de imagens metafóricas.

As linhas que seguem buscam apresentar breves considerações de caráter teórico sobre a metáfora Ponderar acerca dos seus instrumentos de análise passou a ser tarefa inescapável do pesquisador. Nessa direção, seguimos Javier Sebastián, para quem

El análisis de una conceptualidad y de una metafóricidad extraña hace que el propio historiador se historicice, esto es que tome conciencia del carácter contingente y problemático de sus instrumentos de análisis. En efecto, estamos convencidos de que una de las tareas inaplazables de la historiografía es reflexionar sobre los marcos epistemológicos – incluyendo las grandes categorías clasificatorias – que han venido ordenando las tareas del historiador, el sociólogo o el politólogo (Sebastián, p. 26).

Analisar, portanto, a “metaforicidade” de um determinado período, sem desconsiderar, claro, o veículo e o público a quem ela se destina, obriga à historicização do próprio ofício. Para além de tentar apreender sentidos intrínsecos aos textos, relativos ao seu contexto, o que o alerta do autor, nos parece, também indica, é a contingência e mesmo a provisoriedade de nossa forma de ler o passado, uma vez que a ancoramos em pressupostos teóricos cujos marcos epistemológicos não são fixos. Para ser mais direto: as reflexões sobre a metáfora, seu desenvolvimento ao longo do tempo, e o acesso, necessariamente parcial e arbitrário que temos a elas, também condicionam nosso olhar e nossa interpretação acerca de seu uso no passado – esse passado em constante modificação.

Nesse sentido, Eduardo de Bustos elencou um conjunto de concepções tradicionais sobre metáfora e de alternativas teóricas para a sua interpretação, referentes aos campos da linguística, da literatura e da filosofia (Bustos, 2000, p. 13-22). Na obra do autor, temos uma visão panorâmica – e, em consequência, não exaustiva – da contingência referida, sobretudo a partir de uma análise sintética, em amplo recorrido histórico, das formas como a metáfora foi considerada, prin-

cialmente à luz da filosofia e da teoria da linguagem (Bustos, 2000, p. 34-61).

Importa destacar, para a nossa leitura, um aspecto que, por vezes, passa despercebido na análise: o fato de que o uso das metáforas extrapola seus efeitos meramente instrumentais, de convencimento. E, além disso, de que não se trata, quando as expressamos, de uma operação puramente racional, de um ato de vontade intelectualmente fundamentado. Em certo sentido, isso já foi salientado por diversos autores, sobretudo aqueles da chamada “teoria cognitiva”. Ulrike Schröder resume a novidade dessa visão teórica:

Concomitantemente com o surgimento da linguística cognitiva, a exclusiva reflexão impressionista de metáforas foi superada, quer dizer, metáforas não são percebidas mais de forma isolada como um fenômeno exclusivo de língua, mas sim, como uma expressão de estruturas conceituais e de capacidades cognitivas. Portanto, os fundadores da teoria cognitiva das metáforas, Lakoff e Johnson, compreendem metáforas como a reflexão de uma estrutura de pensamento básica dentro da linguagem, que nos permite entender um domínio conceitual não estruturado por recorrer a um outro domínio de experiência conhecido (Schröder, 2004, p. 243-144).

Os autores que aceitam essa tese, então, as percebem – as metáforas –, “em nosso comportamento de linguagem cotidiano, recusando, desta forma, uma visão exclusivamente retórica da metáfora” (SCHRÖDER, 2004, p. 251).

Emmanuel Lizcano, em direção semelhante, sublinha a centralidade da metáfora na estruturação das emoções e pensamentos, desde o plano mais cotidiano até o mais técnico ou político (Lizcano, 2006, p. 27). O autor, ademais, chama a atenção para o caráter relativamente coercitivo do uso das metáforas: “Cremos estar expresándonos libremente y estamos diciendo lo que la estructura de nuestra lengua y la multitud de metáforas que la habitan (que nos habitan) nos obligan a decir” (Lizcano, 2006, p. 27). Tal formulação assume relevância contra o risco de cair no reducionismo de pensar que a utilização retórica das metáforas, ou qualquer outra figura de linguagem, seria resultado de uma elucubração mental absolutamente controlada, com vistas a provocar determinados efeitos nos ouvintes ou leitores.

Em reforço a essa abordagem, González García sustenta que o papel desempenhado pela metáfora é maior do que o de mero adorno estilístico que poderia ser substituído por um enunciado não metafórico (García, 2006, p.14). O autor postula, seguindo Mark Johnson, que não se trata de uma simples figura retórica, mas “una estructura penetrante e indispensable de la comprensión humana,

mediante la cual captamos figurada e imaginativamente el mundo. Dicho brevemente, no sólo hablamos en metáforas, sino que además pensamos y conceptualizamos la realidad social en metáforas” (García, 2006, p.14).

O que os aportes da teoria cognitiva e conceitual da metáfora propiciam, então, é um olhar sobre os escritos políticos da imprensa oitocentista que vai buscar, mais do que perceber a forma como os redatores se utilizavam da retórica para a pregação, um acercamento de uma visão de mundo específica. Visão que era compartilhada com seus potenciais leitores, e no qual as metáforas, onipresentes, eram produto de uma maneira particular de pensar e conceitualizar a sociedade, estruturas através das quais era percebida, “figurada e imaginativamente”, como bem expressa García, o mundo circundante e articulados os projetos de organização social dos Estados em disputada formação.

Ao analisar os textos da época, evidencia-se que a projeção de futuro, condicionada ao resultado das lutas do presente, impunha a ideia do próprio tempo como lugar, o que já é uma metáfora poderosa, e da qual ainda hoje compartilhamos. “El futuro al que ahora nos percibimos atados no deja de ser un lugar, tan lugar como antes era el pasado” (Lizcano, 2006, p. 69). Essa noção, tão verdadeira e assimilada atualmente, entretanto, tem uma gênese. E sua construção, precisamente, está vinculada a esse período de fundação das bases de uma nova sociedade, socialmente ancorada na ordem burguesa e politicamente legitimada pelo poder do Estado nacional. Trata-se apenas de um exemplo, entre outros, da forma como poderia ser – e era – tematizado metaforicamente a percepção de um elemento crucial do discurso político de então, o tempo, sobretudo quando se tratava, invariavelmente, de “abandonar” o passado e “caminhar” na direção de um futuro de progresso.

Mudanças e transformações, ideia de progresso que ofereceram poderosas imagens e um arcabouço de sentidos e metáforas ao longo das profundas mudanças políticas e sociais das últimas décadas do Século XVIII e primeiras do XIX, como salienta Fernández Sebastián:

Viejas y nuevas metáforas como el imperioso torrente de la opinión, la irresistible luz de la razón, el edificio o la nave del Estado, el cuerpo de la nación, el equilibrio de los poderes, y muchas otras llenaron el lenguaje político en esas décadas decisivas de un repertorio de poderosas imágenes –varias de ellas presentes en casi todas las lenguas de Europa occidental– que aparecen entretejidas con los incipientes conceptos de nación, libertad, independencia, soberanía, constitución, liberalismo, opinión pública, representación o clase media (Fernández Sebastián, 2009, p. 11).

Semelhantes a esse, o periodismo de então estava repleto de imagens metafóricas que, simultaneamente, demonstravam um estado de coisas, reforçavam alguns aspectos da forma de considerar a sociedade e propunham soluções e caminhos alternativos, como observaremos.

2. “LÁ VAI BALA”: METÁFORAS BÉLICAS

As primeiras décadas do século XIX conformaram um período crucial para a definição dos novos estados nacionais – sobretudo nas Américas – e para a reformulação dos já existentes, adequando-os à agenda liberal burguesa então em voga. Os conflitos militares eram acompanhados por intensos debates políticos travados na imprensa. Tratava-se de uma época que o historiador português Oliveira Martins caracterizou, com eloquência e acerto, como “da palavra e do tiro” (Apud VIEIRA, 2005, p. 76). Tal caracterização, embora referida ao contexto lusitano, abrange, também, a realidade sul-americana. A precisão da fórmula criada pelo autor nos serve para direcionar o olhar a um tipo específico de metáforas, bastante utilizadas então: as de referências bélicas.

A ideia de que se estava travando um “combate” de posições políticas, cujas armas eram a pena, o papel e as prensas rudimentares, era comum aos diversos redatores. Daí a abundância de exemplos da “guerra” nos escritos do período. Os próprios títulos de alguns periódicos apontavam para isso: O *Artilheiro*, em Porto Alegre, e seu homônimo do Porto, em Portugal; *Sentinela da Liberdade*, também de Porto Alegre. No vizinho Uruguai, igualmente envolvido em conflitos de facções, surgiram folhas como *El Lancero em Campaña*, *El Artillero de la Línea* ou *Estrella o Cañón de la Libertad*.

Em Porto Alegre, o caso mais emblemático foi o do *Artilheiro*. O semanário da capital da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul circulou, presumivelmente, entre julho de 1837 e julho de 1838. Não se tem confirmação segura de quem o redigia, apenas a informação de que era impresso na tipografia de Claude Dubreuil. A despeito de que metáforas de cunho militar eram usuais, a abundância de sua ocorrência no periódico tinha uma explicação imediata. Viviam-se os primeiros anos da guerra civil – movimento posteriormente consagrado como Revolução Farroupilha –, e a cidade estava submetida ao cerco das tropas rebeldes. Nesse contexto, o jornal manteve-se, firme e constantemente, na defesa de um modelo de Império monárquico centralizado, em feroz oposição aos farrapos.

A “guerra” travada pelo *Artilheiro* manifestava-se na linguagem violenta, sarcástica e, sobretudo, metaforicamente permeada de imagens bélicas. Os títulos das seções e de alguns textos eram eloquentes: “Lá vai bala rasa”; “Metralhada”; “Lá vai bomba”; “Estocada”; “Lá vai granada”; “Cutilada”; “Tiro de metralha”; “Bala ardente”. Tais exemplos correspondiam, conotativamente, às atividades próprias do redator – ou dos redatores – que se apresentava como artilheiro. Assim, independentemente do teor da sua argumentação, a própria linguagem transmitia a sensação de confronto violento. De fato, embora não possamos aferir o quanto a terminologia utilizada correspondia à situação vivenciada na cidade, a situação era conflitiva. Isso transparecia desde o início da publicação, quando era dado o aviso: “Nada de susto, Camaradas! Suas mercês há perto de 3 meses acostumados a ouvir roncar o bronze, e agora espantarem-se do Artilheiro?” (n.1, 22/jul/1837).

Com aquele público acostumado a “ouvir roncar o bronze” dos canhões, portanto, havia uma familiaridade que fazia com que o repertório retórico fosse perfeitamente entendido. Em toda a sua atividade de crítica política, as metáforas de cunho militar sustentavam uma argumentação agressiva. É o caso de uma admoestação, que soa também como ameaça, direcionada ao presidente da província, Feliciano Nunes Pires, na seção “Lá vai bala rasa”.

O Artilheiro quer que impere a Lei em todo o caso, e mais desejava, quando falasse dos atos de S. Ex., dar salvas de alegria, do que gastar balas, bombas, etc. siga S. Ex. a risca a Lei, não procure senão fazer triunfar a Causa da Nação, e emende alguns erros, que o Artilheiro será o seu maior Apologista, e assim terá o Sr. Nunes conceito, popularidade, e força moral, como lhe convém, d'outro modo não só realizará o que os Periódicos da Corte dizem dele, como terá o Artilheiro sempre pela proa, com sua Peça, e Obus (n. 3, 5/8/1837).

O ataque, e a ameaça, eram devido à política de entendimento que o redator atribuía ao presidente em relação aos rebeldes. Importa destacar, entretanto, a forma como o texto estava estruturado, totalmente saturado de imagens que remetiam ao conflito aberto.

O estilo agressivo se mantinha mesmo quando a intenção era fazer um apelo à civilidade. Para protestar contra alguns “periodiqueiros”, segundo sua própria expressão, que não remetiam suas folhas, como era praxe, ele desferia uma “Cutilada”, citando o redator da *Gazeta Mercantil*, de quem

conheceu a sua grosseria. O finado Correio, apesar das balas do Artilheiro, nunca faltou à civilidade, o Sete d'Abril, o Cincinnato, e outros papéis interessantíssimos da Corte, com os quais se não pode equiparar a Gazeta Mercantil, [...], não têm faltado, retribuindo com as suas folhas (n. 16, 14/11/1837. Grifos nossos.).

Quando o periodista frisa que não houve reprimendas de outras folhas, “apesar das balas”, há a admissão de que, a despeito de estarem, eventualmente, em campos distintos, sua artilharia é retórica, e existe um grau de entendimento recíproco do tipo de combate que se travava pela imprensa. A referência ao *Correio da Liberdade*, jornal igualmente legalista, é entendida considerando a circunstância de que o texto do *Artilheiro*, além de dar combate aos farrapos, voltava-se também contra os moderados, os defensores de uma possível “terceira via”, grupo no qual o *Correio* poderia ser alinhado.

A opção “centrista”, digamos assim, entre os extremos do republicanismo e da monarquia absoluta, estava presente na imprensa do período. Tal modelo de pensamento e ação política era criticado pelo *Artilheiro* em virtude de sua afiliação ao monarquismo centralizada e forte, sem consideração por contrapontos parlamentares, por exemplo. Mas é sintomático que mesmo os moderados, como o *Correio da Liberdade*, também se utilizassem de metáforas bélicas. Esse periódico declarava

uma *crua e desapiadada* guerra aos Anarquistas, aos recolonizadores, aos Democratas, e finalmente a todos os que de qualquer modo que seja, intencionalmente transformam a forma de Governo por nós tão felizmente adotada e jurada (n. 17/4/1831. Grifos nossos).

Ou seja, a noção de conflito, cuja imagem mais imediata e entendível era a de “guerra”, com ou sem adjetivos, era generalizada no período. Perceba-se que este último jornal era anterior ao *Artilheiro*, anterior à guerra civil e ao cerco da cidade. Contudo, ele saía numa conjuntura também bastante combativa, em termos políticos. Tratava-se do período imediatamente posterior à abdicação de Pedro I, quando ainda estava em aberto, e sendo muito disputado, o desfecho do processo.

O compartilhamento linguístico e de ideias perpassava todo o espectro político, fazendo com que distintos grupos, em diferentes posições, utilizassem uma linguagem semelhante. O *Recopilador Liberal*, jornal porto-alegrense de 1833, simpático à causa farroupilha que já se desenhava, queixava-se assim dos agentes

do conservadorismo monárquico que agiam nas sombras, segundo sua visão: “Homens vis, abjetos e covardes, por que vos não atrevei apresentar-vos na *arena como gladiadores*, por que não vos animais a acometer-nos cara a cara? Por que nos fazeis essa *guerra de tigre*, e de emboscada?” (Recopilador Liberal, n. 134, 6/11/1833. Grifos nossos.)

No excerto temos uma ampliação da recorrente metáfora da guerra. A acusação era de que se travava uma guerra covarde, de artifícios dissimuladores. Honroso seria enfrentar o combate político de peito aberto, frente a frente. Para reforçar essa imagem, são introduzidas as figuras do gladiador e da arena, ator e palco de uma disputa mais digna, por que mais corajosa. A imagem da guerra, neste caso, é ligeiramente modificada, em relação ao seu sentido mais usual. Tais nuances permitem refletir, com Javier Sebastián, que, “lejos de constituir un repertorio universal e intemporal, la mayoría de las metáforas se usan en un determinado marco cultural, espacial y cronológico, y una misma metáfora de base puede sufrir cambios importantes, en función de diversas circunstancias” (p. 18). As circunstâncias que contribuem para alterar o uso da figura de linguagem, pelo redator do *Recopilador*, residem no fato de que, quando da sua publicação, o contexto político, embora tensionado, ainda era de articulações mais ou menos secretas. Não se chegara, todavia, ao conflito armado, situação que levou a um uso muito mais intenso da linguagem baseada em termos militares.

O que os exemplos demonstram, em seu conjunto, é a recorrência das metáforas bélicas. Por um lado, é evidente que o seu uso abundante estava relacionado à situações conjunturais diretamente perceptíveis, ou seja, ao próprio cotidiano vivenciado pelos redatores. Por outro lado, seria simplista limitar a análise a tal automatismo. Imagens e termos evocativos da guerra fazem parte, há muito, de nossa forma de expressão. Trava-se *guerra* contra a pobreza, *combate-se* o câncer, mobilizam-se todas as *armas* na *batalha* pelo voto. Importa destacar, contudo, que no período em questão, o repertório metafórico estava fortemente engajado ao processo de construção do Estado e da Nação. Então, para além da conjuntura que, eventualmente, era de efetivo conflito, somava-se a função unificadora do mito guerreiro, a cimentar as precárias bases políticas e sociais dos países em disputada construção.

3. COMO A TEMPESTADE: METÁFORAS DA NATUREZA

O processo de independência do Brasil tem como uma das suas características e efeitos imediatos mais notórios a explosão da atividade de imprensa, marcando o ponto mais alto de um crescimento que ocorria desde da mudança da família Real lusitana para terras americanas (Morel). Durante a década de 1820 diferentes províncias, do Maranhão a Cisplatina, passaram a contar com jornais e panfletos produzidos nestes espaços. Mais além da discussão sobre os eventos internacionais e a conjuntura política conturbada do período, as demandas locais e regionais eram articuladas a este contexto, tornando-se parte fundamental do jogo político em diferentes escalas. Distintas estratégias retóricas eram mobilizadas para sobressair seus projetos diante dos rivais na arena política. A natureza e a geografia específica desses locais em contraste com as diferenças propiciadas pelas dimensões do Império em construção foram uma ferramenta metafórica explorada.

Na província Cisplatina, entre os anos de 1822 e 1823, a presença brasileira era cada vez mais contestada. Afinal, os vínculos políticos da região haviam sido com Portugal e na mudança de conjuntura a população deveria ser consultada e a sua soberania respeitada, quando o que aconteceu foi a manutenção do poder pelo Brasil. Uma das principais maneiras de divulgar esses movimentos e marcar a posição contrária de grande parte da população cisplatina era através da imprensa. Nesse sentido, três jornais foram significativos nesse processo: *La Aurora*, o *El Pampero* e o *El Aguacero*. Nas suas páginas a geografia específica do Prata foi mobilizada constantemente em busca de liberdade e independência frente ao governo liderado pro D. Pedro.

O *La Aurora* foi o primeiro a surgir. Publicado semanalmente, até a edição de número quatorze aos sábados e posteriormente todas as quartas-feiras, pela *Imprenta de Torres*, o periódico teve dezessete edições em numeração contínua, vendidas por um real. O prospecto da publicação foi distribuído no dia 14 de dezembro de 1822 e destacava os seus objetivos de iluminar a região e lutar pela liberdade:

Es un fuego que virtualmente alimentavan en el seno mismo de la opresion dispuesto a inflamarse con el menor soplo que lo agitarase. Que este fuego se concentre en un solo cuerpo que presida á sus destinos es el objeto de sus anhelos. Este astro luminoso aparecerá sin duda, orientales.

La aurora le precede y el sol se levantará sobre un horizonte que nunca mas vuelva á obscurecerse. (n. 1, 14/12/1822)

A metáfora da aurora, do amanhecer, relacionada à independência é uma das mais frequentes no mundo ibero-americano. Porém, tem uma tradição que remonta a períodos anteriores. Como destaca Javier Fernández Sebastián, as alegorias solares e de iluminação são comuns na tradição cristão e na Monarquia Católica, característica do mundo ibérico, também foram comuns, como pode se supor, durante o período do iluminismo, ainda que recebido de maneira circunspecta em Portugal e na Espanha. O discurso da razão, a luz da aurora brilhante da filosofia e das ciências eram abundantes durante o século XVIII. Ainda que para elite conservadora e os governantes que não gostariam de ter o mesmo fim de Luís XVI, nas revoluções do final do século, o imaginário da luz, da aurora e da iluminação foi acrescentado e politizado, refiara-se também ao advento de uma nova era que poria fim no despotismo, na ignorância e na opressão. Raiava no horizonte, a aurora de novos tempos (FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, 2012, p. 21).

Nas primeiras décadas do Oitocentos, existiam, por exemplo, periódicos que tinham em seu título Aurora, sendo a Peruana, a Fluminense e a do Chile, todos publicanos dentro do contexto das independências. A sua principal utilização é para a demonstração do nascimento de uma nova era, um recomeço para determinado país ou região. O passado geralmente é associado a um período sombrio, de escuridão que, a partir da ação e do trabalho no presente, poderia ser modificado e, no futuro, substituído por um período de avanço, iluminação e liberdade. A partir do ano de 1808, em Portugal e Espanha, na luta contra a invasão napoleônica, diversos periódicos e panfletos condenavam a presença francesas e defendiam a liberdade, o renascimento político e social de seus países através dessa metáfora. Nesse sentido, por exemplo, a constituição de Cádiz era um sol que iluminaria os tempos nebulosos do absolutismo, o passado monárquico também Associação que permaneceu na América ibérica na luta de independência ao logo de toda a década posterior. Neste contexto, eram Portugal e Espanha, antigas metrópoles que eclipsavam a liberdade e o desenvolvimento das colônias americanas em luta por sua independência.

No dia 19 de dezembro de 1822 é publicado, pela *Imprenta de Torrez*, o periódico *El Pampero*. Vendidas a um real e meio, as quatorze edições do jornal, incluindo a extraordinária *Ráfaga del Pampero*, circularam todas as quartas-feiras entre dezembro de 1822 e maio de 1823. Dividindo suas páginas entre

notícias locais, textos analíticos e políticos e reproduções de jornais europeus e buenaienses. Na primeira edição, os redatores utilizam a analogia entre o vento e o nome do periódico para definir as vinculações políticas e os objetivos da publicação:

EL PAMPERO es el viento favorito del Rio de la Plata: tras un tiempo turbulento y pesado él nos trae la serenidad y la bonanza. A su aspecto huyen aterrados los vientos calientes del norte que abrasan nuestras mieses, que esterilizan nuestros campos, que aniquilan nuestras haciendas; y si alguna vez osados se atreven á disputarle el puesto, sañudo y terrible como la ira de Júpiter, los arrastra en su furia hasta el Trópico, y van á ocultarse en sus montañas. virtudes del pampero? ¿Hay alguno que no le dese? Creemos que no. En estos últimos días particularmente en que la lluvia, la cerrazón, y pesadez han sido tan constantes como poco comunes, todos han manifestado su ansiedad por un pampero, y no se oía decir sino, *ya aclarada, ya tenemos pampero* (n.1, 19/12/1822).

Os redatores transferiram características da geografia local, do clima platino, para a moral e os hábitos dos orientais. A população deveria ser forte e obstinada para varrer, assim como os fortes ventos fazem, os invasores da região. É significativo notar que a metáfora do vento é relacionada ao movimento, eles alteram a situação e transformam a paisagem do local em que passam. Neste sentido, os ventos vindos do norte, mesmo local do Brasil, acabaram com as plantações, devastaram as fazendas e provocaram a ira dos habitantes locais. Efeitos que destacam as principais reclamações do governo de Carlos Frederico Lecor, desde que a posse da região havia se transferido de Portugal para o Brasil, o chefe militar era acusado de permitir grandes transferências de cabeça de gado dos campos cisplatinos para as propriedades dos rio-grandenses, também a guerra provocada havia destruído toda a base produtiva local, as fazendas, base da economia desde o período colonial (Alonso, 1972, p. 31).

Em contraponto aos ventos vindos do norte, estava o pampeiro, característico da região. Mais uma vez é enfatizada a ideia de movimento, entretanto, este é positivo. Depois de um período turbulento e pesado, o pampeiro é responsável por trazer a bonança e a serenidade. Desse modo, o movimento, vindo do norte, que acabou com a liberdade da região, poderia ser ultrapassado por um mais forte, natural da região, e que traria de volta o desenvolvimento.

No mês de abril de 1823, é publicado o prospecto de um novo periódico, o *El Aguacero*. Sem data fixa para serem impressas e vendidas, as oito edições circularam entre abril e outubro de 1823, inicialmente sob a responsabilidade

da *Imprenta de Torres* o último número, no entanto, foi impresso e vendido sob a responsabilidade da *Imprenta de los Ayllones y Compañía*. O jornal difere das publicações anteriores, justamente, por utilizar-se de muito humor para atacar frontalmente as publicações periódicas cisplatinas e os antagonistas de seu projeto independente e republicano para a região. Para os redatores, esse recurso é utilizado para chamar a atenção dos leitores e facilitar a compreensão de discursos políticos considerados mais rígidos: “hacer insensiblemente provechosas las doctrinas y discursos áridos, fríos y secos” (n.3, 08/05/1823). Ou seja, a metáfora da água, a chuva do *Aguacero* serviria em primeiro plano para umidificar os discursos, torna-los mais palatáveis, mais vivos e, assim, mais próximos de seu público leitor.

Para então, divulgar o objetivo e o sentido mais amplo da metáfora, demonstrar que a natureza colocará a situação política em seu lugar:

No es nuevo que los *Aguaceros* sean acompañados de truenos, relámpagos, rayos y alguna vez fenómenos que la prósvida naturaleza encierra en su hondo seno: pero la lluvia benéfica humedecerá la agostada tierra, y la preparará á producir sazonados frutos, mientras que el filósofo ni se asustara del estrépito de la tormenta, ni será alcanzado por los rayos que observe desde su defendido gabinete: la electricidad de las luces que le cercan contendrá su fuego abrasador. Tal es nuestro destino. (n.3, 08/05/1823)

Para os redatores as ligações entre Império do Brasil e a Cisplatina não eram naturais e, portanto, mesmo que houvessem períodos difíceis o caminho era a separação. Ruptura que seria acelerada com a luta pela liberdade e pela ativa participação política. Elementos fundamentais para a publicação. Por fim, em um período de superação do período colonial e construção de novos corpos políticos e novas identidades ligadas a estes projetos de tipo nacional a operacionalidade das metáforas da natureza permitiu construir um apelo junto da população para demonstrar novos pertencimentos e, sobretudo diferenciar-se daqueles que não faziam aos projetos políticos em voga pela imprensa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metáforas, significativas por si só, surgiam entremeadas e em apoio de novos conceitos do ideário político, ou de velhos conceitos com acepções distintas. Junto a estes, portanto, refletiam e desenhavam um novo tipo de “edifício”

político e social. Nesta “construção”, que também pressupunha algum nível de destruição do antigo, a linguagem metafórica valeu-se bastante das imagens relacionadas à guerra e à natureza. Portanto, em uma época conflitiva e de disputas bélicas as metáforas eram um meio eficiente de reelaborar e dar sentido a essa realidade. Fruto de um contexto em transformação, foram fundamentais para dar sentido e explicar elementos fundamentais das lutas em voga. A natureza construiu um pano de fundo, um espaço para ser associado ao tempo e a mudança, ligando tempo e espaço. Construiu uma paisagem para que uma nova linguagem em construção pudesse ser compreendida na mesma medida que era parte ativa das mudanças nessa “paisagem” social e política.

Assim, prestar atenção e se dedicar à dimensão metafórica da linguagem é uma porta de acesso a um universo de sentidos amplos e complexos em que atores sociais buscam dar sentido a mudanças políticas, sociais e simbólicas profundas. Ainda que estes elementos não se reduzam a linguagem, é através dela que eles são mediados com o mundo. Quanto mais ferramentas o historiador tiver disponíveis para acessar esse universo de sentidos, maior são as oportunidades para compreender a complexidade do mundo que os cerca.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Rosa et al. *La oligarquía Oriental en la Cisplatina*. Montevideú: Pueblos Unidos, 1970.

BUSTOS, Eduardo de. *La metáfora: ensayos transdisciplinares*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 2000.

GARCÍA, José M. González. *La diosa Fortuna: metamorfosis de una metáfora política*. Madri: Machado Libros, 2006.

KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

LIZCANO, Emmánuel. *Metáforas que nos piensan. Sobre ciencia, democracia y otras poderosas ficciones*. Madri: Ediciones Bajo Cero/Traficantes de Sueños, 2006.

ROMANO, María Laura. *O Artilheiro (1837-1838). Un periódico de trincheira. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 34, n. 66, p. 791-815, set/dez 2018.*

SCHRÖDER, Ulrike. Os precursores filosóficos da teoria cognitiva das metáforas. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 46(2), Campinas – Jul./Dez. 2004, p. 243-252.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. “La crisis de 1808 y el advenimiento de un nuevo lenguaje político. ¿Una revolución conceptual?”, in: Alfredo Ávila y Pedro Pérez Herrero (eds.), *Las experiencias de 1808 en Iberoamérica*. México: UNAM/Universidad de Alcalá, 2008.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. “Conceptos y metáforas en la política moderna. Algunas propuestas para una nueva historia político-intelectual”. In Jordi Canal y Javier Moreno Luzón (eds.). *Historia cultural de la política contemporánea*. Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. *La aurora de la libertad. Los primeros liberalismos en el mundo iberoamericano*. Madrid: Marcial Pons, 2012.

VIEIRA, Benedicta Maria Duque. *A formação da sociedade liberal (1815-1851)*. Lisboa: CEHCP-ISCTE, 2005.

ENTRE CAÑONES Y TORMENTAS: METÁFORAS EN EL LENGUAJE POLÍTICO DE LA PRENSA DEL SIGLO XIX

Resumen: Este artículo investiga los usos de las metáforas en el lenguaje político de la prensa a principios del siglo XIX. En un momento en que los periódicos se usaban como uno de los principales instrumentos de la actividad política, se movilizaron diferentes formas de persuasión impresas con el propósito de formar la opinión pública. Entre las más recurrentes estaban las metáforas, todavía poco estudiadas. Para hacerlo, nos centramos en dos momentos específicos y dos tipos de metáforas recurrentes. En primer lugar, metáforas bélicas sobre la guerra durante los años de la Revolución Farroupilha (1835-1845). Durante los conflictos en Rio Grande do Sul, la prensa legalista, aliada con el Imperio de Brasil, utilizó las construcciones retóricas sobre el conflicto para atacar a las farroupilhas y reafirmar su proyecto de unidad. La naturaleza y la geografía se utilizaron como metáforas en los periódicos contra Brasil durante los años de existencia de la provincia Cisplatina (1821-1828). Los paisajes y el clima típicos de la región sirvieron como herramienta para construir diferencias entre los sitios y el invasor. Ambos casos demuestran la operatividad de las metáforas y la importancia de su estudio para comprender el cambio de lenguaje en los Ochocientos.

Palabras clave: Prensa. Lenguaje político. Metáforas.

BETWEEN CANNONS AND STORMS: METAPHORS IN THE 19TH CENTURY PRESS POLITICAL LANGUAGE

Abstract: This paper investigates the uses of metaphors in the political language of the press in the early nineteenth century. At a time when newspapers were used as one of the main instruments of political activity, different forms of persuasion were mobilized in print for the purpose of forming public opinion. Among the most recurring were metaphors, still poorly studied. To do so, we focus on two specific moments and two types of recurring metaphors. Firstly, warlike metaphors about war during the years of the Farroupilha Revolution (1835-1845). During the conflicts in Rio Grande do Sul the legalistic press, allied with the Empire of Brazil, used the rhetorical constructions about the conflict to attack the farroupilhas and reaffirm their unity project. Nature and geography were used as metaphors in newspapers against Brazil during the Cisplatina province's years of existence (1821-1828). The landscapes and climate typical of the region served as a tool to build differences between the sites and the invader. Both cases demonstrate the operability of metaphors and the importance of their study for understanding the changing language in the Eight Hundreds.

Keywords: Press. Political language. Metaphors.